



**unioeste**

Universidade Estadual do Oeste do Paraná  
CAMPUS DE TOLEDO – CNPJ 78.680.337/0005-08  
Rua da Faculdade, 645 – Jd. Santa Maria –  
Fone (45) 3379-7000 / Fax (45) 3379-7002  
CEP 85903-000 – Toledo – PR. - [www.unioeste.br](http://www.unioeste.br)



Centro de Ciências Sociais Aplicadas  
Programa de Pós-Graduação em Serviço Social – Mestrado  
UNIOESTE – *Campus* de Toledo – PR

---

**THAIS VALÉRIA FONSECA DE OLIVEIRA SCANE**

**O TRABALHO DAS/OS ASSISTENTES SOCIAIS NO INSTITUTO FEDERAL DO  
PARANÁ (IFPR): OS PRINCÍPIOS DO CÓDIGO DE ÉTICA DE 1993 EM FOCO**

---

**Toledo/PR  
2024**

**THAIS VALÉRIA FONSECA DE OLIVEIRA SCANE**

**O TRABALHO DAS/OS ASSISTENTES SOCIAIS NO INSTITUTO FEDERAL DO  
PARANÁ (IFPR): OS PRINCÍPIOS DO CÓDIGO DE ÉTICA DE 1993 EM FOCO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social (PPGSS), do Centro de Ciências Sociais Aplicadas (CCSA) da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre.

Orientadora: Profa. Dra. Cleonilda Sabaini Thomazini Dallago.

Ficha de identificação da obra elaborada através do Formulário de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da Unioeste.

Scane, Thais Valéria Fonseca de Oliveira

O trabalho das/os assistentes sociais no Instituto Federal do Paraná (IFPR): os princípios do Código de Ética de 1993 em foco / Thais Valéria Fonseca de Oliveira Scane; orientadora Cleonilda Sabaini Thomazini Dallago. -- Toledo, 2024.

175 p.

Dissertação (Mestrado Acadêmico Campus de Toledo) -- Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, 2024.

1. Serviço Social. 2. Atuação profissional. 3. Código de Ética da/o Assistente Social de 1993. 4. Instituto Federal do Paraná. I. Dallago, Cleonilda Sabaini Thomazini, orient. II. Título.

**THAIS VALÉRIA FONSECA DE OLIVEIRA SCANE**

**O TRABALHO DAS/OS ASSISTENTES SOCIAIS NO INSTITUTO FEDERAL DO  
PARANÁ (IFPR): OS PRINCÍPIOS DO CÓDIGO DE ÉTICA DE 1993 EM FOCO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social (PPGSS), do Centro de Ciências Sociais Aplicadas (CCSA) da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre.

Orientadora: Profa. Dra. Cleonilda Sabaini Thomazini Dallago.

**Banca Examinadora**

Profa. Dra. Cleonilda Sabaini Thomazini Dallago  
Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE  
Orientadora

Profa. Dra. Ana Patrícia Pires Nalesso  
Universidade Estadual de Londrina – UEL  
Membro Examinador

Profa. Dra. Marize Rauber Engelbrecht  
Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE  
Membro Examinador

Toledo, 16 de agosto de 2024

---

**Toledo/PR  
2024**

Dedico este trabalho a minha família que  
esteve ao meu lado durante todo o processo. E  
aos profissionais assistentes sociais do  
Instituto Federal do Paraná, sujeitos desta  
pesquisa.

## AGRADECIMENTOS

Após encerrar este tempo de mestrado, reflito os inúmeros acontecimentos que permearam o processo, os quais o tornaram instigante, animador, reflexivo, doloroso, ansioso, amedrontador, recompensador entre inúmeros sentimentos e emoções que, simultaneamente à pesquisa, resultaram neste trabalho. Neste período, pude contar com pessoas que aceitaram o processo junto comigo e vivenciaram todos os meus medos, minhas angústias e minhas conquistas.

Inicio agradecendo ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social (PPGSS) que aceitou a proposta de pesquisa e conduziu-me cientificamente para este resultado. Desta forma, cito os professores que contribuíram com seus conhecimentos e tiveram muita paciência para receber as atividades avaliativas: Maria Isabel Formoso Cardoso e Silva, Esther Luiza de Souza Lemos, Eugênia Aparecida Cesconeto, Osmir Dombrowki, Diuslene Rodrigues da Silva, Marize Rauber Engelbrecht. À Marize, um agradecimento especial por aceitar ser banca avaliadora deste trabalho.

Agradeço principalmente à docente Profa. Dra. Cleonilda Sabaini Thomazini Dallago, minha professora e orientadora, por me conduzir com muita paciência e respeito para a conclusão desta etapa do trabalho. Além disso, me apoiou grandemente na viagem a Vitória/ES, e foi uma ótima companhia. Cleo, você é uma pessoa incrível, muito obrigada!

Agradeço à minha banca avaliadora, Professora Dra. Ana Patrícia, que aceitou participar e contribuir com este trabalho, além de promover reflexões e tomada de consciência para a atuação profissional. À Professora Dra. Marize por contribuir durante todo o processo, desde os conteúdos esclarecedores em aula, até as contribuições enquanto banca. Vocês foram fundamentais! E às docentes Dra. Cristiane Sander e Dra. Cristiane Carla Konno que também se colocaram à disposição para contribuir.

Agradeço à Juliana Fonzar e ao Arildo Guerra, vulgo Dado, ditos como “meus amigos de farra e meus colegas de baralho” (Guerra, 2022), que “diga-se de passagem” (Fonzar, 2022), nunca aconteceu! (risos) Ju e Dado, muito obrigada por todo apoio durante o processo, conseguimos sobreviver, somos SOBREVIVENTES!

Agradeço ao meu esposo, Douglas, que foi a pessoa que mais me estimulou, desde a inscrição. Suportou todas minhas crises existenciais, cuidou dos nossos filhos, foi responsável

pelo meu transporte, e não desistiu de mim e da nossa família. Muito obrigada, Douglas. eu te amo!

Agradeço aos meus filhos: à Mariana, que por vezes teve que assumir a responsabilidade de cuidar da casa e ajudar a cuidar dos irmãos. Filha, você é incrível, admiro sua sabedoria, paciência e dedicação; à Alana que é a força locomotiva da família, sempre cheia de energia, observando e cuidando de tudo; eu te amo, minha filha querida e amada; e ao Elias, meu bebezinho, que nesse processo quase o perdi, para que eu pudesse valorizar o mais importante na minha vida, o amor. Obrigada, filho, mesmo em meio aos meus pensamentos desafiadores, você esteve me abraçando, apertando, me chamando de mamãe fofinha e me pedindo café. Eu te amo, meu picorrucho.

Agradeço aos meus pais: à minha mãe, Herci, por me substituir em funções específicas, cuidar da minha casa e dos meus filhos e não medir esforços para me ajudar, inclusive financeiramente. Mãe, obrigada por tudo, reconheço todo o seu amor e dedicação; a senhora é minha referência de mulher, que admiro e vou honrar; ao meu pai, Sandro, que esteve na retaguarda, sempre preocupado em me manter tranquila e em não me sobrecarregar; reconheço toda a preocupação e sei que é por amor. Obrigada pai. Amo vocês!

Agradeço às minhas irmãs Roberta e Vanessa, sobrinhos, cunhadas e cunhados, pois estiveram me apoiando, cada um à sua maneira. Sou grata pela vida de vocês!

Agradeço à instituição onde trabalho, Instituto Federal do Paraná, por proporcionar meu afastamento para qualificação. Não poderia deixar de citar o Diretor Geral do período, Prof. Dr. Vicente Estevan Sandeski, que me apoiou, me orientou cientificamente e me incentivou. Obrigada Vicente. Ainda, à Rozeane, pedagoga da instituição, mas que se tornou uma grande amiga durante esses dez anos de convivência. Admiro sua sabedoria e obrigada por seus conselhos. E à Simone Manini, minha amiga de infância, que hoje compartilha comigo do mesmo local de trabalho, assim como planejamos na infância. Obrigada por todo apoio, orientação e socorro durante toda minha existência e, principalmente, durante o mestrado.

Poderia ainda agradecer muitas pessoas que participaram da caminhada: as terapeutas, os médicos, a nutricionista, os meus colegas de trabalho, as minhas irmãs e irmãos na fé; mas para não citar todos, citarei Aquele que os representa, pois foi Ele quem colocou vocês na minha vida, cada um dando um empurrãozinho para a concretização deste momento: e Esse é

Deus, citado por último por reconhecer que em todo o processo Ele esteve comigo. Obrigada por tudo!

*“Tudo tem o seu tempo determinado, e há tempo para todo propósito debaixo do céu”.*

Eclesiastes 3:1

SCANE, Thais Valéria Fonseca de Oliveira. **O Trabalho das/os assistentes sociais no Instituto Federal do Paraná (IFPR): os princípios do Código de Ética da/o Assistente Social de 1993 em foco.** 2024. 0000f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Toledo, 2024.

## RESUMO

O presente estudo tem como tema a atuação da/o assistente social no IFPR frente aos princípios éticos da profissão. Diante disso, tem-se como objetivo principal analisar a relação do trabalho profissional da/o assistente social no Instituto Federal do Paraná com os princípios do Código de Ética da/o Assistente Social de 1993. Como objetivos específicos foram definidos: contextualizar o surgimento do Serviço Social e as mudanças que ocorreram nos Códigos de Ética da/o Assistente Social no Brasil; estudar sobre os princípios do Código de Ética da/o Assistente Social de 1993; descrever sobre o contexto histórico do espaço sócio-ocupacional do IFPR e sua política de intervenção social; identificar as demandas, requisições e respostas profissionais do Serviço Social no IFPR. Para atingir tais objetivos, a pesquisa configurou-se de natureza qualitativa, exploratória, com pesquisa de campo e fontes de natureza bibliográficas e documentais, além da entrevista semiestruturada. Participaram da pesquisa 20 (vinte) assistentes sociais, lotados em 7 (sete) setores diferentes e em 20 (vinte) localidades, desde reitoria, campus e campus avançado. A pesquisa foi organizada em três eixos: informações pessoais e formação; atuação no Instituto Federal do Paraná; e os princípios do Código de Ética da/o Assistente Social de 1993 nas respostas profissionais. A análise revelou que os princípios éticos da profissão permeiam o conhecimento das/os profissionais. No entanto, foram identificadas barreiras e limitações que comprometem a atuação, incluindo a falta de autonomia e reconhecimento da profissão em âmbito institucional. Considera-se, com os estudos da pesquisa, ser essencial aprimorar o conhecimento, a análise e a discussão dos princípios éticos para que as respostas profissionais sejam qualificadas e estejam alinhadas com os objetivos sociais da profissão, na perspectiva da qualificação profissional, concomitantemente, à estruturação da profissão no espaço sócio-ocupacional.

**Palavras-chave:** Código de Ética da/o Assistente Social de 1993; Instituto Federal do Paraná (IFPR); Atuação profissional.

SCANE, Thais Valéria Fonseca de Oliveira. **The work of social workers at the Federal Institute of Paraná (IFPR): the principles of the 1993 Code of Ethics for Social Workers in focus.** 2024. 0000f. Dissertation (Master's in Social Service) – State University of Western Paraná, Toledo, 2024.

## ABSTRACT

The present study's theme is the role of social workers at IFPR in relation to the ethical principles of the profession. In view of this, the main objective is to analyze the relationship between the professional work of social workers at the Federal Institute of Paraná and the principles of the Code of Ethics for Social Workers of 1993. As specific objectives were defined: to contextualize the emergence of Social Work and the changes that occurred in the Codes of Ethics of Social Workers in Brazil; to study the principles of the 1993 Code of Ethics for Social Workers; describe the historical context of the IFPR's socio-occupational space and its social intervention policy; to identify the demands, requests and professional responses of Social Services at IFPR. To achieve these objectives, the research was qualitative, exploratory in nature, with field research and bibliographic and documentary sources, in addition to semi-structured interviews. 20 (twenty) social workers participated in the research, working in 7 (seven) different sectors and in 20 (twenty) locations, from the rector, campus and advanced campus. The research was organized into three axes: personal information and training; work at the Federal Institute of Paraná; and the principles of the 1993 Code of Ethics for Social Workers in professional responses. The analysis revealed that the ethical principles of the profession permeate the knowledge of professionals. However, barriers and limitations that compromise performance were identified, including the lack of autonomy and recognition of the profession at an institutional level. Considering research studies, it is essential to improve knowledge, analysis and discussion of ethical principles so that professional responses are qualified and aligned with the social objectives of the profession, from the perspective of professional qualification concomitant with the structuring of the profession in the socio-occupational space.

**Keywords:** Code of Ethics for Social Workers of 1993; Federal Institute of Paraná (IFPR); Professional performance.

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 01 -	Ano de ingresso das/os assistentes sociais no IFPR.....	83
Gráfico 02 -	Ano de formação em Serviço Social.....	85
Gráfico 03 -	Usuários do Serviço Social no IFPR.....	87
Gráfico 04 -	Como chegam as demandas ao Serviço Social.....	93
Gráfico 05 -	Existência de liberdade/ autonomia do Serviço Social.....	95
Gráfico 06 -	Instrumentais diretos.....	99
Gráfico 07 -	Instrumentais indiretos.....	99
Gráfico 08 -	Cargo de chefia/Tempo.....	101
Gráfico 09 -	Participação em órgãos colegiados institucionais.....	103
Gráfico 10 -	Situações que levam os assistentes sociais a recorrerem ao CEP/1993.....	111
Gráfico 11 -	Área de Pós-Graduação <i>Latu Sensu</i> .....	116
Gráfico 12 -	Pós-graduação <i>Stricto Sensu</i> .....	116
Gráfico 13 -	Áreas de concentração do Mestrado.....	117
Gráfico 14 -	Relação da pesquisa com o campo de atuação.....	118
Gráfico 15 -	Frequência de participação em cursos e eventos.....	119
Gráfico 16 -	Planejamento estratégico ou plano de ação do Serviço Social.....	120
Gráfico 17 -	Participação em entidades representativas das/os assistentes sociais.....	123
Gráfico 18 -	Participação em Conselhos de Direitos.....	124
Gráfico 19 -	Materialização dos princípios do CEP/1993 nas respostas profissionais.	125
Gráfico 20 -	Relação entre o Serviço Social e os objetivos do IFPR.....	130
Gráfico 21 -	Atuação X contemplação dos objetivos profissionais.....	134

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 01 -	Mapa de inserção das/os assistentes sociais no IFPR.....	84
Quadro 01 -	Demandas espontâneas.....	88
Quadro 02 -	Demandas/ Requisições institucionais.....	153
Quadro 03 -	Demandas x Princípios.....	112

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

<b>Nome</b>	<b>Sigla</b>
Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social	ABEPSS
Associação Internacional de Escolas de Trabalho Social	AIETS
Assistente Social	AS
Base Nacional Curricular Comum	BNCC
Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais	CBAS
Centro de Ciências Sociais Aplicadas	CCSA
Conselho Federal de Serviço Social	CFESS
Código de Ética	CE
Código de Ética da/o Assistente Social de 1993	CEP/1993
Comissão Econômica para a América Latina	CEPAL
Conselho Municipal de Assistência Social	CMAS
Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente	CMDCA
Conselho Regional de Serviço Social	CRESS
Diretoria de Assistência Estudantil	DAES
Diretrizes Curriculares Nacionais	DCNs
Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social	ENESS
Função Gratificada	FG
Fernando Henrique Cardoso	FHC
Federação Internacional de Trabalhadores Sociais	FITS
Instituto Federal do Paraná	IFPR
Índice de Vulnerabilidade Socioeconômica	IVS
Legião Brasileira de Assistência	LBA
Ministério da Educação	MEC
Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas	NAPNE
Objetivos de Desenvolvimento Sustentável	ODS
Organização das Nações Unidas	ONU
Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação	PCCTAE
Parâmetros Curriculares Nacionais	PCNs
Plano de Desenvolvimento Institucional	PDI
Plano de Gestão e Desenvolvimento	PGD
Programa de Pós-Graduação em Serviço Social	PPGSS
Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas	PROGEPE
Seção Pedagógica e de Assuntos Estudantis	SEPAE
Serviço Social na Indústria	SESI
Técnicos Administrativos em Educação	TAE
Termo de Consentimento Livre e Esclarecido	TCLE
Universidade Estadual de Londrina	UEL
Universidade Estadual do Oeste do Paraná	UNIOESTE

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO.....</b>	<b>14</b>
<b>2 O TRABALHO DA/O ASSISTENTE SOCIAL FRENTE ÀS PERSPECTIVAS ÉTICAS DA PROFISSÃO: UMA DIREÇÃO SOCIAL EM DEBATE.....</b>	<b>19</b>
2.1 A CATEGORIA TRABALHO NO CONTEXTO DE DESENVOLVIMENTO E QUALIFICAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL.....	20
2.2 CONTEXTO HISTÓRICO DO SERVIÇO SOCIAL NO BRASIL: A CAMINHADA DO NEOTOMISMO À ONTOLOGIA DO SER SOCIAL.....	32
2.3 CÓDIGO DE ÉTICA DA/O ASSISTENTE SOCIAL DE 1993: O DESAFIO DA AUTONOMIA PROFISSIONAL.....	41
3.1 A POLÍTICA DE EDUCAÇÃO NO BRASIL EM CONTEXTO NEOLIBERAL.....	57
3.2 INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ: A POSSIBILIDADE DA EDUCAÇÃO INTEGRAL E EMANCIPATÓRIA.....	67
3.3 O SERVIÇO SOCIAL NO IFPR: PANORAMA E REQUISITOS INSTITUCIONAIS .....	71
<b>4 CONSIDERAÇÕES SOBRE O TRABALHO DAS/OS ASSISTENTES SOCIAIS NO INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ (IFPR): OS PRINCÍPIOS DO CÓDIGO DE ÉTICA DA/O ASSISTENTE SOCIAL DE 1993 EM PERSPECTIVA.....</b>	<b>74</b>
4.1 MÉTODO E PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS: O CAMINHO PERCORRIDO.....	74
4.2 O SERVIÇO SOCIAL NO MOVIMENTO DAS DEMANDAS E REQUISIÇÕES NO INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ (IFPR).....	86
4.3 OS PRINCÍPIOS DO CÓDIGO DE ÉTICA DA/O ASSISTENTE SOCIAL DE 1993: DESAFIOS DE UMA DA PROFISSÃO.....	107
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>141</b>
<b>APÊNDICE A – ROTEIRO DE QUESTIONÁRIO <i>ON-LINE</i>.....</b>	<b>151</b>
<b>APÊNDICE B – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO.....</b>	<b>153</b>
<b>APÊNDICE C - QUADRO 02 – DEMANDAS/ REQUISIÇÕES INSTITUCIONAIS. .</b>	<b>154</b>
<b>ANEXO A – PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP UNIOESTE.....</b>	<b>164</b>
<b>ANEXO A – PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP UNIOESTE – PÁGINA 2/3 .....</b>	<b>165</b>
<b>ANEXO B – PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP IFPR.....</b>	<b>167</b>
<b>ANEXO C – DESCRIÇÃO DO CARGO DO PLANO DE CARREIRA DOS CARGOS TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS EM EDUCAÇÃO (PCCTAE).....</b>	<b>172</b>

## 1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho é fruto da pesquisa para dissertação do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social (PPGSS) - Mestrado, da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste), na Linha de Pesquisa Fundamentos do Serviço Social. O ingresso no programa ocorreu em 2022, e o projeto inicial passou por algumas alterações diante da necessidade de adequação à Linha de Pesquisa. Tais alterações ocorreram mediante as discussões em orientações e as contribuições do conhecimento adquirido por meio das disciplinas obrigatórias, eletivas e tópicos especiais cursados no primeiro semestre no programa, ano de 2022. Nesse movimento, a pesquisa tomou forma para responder a uma das inquietações profissionais desta autora: a atuação do Serviço Social nos institutos federais, em específico no Instituto Federal do Paraná (IFPR), campo sócio-ocupacional desta profissional.

Após as leituras relacionadas às disciplinas cursadas, aguçaram-se angústias e inquietações; a direção da pesquisa evidenciou-se após a leitura do texto de Bravo e Matos (2012), que por sua vez aborda a atuação da/o assistente social na Saúde. Em determinado trecho dos estudos, chamou-me a atenção sua discussão para a atuação das/os assistentes no IFPR: “O dilema se faz presente quando este profissional, devido aos méritos de sua competência, passa a exercer outras atividades [...] e não mais as identifica como as de um Assistente Social” (Bravo; Matos, 2012, p. 44). Esse dilema iniciou-se em 2016, quando esta profissional assumiu uma Função Gratificada – FG, como chefe de um dos setores da instituição; a partir daí, a atuação profissional começou a mesclar-se com as atribuições da função gratificada e, com o tempo, as demandas da profissão foram suprimidas diante das inúmeras exigências das funções administrativas e burocráticas. Todavia, em nenhum momento deixou-se de seguir os preceitos éticos da profissão, tampouco de exercer as atribuições privativas do Serviço Social; contudo, essas ficaram em segundo plano, limitando-se às demandas previamente já definidas e às emergências do cotidiano. Consequentemente, iniciou-se um processo de insatisfação profissional, com o atendimento de demandas institucionais direcionadas ou adotadas, carregadas de burocratismo e que, por vezes, distanciam o profissional dos sujeitos envolvidos, os estudantes, para servir propositalmente ou não, somente à instituição.

Tal insatisfação levou-me a um projeto inicial para ingresso no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, direcionado à Linha de Pesquisa de Política Social, que tinha como objetivo analisar a proposta da instituição e as metas frente ao que se concretiza diariamente, com o propósito de constatar se existe descumprimento ou não de função social.

Após estudos realizados e a reaproximação com a profissão, entendeu-se que essa era uma tentativa de imputar à instituição o descontentamento profissional. Foi possível perceber, primeiro, a necessidade de identificar o espaço de atuação, resgatar os princípios do projeto ético-político, compreender como esses princípios reverberam na atuação profissional e, conseqüentemente, nas relações de trabalho na instituição, analisando a materialização dos mesmos na prática profissional e os desafios que se colocam para a profissão nesse espaço sócio-ocupacional. Na perspectiva de entender como a profissão coloca-se na instituição, serão proporcionados subsídios para o direcionamento e posicionamento concernentes ao projeto ético-político da profissão e, por conseguinte, seu fortalecimento no espaço.

O projeto ético-político do Serviço Social apresenta direcionamento teórico metodológico, ético-político e técnico-operativo para atuação do assistente social. Segundo Netto (2022), um projeto profissional é construído por sujeitos coletivos, por meio de sua organização, que expressa à autoimagem, valores, princípios, objetivos, funções, requisitos e regras da profissão. Tal projeto, segundo o autor, é um processo em contínuo desdobramento, que tem a liberdade como valor ético central e, portanto, seu compromisso é com a autonomia e a emancipação humana. Tem por fundamento, ainda, um projeto societário que busca uma sociedade sem exploração e dominação de classe, etnia e gênero. A partir disso, afirma a defesa intransigente dos direitos humanos, a recusa do arbítrio e qualquer forma de preconceito, com posicionamento a favor da equidade, da justiça social e democracia, do compromisso com a competência e a qualidade dos serviços prestados aos seus usuários, e da articulação com segmentos que compartilham de seus princípios (Netto, 2022, p. 04).

Cabe mencionar que, institucionalmente, as atribuições para o assistente social estão definidas na descrição do cargo no Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação (PCCTAE). O Manual de Competências não define atividades privativas das profissões inseridas na instituição, apenas apresenta diretrizes para atuação dos setores institucionais, portanto, é um espaço sócio-ocupacional em que o Serviço Social, a depender do setor onde está lotado, deve identificar as atribuições de sua competência e conquistar espaço para desenvolvê-las.

A observação de Guerra (2013) traduz o anseio por essa pesquisa:

Para desvelar a própria alienação do trabalho e realizar os procedimentos de desalienação, faz-se necessário ao profissional suspender temporariamente seu cotidiano de trabalho, através de outras atividades que lhe permitam “oxigenar” a percepção que tem da instituição, das demandas, possibilidades e limites sócio-institucionais. São efetivamente momentos de suspensão que portam a capacidade de nos colocar novamente em sintonia com a dimensão humano-genérica do nosso próprio ser (Guerra, 2013, p. 129).

Portanto, para entender como a profissão vem constituindo-se nesse espaço sócio-ocupacional, e se a realidade observada por Bravo e Matos (2001) – em que, devido às suas competências profissionais, o/a assistente social passa a assumir novas responsabilidades e, muitas vezes, já não as reconhecem como próprias de um/uma assistente social – é algo percebido apenas por esta profissional, ou vivenciado por outras/os colegas, questionou-se: como se objetivam os princípios do Código de Ética da/o Assistente Social de 1993 (CEP/1993) – princípios esses que devem ser norteadores do trabalho de toda/o assistente social – na perspectiva de compreender se existem desafios para sua materialização nas relações de trabalho da/o assistente social no IFPR?

Cabe mencionar que o IFPR pertence à rede federal de educação, é uma instituição referência em educação profissional e tecnológica, funciona de forma multicampi, e oferece diferentes níveis e modalidades de educação. Os institutos federais foram criados em 2008 e, no Paraná, iniciaram com a desvinculação da Escola Técnica da Universidade Federal do Paraná, também em 2008; e foram instalados em 2009. A partir de então, expandiram-se por todas as regiões do Estado, por meio de campus, campus avançados, centros de referência, polos de inovação e de educação a distância.

Diante do problema apresentado, delimitou-se como tema “Os princípios do Código de Ética da/o Assistente Social de 1993 nas relações de trabalho da/o assistente social no Instituto Federal do Paraná”. Para responder ao problema, definiu-se como objetivo geral: analisar a relação do trabalho profissional da/o assistente social no Instituto Federal do Paraná com os princípios do Código de Ética da/o Assistente Social de 1993.

A fim de alcançar tal objetivo, foram definidos os seguintes objetivos específicos:

1. Contextualizar o surgimento do Serviço Social e as mudanças que ocorreram nos Códigos de Ética da/o Assistente Social no Brasil;
2. Estudar sobre os princípios do Código de Ética da/o Assistente Social de 1993;
3. Descrever sobre o contexto histórico do espaço sócio-ocupacional do IFPR e sua política de intervenção social;

4. Identificar as demandas, requisições e respostas profissionais do Serviço Social no IFPR.

Diante desses propósitos, acredita-se que é essencial identificar a direção social do Serviço Social no IFPR e os desafios que a atualidade apresenta para os profissionais que atuam neste campo, considerando que, no desenvolvimento das atividades nas relações de trabalho no IFPR, o/a assistente social pode desenvolver atividades que por vezes se distanciam de suas atribuições privativas. Na atualidade, os princípios, ainda, são desafiados constantemente diante dos valores individualistas, de consumo, de desigualdade e de pobreza, que a sociedade capitalista coloca, bem como diante de diversas atividades institucionais, seja no cargo de gestão ou em outro espaço atribuído à profissão. Logo, analisa-se que se as atividades profissionais desenvolvidas pelas/os assistentes sociais estiverem alheia às atribuições privativas da/o assistente social e alheias aos princípios norteadores do Código de Ética Profissional da/o Assistente Social de 1993, identificadas apenas com as atribuições institucionais, qual é a direção social da profissão? Como se apresenta em cada campus do IFPR a materialização dos princípios éticos da profissão, isso é possível?

Cabe mencionar que os princípios da profissão e os objetivos do IFPR vinculam-se em seus documentos oficiais, portanto, é fundamental identificar como se materializam e se existem barreiras que os afetam. Isso porque a sociedade capitalista apresenta uma concepção individual e mercadológica das relações sociais e de várias categorias que são centrais para o movimento político, econômico, social e de trabalho; tem uma concepção liberal de democracia, contrária ao que está posto e defendido como um dos princípios do CEP/1993 da profissão.

Tem-se que o tema da pesquisa tem relevância teórica, científica e prática; propõe-se a identificar, a compreender e a analisar os princípios da profissão nas relações de trabalho do assistente social na instituição; traçar, a partir da pesquisa, as atribuições e campos de intervenção do Serviço Social na instituição, fornecendo fundamentação teórico-metodológica, ético-político e técnico-operativo para o trabalho profissional.

Na busca de qualificação para o trabalho profissional com direção social bem definida para a categoria profissional, o primeiro capítulo do trabalho discute as categorias Trabalho, Serviço Social e Código de Ética da/o Assistente Social de 1993, priorizando os estudos sobre os princípios deste código.

O segundo capítulo apresenta brevemente a Política de Educação, a partir do contexto neoliberal – de liberalização econômica, desregulamentação do mercado, privatizações do

patrimônio público, austeridade fiscal, redução do papel do Estado, promoção do individualismo e meritocracia – que incidiu fortemente nas políticas sociais e, por conseguinte, na Política de Educação, com o aligeiramento da formação para inserção no mercado de trabalho. É neste contexto que os institutos federais de educação são criados para responder tanto à demanda do capital por qualificação profissional quanto aos trabalhadores, oferecendo oportunidade de estudo de qualidade de forma gratuita. Neste capítulo ainda, apresenta-se o campo de pesquisa, o Instituto Federal do Paraná, campo de atuação dos assistentes sociais, sujeitos desta pesquisa.

No terceiro e último capítulo consta a metodologia realizada no trabalho e os resultados da pesquisa; apresenta, também, alguns aspectos do perfil sociográfico dos profissionais e um panorama da atuação do Serviço Social no IFPR, com a descrição das principais demandas e requisições para esta profissão, o público atendido, as ações realizadas e a objetivação dos princípios do Código de Ética da/o Assistente Social de 1993.

## **2 O TRABALHO DA/O ASSISTENTE SOCIAL FRENTE ÀS PERSPECTIVAS ÉTICAS DA PROFISSÃO: UMA DIREÇÃO SOCIAL EM DEBATE**

Para compreender o movimento histórico das concepções éticas que permearam e permeiam a profissão Serviço Social no Brasil, busca-se neste capítulo, em um primeiro momento, analisar a categoria trabalho e sua concepção para o entendimento do movimento real das relações de trabalho, econômicas, políticas e sociais, bem como seu impacto para uma profissão que, no seu desenvolvimento e qualificação das dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativo, transita de uma ética religiosa para uma ética fundamentada na ontologia do ser social.

Pode-se analisar que a profissão inicia um trabalho profissional com valores e princípios religiosos de bem comum, de ajuda, de filantropia, um caminho que não requer uma análise de totalidade das relações econômicas, políticas e sociais, sendo o individualismo sua maior referência. Porém, argumentar sobre a transição para uma ética baseada na ontologia do ser social é compreender a profissão e sua direção social no contexto das relações econômicas, políticas e sociais, na sua totalidade e não apenas focada no individualismo e culpabilização. Diante desse contexto, o Código de Ética atual do Serviço Social, de 1993, foi assertivo ao fundamentar onze princípios que trazem em seu bojo valores como democracia, direitos humanos, cidadania, construídos ao longo das lutas e embates da categoria, de forma coletiva e que reflete o dever ser do profissional assistente social, de forma concreta e pautada na realidade.

O primeiro item desta pesquisa aborda a categoria fundante do ser social, o trabalho, pois, a partir dele, emerge a necessidade do Serviço Social, sendo este também trabalho. Além disso, o objeto de análise dessa pesquisa é a relação do trabalho profissional do assistente social com os princípios do Código de Ética da/o Assistente Social de 1993. Portanto, neste primeiro momento, com a categoria trabalho, será apresentado o conceito, o significado social e a práxis do Serviço Social. Para tanto, será conceituado o Serviço Social de acordo com Yamamoto, autora referência para o Serviço Social e, em seguida, será apresentado o atual conceito adotado pela Federação Internacional de Trabalhadores Sociais (FITS), incluindo as discussões atuais realizadas por essa instituição a respeito da profissão e como esta vincula-se às pautas atuais das políticas públicas e sociais.

O item seguinte, aborda o Serviço Social na história do Brasil, apresentando uma breve conjuntura dos períodos que marcaram a criação e as alterações dos códigos de ética da

profissão e a regulamentação da profissão. Isso inclui as primeiras abordagens baseadas no neotomismo até a adesão da profissão à ontologia do ser social, perspectiva que fundamenta o atual Código de Ética (CE) da profissão. Serão apresentados o percurso histórico da profissão, suas principais discussões e conquistas até a constituição do projeto ético-político. Os dois primeiros pontos do capítulo visam responder ao primeiro objetivo específico: contextualizar o surgimento do Serviço Social e as mudanças que ocorreram nos Códigos de Ética da/o Assistente Social no Brasil.

No terceiro subitem, para responder ao objetivo: discorrer sobre os princípios do Código de Ética da/o Assistente Social de 1993, o referido código é o foco, com a apresentação e discussão de seus onze princípios, a fim de embasar a pesquisa realizada.

## 2.1 A CATEGORIA TRABALHO NO CONTEXTO DE DESENVOLVIMENTO E QUALIFICAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL

O trabalho é a categoria fundante do ser social, porque, além de ser indispensável para a compreensão da atividade econômica, constitui-se na própria formação do ser social. Isso ocorre através da transformação do ser humano sobre a natureza, utilizando instrumentos para criar as condições necessárias à sua existência, capazes de satisfazer tanto as necessidades fisiológicas quanto as simbólicas (Marx, 2024; Antunes, 2002).

Diferentemente de outros animais, o ser humano atua na natureza de forma pensada e mediada. Ele é um ser teleológico, isto é, pensa antes de agir, projetando sua intenção sobre a matéria para alcançar seus objetivos, que sempre visam satisfazer necessidades consideradas “infinitas”, variando conforme os desejos e perspectivas humanas.

Marx afirma que “[...] o trabalho é, antes de tudo, um processo entre o homem<sup>1</sup> e a natureza, processo este em que o homem, por sua própria ação, media, regula e controla seu metabolismo com a natureza” e que, inicialmente, essa mediação ocorre idealmente, ou seja, no pensamento, para depois se efetivar sobre a natureza. Ele resume o trabalho como “[...] atividade orientada a um fim – a produção de valores de uso –, apropriação do elemento natural para a satisfação de necessidades humanas, condição universal do metabolismo entre ser humano e natureza, perpétua condição natural da vida humana e, por conseguinte, independentemente de qualquer forma particular dessa vida, ou melhor, comum a todas as suas formas sociais” (Marx, 2024, p. 326-328, 335).

---

<sup>1</sup> Neste trabalho entendemos a palavra homem como uma forma generalista de se referir a homens e mulheres.

Segundo Netto e Braz (2008), o trabalho é uma relação mediada entre os seres humanos que o executam e as diversas formas de natureza. Nessa interação, os trabalhadores desenvolvem instrumentos para facilitar o processo, fazendo escolhas entre alternativas concretas baseadas na utilidade e nos benefícios para o objetivo desejado. Esses instrumentos são criados com uma finalidade projetada pelo ser social, que concebe idealmente essa intenção e a materializa, resultando na concretização dessa intenção através da prática do trabalho. O trabalho implica um movimento em dois planos: "num plano subjetivo (pois a prefiguração se processa no âmbito do sujeito), e num plano objetivo (que resulta na transformação material da natureza); assim, a realização do trabalho constitui uma objetivação do sujeito que o efetua" (Netto, 2008, p. 32).

Esse processo de trabalho constitui uma objetivação do sujeito que o realiza, sendo fundamental para a condição humana e para a continuidade da humanidade. Há que se considerar que o trabalho impõe ao sujeito determinações e condições que ele deve considerar para atingir seus objetivos, fazendo escolhas entre alternativas concretas e avaliando sua utilidade. A partir das experiências imediatas do trabalho, o sujeito sente-se motivado a generalizar e universalizar os saberes que detém, requerendo um sistema de comunicação articulada como condição para o aprendizado.

Neste sentido é que Netto e Braz (2008) afirmam que o trabalho é sempre uma atividade coletiva, pois os sujeitos envolvidos se organizam em conjunto para realizar transformações na natureza. Esse processo não apenas promove a transformação do ambiente, mas também a transformação dos próprios seres humanos, consolidando o surgimento do ser social como uma nova forma de existência distinta do ser natural.

Netto (2023) ainda explica que o trabalho é a objetivação elementar e o princípio das outras objetivações, sendo constitutivo do ser social, que antes era um ser genérico, singular e objetivo. Assim, a sociedade desenvolve-se na medida em que desenvolve um sistema de objetivações. O trabalho é uma objetivação privilegiada que garante a condição humana, pois, suprimindo a relação deste com a natureza, não existe humanidade. O autor explica que o domínio da humanidade é o domínio do ser e não do ter. Rico é aquele que conseguiu subjetivar uma riqueza de objetivações apreendidas anteriormente pelo ser social que é, antes de tudo, um ser prático e social. Esse sistema de objetivações faz emergir e desenvolver o ser social, pois é essa atividade, o trabalho, que realiza a essência humana, conjunto de atributos, qualidades e possibilidades que o ser humano vem desenvolvendo desde sua existência, e se constitui também na realização dos homens para continuação da humanidade.

Antunes (2002) complementa que o trabalho é uma atividade socialmente organizada, na qual os indivíduos não apenas transformam a natureza, mas também se transformam mutuamente através da cooperação e da divisão social do trabalho. A relação entre trabalho e ser social é essencial para compreender, não apenas a produção material, mas também as relações sociais que emergem desse processo.

Para tanto, as formas de práxis - entendendo-a como a ação consciente e transformadora sobre a realidade - existentes são diferenciadas em: “[...] práxis voltadas *para o controle e a exploração da natureza* e formas voltadas *para influir no comportamento e na ação dos homens*”. Essa segunda forma de práxis será abordada neste trabalho, pois é a mediação realizada pelo Serviço Social, que se constitui em relações entre os sujeitos, em que o ser humano atua sobre si mesmo e sobre os outros, e esta atuação não produz, necessariamente, algo material, mas objetiva-se idealmente. Portanto, da práxis resultam produtos, obras, valores e objetivações, das quais os homens se reconhecem nelas ou não, a depender das condições histórico-sociais, caracterizando o fenômeno da alienação, da qual “[...] a criatura passa a dominar o criador” (Netto; Braz, 2008, p. 44). Portanto, da práxis voltada à mediação entre os sujeitos resultam os valores morais e éticos.

Diante disso, tem-se que o trabalho, o agir direcionado a um fim, é uma questão que deveria estar presente na conduta profissional das pessoas, independentemente do tipo de trabalho e do sistema econômico da sociedade. Porém, as formas de trabalho contemporâneas não carregam a herança da sociedade pré-capitalista, que era comunitária e, portanto, as relações econômicas, religiosas e moral estavam entrelaçadas e uma dependia da outra, pois não havia separação entre a vida privada e a vida comunitária; toda ação praticada era ao mesmo tempo privada e pública. Dessa forma, não havia também uma moral exclusiva do trabalho, apenas normativas globais, considerando que tudo era coletivo. As divisões do trabalho eram familiares e estabelecidas de acordo com o sexo e a idade (Simões, 1996).

Com a privatização dos meios de produção, de distribuição e de consumo, em meio ao desenvolvimento do modo de produção capitalista, é que houve a separação entre o público e o privado, e assim, o trabalho deixou de ser familiar, adquirindo legislações próprias para regulá-lo. Neste mundo de divisões, o interesse particular sobressai ao interesse coletivo, e a moral ocupa o espaço de regulação e controle, isso porque se refere à conduta do indivíduo com a coletividade, um dever ser e, dessa forma, ser moral é deixar os interesses coletivos sobreporem-se aos interesses individuais. Na sociedade capitalista, o trabalhador desenvolve parte de sua moral com base em seus interesses de venda e compra da sua força de trabalho.

Simões ainda complementa:

A norma moral emerge, aí, como um sistema essencial aos indivíduos, em sua subjetividade, tanto mais vital quanto maior a sua privatização e pacificação, porque possibilita-lhes determinado equilíbrio com o conjunto. É em razão disso que, sem a moral (cimento social, como dizem certos sociólogos), a sociedade desarticula-se e implode, na medida em que os particulares, no seu egocentrismo, se anulam (Simões, 1996, p. 63).

De acordo com Barroco (1996), a moral representa o conjunto dos valores legitimados pela tradição e pelos costumes criados pelas instituições, consideradas como base da sociedade como a família, a Igreja, o Estado, entre outras. Tais valores são julgados por essas instituições como corretos, justos, bons.

A questão moral coloca-se de forma diferente entre os espaços de trabalho. Em uma fábrica em que há uma divisão explícita do trabalho, o trabalhador está material e fisicamente ligado ao grupo, produzindo uma espécie de “robotização”, já que não se permite ao sujeito pensar além de sua ação imediata, sob pena de “prejudicar” os demais. Por outro lado, os profissionais liberais não estão inseridos numa divisão extremamente técnica de trabalho como o de uma fábrica, de um banco, de um comércio, de um setor de serviços em geral; eles estão inseridos juridicamente sob o conceito de autonomia sob o seu trabalho, tendo a possibilidade de decisão, pensar e agir de forma mediada e não dependem, necessariamente, do trabalho de outro.

De acordo com Simões (1996, p. 66), as profissões liberais dependem crucialmente de um componente subjetivo conhecido como “discernimento pessoal”. Elas são caracterizadas por um trabalho integrado e unificado, em que a fragmentação não é desenvolvida. Isso se deve ao fato de lidarem com aspectos essenciais da vida, os elementos vitais, que unem todas essas ocupações sob uma mesma perspectiva de integração e responsabilidade indivisível.

Nesse sentido, as profissões liberais caracterizam-se pelo trabalho que lida diretamente com os seres humanos e, portanto, com grupos e categorias sociais que se desenvolvem no decorrer da sociedade. Por conseguinte, para lidar com questões do ser social, a principal ferramenta do profissional é o discernimento pessoal, que é carregado por valores morais historicamente construídos. Esses valores morais estão presentes em todos os momentos da vida das pessoas, incluindo o trabalho, seja consciente ou inconscientemente atuando como um sistema normativo e concreto direcionando o agir de todos. Portanto, à medida que a moral se torna um instrumento de controle, passa a ser uma questão do Estado, responsável especialmente pelo controle dos trabalhadores para manutenção dos interesses capitalistas

dominantes.

Diante disso, tem-se a necessidade de refletir sobre a conduta das pessoas e de normatizá-las, principalmente dos trabalhadores com autonomia sobre suas ações, como os profissionais liberais. Nesse contexto, surgem os códigos de ética, como uma espécie de receituário das categorias profissionais, regulados pelo Estado. A função dos primeiros códigos de ética era de controle, por parte do Estado, dos profissionais que lidam com a vida, como uma necessidade da sociedade em manter certo controle de profissionais com saberes especializados, para que atuassem em conformidade com os interesses do grupo e da coletividade. Com isso, os profissionais passaram a refletir a respeito da moral e tomar consciência da sua existência em suas atuações, tomando-a como um objeto de estudo científico. Para Simões (1996), eles começam a estudar e investigar a moral, analisando os comportamentos e condutas profissionais, buscando compreendê-los e estabelecer padrões.

Para Barroco (2010), a moral tem como função moralizar a sociedade, ou seja, adequar os sujeitos aos princípios e normas ditos “imutáveis” pela atual sociedade. Por isso, a moral orienta que não pode existir questionamento das normas e deveres já legitimados, isso é uma estratégia para impedir a mudança societária. Nesta perspectiva, ética e moral, embora se influenciem, mutuamente, são conceitos distintos: a moral é concreta e difusa, enquanto a ética é formal, científica, definida e sistematizada, representando uma resposta consciente à moral.

Portanto, a ética das profissões reflete a autorreflexão do grupo profissional diante da sociedade, determinando seu compromisso com o bem comum e servindo como um guia para suas práticas em relação à vida e aos interesses da população (Simões, 1996). Dallago (2006) complementa:

[...] podemos afirmar que a ética concede às profissões um norte, um caminho orientador para a intervenção profissional, sob determinada ótica e em consonância com determinados valores. Aponta uma direção social e política, visto que não há valores éticos de neutralidade, a ética não comporta omissões, a ética tem um posicionamento de valor, uma direção social bem definida em prol da liberdade do ser social e da equidade social (Dallago, 2006, p. 40-41).

É, em meio a fundamentação apresentada anteriormente, que a profissão Serviço social torna-se objeto de investigação nesta pesquisa, para compreender sua direção social, se suas respostas profissionais condizem com os princípios aprovados por uma categoria profissional de assistentes sociais de 1993, na expectativa do rompimento da ética neutra que norteava sua gênese. Sem perder a compreensão de que esta profissão é regulamentada como liberal, apesar

da maioria dos profissionais serem assalariados, terem sua atividade fiscalizada por órgãos reconhecidos pelo Estado – Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) e Conselho Regional de Serviço Social (CRESS) – ela possui características em comum com profissões autônomas, quais sejam:

[...] singularidade na relação com usuários e usuárias; caráter não rotineiro de seu trabalho; competência para formular propostas de intervenção fundamentadas em conhecimentos teóricos e técnicos; presença de uma deontologia e de um Código de Ética; formação universitária avalizada por credenciais acadêmicas (diplomas, títulos); regulamentação legal que dispõe sobre o exercício profissional, atribuições privativas e fóruns para disciplinar e defender o exercício da profissão, por meio de entidades de representação e fiscalização profissional (Raichelis, 2020, p. 14).

Considerada uma profissão liberal, os assistentes sociais possuem uma ética que os regula, incorporando-os às determinações históricas, legais, intelectuais e valores da profissão. Segundo Forti (2013), isso se reflete numa cultura profissional que dinamiza projetos em curso, envolvendo os profissionais numa complexa esfera da vida social. Ao vincularem-se à profissão, os assistentes sociais não atuam mais de forma individual, mas como parte integrante de uma coletividade corporativa. Nesse contexto, o Código de Ética assume um papel fundamental, orientando e estabelecendo os compromissos da profissão.

O Serviço Social é uma especialização do trabalho coletivo, inscrito na divisão social, técnica, sexual e étnico-racial do trabalho, assim como outras profissões que são requisitadas para responder às demandas sociais decorrentes da “Questão Social”<sup>2</sup>, por meio das políticas sociais (Raichelis, 2020).

Todavia, para falar dessa profissão é necessário retornar à categoria trabalho, que tem seu significado social no processo de produção e reprodução das relações sociais, para compreender a necessidade histórica dessa profissão. Segundo Iamamoto (2019), a reprodução das relações sociais:

[...] é entendida como reprodução *desta sociedade, em seu movimento e em suas contradições* [...] refere-se à reprodução das forças produtivas sociais do trabalho e das relações de produção na sua globalidade, envolvendo sujeitos e suas lutas sociais, as relações de poder e antagonismos de classe. Abrange a reprodução da vida material e da vida espiritual, isto é, das formas de consciência social – jurídica, religiosas, artísticas, filosóficas e científicas [...] (Iamamoto, 2019, p. 40).

Iamamoto (2019) complementa que a reprodução das relações sociais é também a criação de novas necessidades e de novas forças produtivas do trabalho e que, nesse processo,

---

<sup>2</sup> Neste trabalho será utilizado a “questão social” entre aspas, referendando que essa é constitutiva da sociedade capitalista, conforme Netto, 2001.

as desigualdades são aprofundadas. Desigualdades que constituem as expressões da “questão social”, que tem sua gênese no “[...] no caráter coletivo da produção e apropriação privada do trabalho, de seus frutos e das condições necessárias à sua realização” (Iamamoto, 2019, p. 38), portanto, a “questão social” emerge no capitalismo e, ao passo em que este se desenvolve por meio do processo de acumulação, promove, conseqüentemente, a acumulação da riqueza e da pobreza, ao se apropriar do trabalho não pago ao trabalhador, aumentando as desigualdades e promovendo as crises na medida em que a apropriação da riqueza restringe aos trabalhadores o acesso às mercadorias produzidas e, para tanto, essa é constitutiva deste modo de produção.

Com relação à sociedade capitalista, Dallago (2006) enfatiza que ao mesmo tempo em que possibilita um alto grau de desenvolvimento das capacidades humanas, também fragmenta o ser social ao impregnar valores de individualidade, de utilidade e de consumo, por meio da alienação e, nessa perspectiva, a ética é fundamental como possibilidade para reflexão, análise e materialidade de valores que ultrapassem a atual sociabilidade.

Segundo Iamamoto e Yazbek (2019), o processo de desenvolvimento capitalista gerou uma sociedade fragmentada e, por conseguinte, a “questão social” passa a expressar-se por inúmeras mediações, contudo, sob a égide neoliberal, o foco passa a ser direcionado apenas na pobreza, mascarando as demais expressões da “questão social”.

Nesse contexto, as expressões da “questão social” é o objeto de atuação do assistente social, o qual realiza a sua intervenção nas múltiplas expressões desse objeto. Raichelis (2020) explica que essa é uma profissão que participa da viabilização de serviços sociais e de direitos, respondendo às necessidades sociais decorrentes do processo de produção e reprodução social. A autora enfatiza o caráter de trabalhador/a assalariada/o da maioria das/os assistentes sociais, inseridos principalmente em instituições públicas e privadas, porém apesar do vínculo institucional, o Serviço Social configura uma profissão liberal, como mencionado anteriormente.

Ao ser categorizada/o como profissional liberal, o/a assistente social adquire o que Raichelis (2020) chama de relativa autonomia<sup>3</sup> na direção do seu trabalho, permitindo ao/à profissional romper com visões deterministas e/ou voluntaristas, que o/a aprisionam numa reprodução acrítica das demandas institucionais, para se apropriar da realidade institucional permeada por contradições, para então propor intervenções que vão ao encontro da

---

<sup>3</sup> Ao referir-se a autonomia relativa, requer o conhecimento a respeito da autonomia relativa do Estado, que majoritariamente é o empregador de assistentes sociais para atuarem nas políticas e programas sociais. O Estado é representante do interesse da burguesia, atualmente sob hegemonia do capital monopolista financeiro, e tem sua autonomia relativa permeada pela contradição de classes, que lutam por seus direitos e também pelo exercício da autonomia relativa (Raichelis, 2020).

perspectiva emancipatória. Isso porque, devido ao conhecimento e à competência que o/a profissional possui em sua dinâmica de trabalho, ele tem a possibilidade de negociar com seus empregadores as “[...] atribuições e prerrogativas profissionais, os objetos sobre os quais recai sua atividade profissional e seus próprios direitos como trabalhador/a assalariada/o” (Raichelis, 2020, p. 16).

Na dinâmica institucional de trabalho, permeado pela relativa autonomia, analisa-se que em muitos momentos instalam-se as crises profissionais devido ao não reconhecimento do profissional no exercício das suas atribuições privativas devidamente regulamentadas, ou quando outras profissões começam a requerer competências até então exercidas por assistentes sociais. Um exemplo exposto por Raichelis (2020) é o estudo ou análise socioeconômica requisitada pelo Serviço Social como atribuição privativa, porém, por vezes, sem considerar a finalidade e o conteúdo dessa ação, o que, de fato, a determina como atribuição privativa.

O Serviço Social é o resultado das relações sociais contraditórias provocadas pelo capitalismo monopolista e, ao mesmo tempo é o resultado do protagonismo individual e coletivo da categoria profissional, guiados por um projeto ético-político, com uma explícita direção social. A profissionalização do Serviço Social é o processo de inserção dos/das assistentes sociais em atividades laborais, em que a organização, os recursos, a dinâmica e os objetivos são determinados por empregadores da sua força de trabalho (Raichelis, 2020, p. 16). A autora destaca a indissociabilidade entre trabalho e profissão, pois as atividades desenvolvidas por assistentes sociais é trabalho, portanto, o desafio para essa profissão é:

[...] considerar a totalidade do processo de produção e reprodução social, para apreender a historicidade que o trabalho profissional assume na sociedade burguesa, como trabalho abstrato subsumido a processos de mercantilização e alienação próprias do assalariamento, pela mediação das políticas sociais e do aparato institucional criado para o enfrentamento da questão social, a partir da ação do Estado, das instituições da sociedade civil ou das empresas privadas (Raichelis, 2020, p. 17-18).

Dito isso, Raichelis (2020) destaca que as profissões são constituídas por sujeitos sociais, os quais são providos de teleologia – capacidade de pensar e projetar suas ações – e de intencionalidade. Por meio do trabalho, os profissionais disseminam a direção ético-política da profissão nos diferentes espaços que desenvolvem suas atividades, dando-lhes a possibilidade de resistência às imposições da classe dominante. Apesar da direção ético-política da profissão, essa também é afetada pelas transformações do mundo do trabalho que incidem diretamente nas condições de trabalho, na relativa autonomia e, principalmente, na

possibilidade de materialização do projeto ético-político.

As transformações do mundo do trabalho são decorrentes do aprofundamento da crise do capitalismo, entendendo-se a crise como os fenômenos constitutivos do movimento do modo de produção capitalista, que acontecem de forma cíclica devido à queda da taxa de juros, a qual é provocada pela concorrência dentro do próprio modo de produção, pela alta produtividade do trabalho e, conseqüentemente, o aumento da produção de mercadorias que, em função do desemprego e dos salários baixos, não são consumidas. De encontro à crise e, como estratégia para superá-la instaurou-se a partir da década de 1990, no Brasil, a agenda do neoliberalismo com a reestruturação produtiva, retirando as garantias e direitos dos trabalhadores para instituir a desregulamentação, a flexibilização, a terceirização e a intensificação do trabalho (Raichelis, 2020).

Segundo Teixeira (2024), o neoliberalismo foi a proposta suscitada pós Segunda Guerra Mundial, para impulsionar a economia e retirar do Estado o poder de regulação do mercado e, por isso, passa a ser desmantelado para dar lugar à globalização e à transnacionalização. Para Netto (2008), o ser social na ideologia neoliberal passa a ser considerado de forma isolada, como possessivo, competitivo e calculista; a sociedade passa a ser tomada como um aglomerado ao acaso, meio em que o indivíduo realiza seus propósitos individuais, e está fundada na ideia da natural e necessária desigualdade entre os homens, e a liberdade é vislumbrada apenas como liberdade de mercado.

Diante disso, Raichelis (2020) relata que como consequência de tais transformações houve o aumento exponencial do desemprego estrutural, a degradação da qualidade de trabalho com salários e condições de trabalho precários, principalmente quando se observa o gênero, a raça e a etnia. Além disso, com a incorporação da tecnologia, a qual é poupadora de força de trabalho humano, novos mecanismos de precarização do trabalho e da relação humana foram instituídos, como ressalta Raichelis (2020):

A reorganização dos processos produtivos e as novas formas de processamento e organização do trabalho apoiam-se cada vez mais nas tecnologias de informação e comunicação (TICs) e desencadeiam processos continuados de flexibilização dos contratos de trabalho, por meio das diferentes formas de trabalho terceirizado, temporário, em domicílio (*home office*), em tempo parcial ou por tarefa/projeto [...] (Raichelis, 2020, p. 20).

De acordo com Raichelis (2020), as consequências da reorganização produtiva instituída pelo neoliberalismo no mundo já eram observadas no capitalismo brasileiro,

considerando a transição do trabalho escravo<sup>4</sup> para o trabalho assalariado, que se diz livre. O desenvolvimento capitalista que se seguiu, pouco protegia o trabalhador e, ainda, predominavam a informalidade e a precariedade das condições de trabalho, com uma alta rotatividade de trabalhadores promovendo, portanto, a população excedente necessária ao sistema produtivo para que continue a desenvolver-se de forma desenfreada. A precarização do trabalho no Brasil não é um fenômeno novo, apenas assumiu novas manifestações e proporções que atingem também o trabalho da/o assistente social.

No contexto de crise capitalista, o Estado é fundamental para mediação, pois é o agente financiador que mantém o desenvolvimento do sistema para consolidação do capitalismo “[...] privatizando lucros e socializando custos, salvando bancos e colocando os sacrifícios nas pessoas” (Raichelis, 2020, p. 22). Para além disso, o Estado possui uma dimensão contraditória, ao passo que serve aos interesses da acumulação capitalista, com as contradições presentes dentro da própria classe dominante e é pressionado pela classe dominada para garantir sua condição de sobrevivência e reprodução social, e essa contradição é materializada pelas instituições e pelos agentes mediadores das políticas públicas.

Neste espaço de contradição do Estado, encontra-se o trabalho em serviços, dentre os quais o desenvolvido por assistentes sociais que, apesar da incorporação das tecnologias digitais, pressupõe uma atividade interativa e de natureza sócio relacional, com o uso intensivo da força de trabalho, que depende “[...] da competência crítica da/o trabalhador/a que presta o serviço, dos seus conhecimentos e informações, da direção ética e política que busca imprimir ao seu trabalho, da relação democrática ou não que estabelece com os sujeitos da ação profissional” (Raichelis, 2020, p. 23). A autora defende que essas metamorfoses do mundo do trabalho tendem ao “[...] enfraquecimento do movimento sindical e associativo, fragilização da organização política autônoma das/os trabalhadoras/as e, simultaneamente, à perda de direitos decorrentes do trabalho, acarretando profundas metamorfoses na ‘classe que-vive-do-trabalho’” (Raichelis, 2020, p. 23). Ou seja, essas transformações não são exclusivas de um segmento de trabalhadores, mas de todos os trabalhadores assalariados que vendem sua força de trabalho para a sobrevivência, inclusive assistentes sociais, os quais também estão submetidos aos progressos de degradação do trabalho, por meio da terceirização e flexibilização das relações trabalhistas, e com a precarização seus direitos também são violados. E, nesse sentido, é importante destacar que “[...] a mercantilização e a financeirização dos serviços públicos, a transformação das políticas sociais em nichos de

---

<sup>4</sup> Ver sobre esse assunto no livro *A Questão Judaica* de Karl Marx.

rentabilidade para o capital modifica a forma e o conteúdo do trabalho de assistentes sociais” (Raichelis, 2020, p. 23).

Considera-se que as atribuições e competências da/o assistente social materializam-se na intervenção com o seu objeto de seu trabalho que são as expressões da “questão social”, que se agudizam com o neoliberalismo. Diante das mudanças provocadas por essa forma de desenvolvimento, em busca de unificar o conceito de Serviço Social, em 2014, a Federação Internacional de Trabalhadores Sociais (FITS) e a Associação Internacional de Escolas de Trabalho Social (AIETS) adotaram como definição mundial de Trabalho Social ou Serviço Social:

O serviço social é uma profissão baseada na prática e uma disciplina acadêmica que promove a mudança e o desenvolvimento social, a coesão social e o empoderamento e libertação das pessoas. Princípios de justiça social, direitos humanos, responsabilidade coletiva e respeito às diversidades são fundamentais para o trabalho social. Apoiado por teorias de serviço social, ciências sociais, humanidades e conhecimentos indígenas, o serviço social envolve pessoas e estruturas para enfrentar os desafios da vida e melhorar o bem-estar. A definição acima pode ser ampliada em nível nacional e/ou regional (FITS, 2023, n.p.).

Tal conceito foi construído coletivamente pela categoria e entidades representativas, e teve a participação da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) e expressa a disputa por hegemonia na forma de explicar, direcionar e realizar o Serviço Social (Iamamoto; Yazbek, 2019).

Os desafios compartilhados do Serviço Social no mundo, consistem em:

[...] aperfeiçoamento acadêmico e ético-político da formação e dos exercícios profissionais; a ampliação de suas bases de legitimação social junto aos demais profissionais e aos sujeitos alvo dos serviços prestados; a expansão dos espaços ocupacionais e o reconhecimento do Serviço Social como área de conhecimento pela comunidade científica; e os compromissos éticos com valores que dignificam o gênero humano (Iamamoto; Yazbek, 2019, p. 12).

Segundo Yamamoto e Yazbek, o Serviço Social mundial, hegemonicamente, tem sido pautado, por concepções e diretrizes veiculadas por organismos multilaterais, tal como as metas do milênio da Organização das Nações Unidas (ONU) que direcionam a agenda dos debates neste período de radicalização neoliberal (Iamamoto; Yazbek, 2019).

Tal fato é observado nas políticas sociais que têm direcionado suas ações para cumprir os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), propostos pela agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU)/Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL), centrada no desenvolvimento sustentável e tendo por norte a igualdade.

Considerando tal direção, cabe abordar aqui, o que se refere à Política de Educação, categoria adotada neste trabalho, pois se constitui como campo de pesquisa.

De acordo com os ODSs, à Política de Educação cabe “4. Garantir o acesso à educação inclusiva, de qualidade e equitativa, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos” (ONU, 2023), e para tanto define mais 10 indicadores<sup>5</sup>.

Apesar de um ponto específico na agenda, todos relacionam-se e objetivam um fim comum: a igualdade. Contudo, Iamamoto e Yazbek (2019) pontuam que se trata da possibilidade da igualdade na expansão capitalista, pois a acumulação do capital cresce, simultaneamente, com as desigualdades, ao passo que a riqueza é socialmente produzida, mas, individualmente, acumulada. Para além disso, observa-se um desenvolvimento que esgota todos os recursos disponíveis: naturais, humanos e sociais, centrados na acumulação da riqueza por uma minoria e no crescimento das desigualdades.

Agravadas pela lógica da financeirização, atual forma de economia em vigor e em expansão no Brasil e no mundo, que Iamamoto e Yazbek (2019, p. 34), explicam que esta é, “[...] a liderança do *capital que rende juros* [...] obscurece o seu vínculo com a exploração do trabalho [...]”, promovendo a globalização e mundialização do capital, e resultando em:

[...] volatilidade do crescimento econômico, que redundando em concentração de riqueza e de propriedade, intensifica a exploração da força de trabalho com descomunal extração de mais-valia do trabalho vivo, o crescimento do trabalho desprotegido, o subemprego e o desemprego que atingem todos os trabalhadores inclusive assistentes sociais (Iamamoto; Yazbek, 2019, p. 17).

Em meio às contradições impostas por essa lógica de sociedade está o trabalho da/o assistente social, atualmente emaranhado por um contexto de desregulamentação, tanto do trabalho quanto das profissões. São requisitadas aos profissionais a flexibilização, a intensificação e polivalência, eliminando-se a especialização e a profissionalização características de cada profissão, para inseri-los em atividades comuns e simplificadas numa perspectiva de trabalho multiprofissional e interdisciplinar, trazendo como consequência a subordinação dos princípios éticos da profissão aos princípios da instituição ou espaço sócio-ocupacional de atuação profissional. E, é nesse bojo, que requisições históricas ao Serviço Social – disciplinarização, enquadramento e controle das classes subalternas – são retomadas, todavia, não sem embates e lutas da categoria, para perfazer seu projeto ético-político (Raichelis, 2020).

---

<sup>5</sup> Os indicadores dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODSs) com relação ao objetivo 4 estão disponíveis no link <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs/4>.

Em suma, considera-se que o Serviço Social tem sua gênese no capitalismo monopolista, e sua existência nos desdobramentos deste modo de produção, agora em sua fase de financeirização. Isso remete à importância de contextualizar o Serviço Social na história, para compreender o movimento dialético o qual culminou com o objeto de análise desta pesquisa: a relação do trabalho profissional dos assistentes sociais com os princípios éticos da profissão descritos no Código de Ética da/o Assistente Social de 1993.

## 2.2 CONTEXTO HISTÓRICO DO SERVIÇO SOCIAL NO BRASIL: A CAMINHADA DO NEOTOMISMO À ONTOLOGIA DO SER SOCIAL

O Serviço Social só pode ser entendido no movimento histórico da sociedade, ou seja, na reprodução da totalidade da vida em sociedade, portanto, na (re)produção das relações sociais capitalistas que não se resumem somente na vida material, mas também, na reprodução espiritual, na qual os homens tomam conhecimento da vida social, por meio das relações jurídicas, políticas, religiosas, artísticas, entre outras. E nessas relações encontra-se a possibilidade do novo, considerando o movimento constante da totalidade histórica, em que os sujeitos são produtos e produtores coletivos da História. Portanto, sujeitos da relação dialética na medida em que “O mesmo movimento que cria as condições para a reprodução contraditória da sociedade de classes, cria e recria os conflitos resultantes de suas relações sociais e a possibilidade de sua superação” (Iamamoto; Yazbek, 2019, p. 16).

Conhecer as relações históricas, econômicas e sociais são essenciais para compreender a profissão de Serviço Social, e não só, da vida também, pois como afirma Dallago (2006, p. 26), o “movimento dialético traz consigo a possibilidade de aproximar, cada vez mais, o homem da verdade, tirando-o de um estágio imutável diante das situações, dando abertura para novos conhecimentos”.

O Serviço Social surge no Brasil nos anos de 1930 sob as influências sócio-históricas do período, principalmente europeia – francesa e belga – vinculadas à ação social e da Igreja Católica para apostolado e qualificação das famílias operárias, responsáveis pela mediação entre os sujeitos para enquadramento comportamental.

Neste período, o Brasil estava em processo de desenvolvimento do capitalismo, portanto, vivendo uma transição econômica, do agrário para o industrial, e uma crescente urbanização, neste movimento ocorreu o golpe de Estado, que colocou no poder Getúlio Vargas, e o manteve governando o país por quinze anos. A Era Vargas (1930-1945), como

ficou conhecida, foi marcada pela modernização do Estado Nacional, com a instituição das primeiras leis trabalhistas que garantiam direitos básicos aos trabalhadores formais: liberdade sindical, jornada de trabalho de oito horas e férias, todavia, tudo por meio de intervenção federal.

Entre 1936 e 1945, tem-se a criação das primeiras escolas de Serviço Social no país sob influência da Igreja Católica. Nessa perspectiva, a ação profissional era pautada por cunho religioso, sem uma ética profissional que a orientasse. As primeiras profissionais formadas são alocadas nas instituições sociais criadas: Legião Brasileira de Assistência (LBA) Serviço Social na Indústria (SESI), entre outras, e todas com foco em valores morais, para controle das massas operárias, a fim de manter a harmonia social.

Com o fim da Segunda Guerra Mundial, em 1945, o Serviço Social tem sua expansão decorrente da exigência de aprofundamento do capitalismo no país, além das novas determinações mundiais (Iamamoto, 2019; Bravo; Matos, 2012).

Tais exigências eram decorrentes dos chamados “trinta anos gloriosos”, em que a economia mundial se expandiu por meio do padrão fordista-taylorista – produção em massa – e da política keynesiana – pleno emprego e padrão salarial – instituídos de maneira em que as famílias poderiam consumir e dinamizar a economia. Essas medidas permitiram, que no Brasil, a prestação de serviços públicos fosse expandida, permitindo às famílias com emprego formal o acesso aos direitos, e, por conseguinte, promoveram a institucionalização da profissão e constituição de um mercado de trabalho para os assistentes sociais (Iamamoto, 2019).

No contexto da Guerra Fria, com o protagonismo dos Estados Unidos no mundo, o Serviço Social passou a receber influência norte-americana, a qual tinha por fundamento a teoria sistêmica e funcionalista, instituindo o Serviço Social de Caso, Serviço Social de Grupo e Desenvolvimento e Organização de Comunidade.

Neste período, em 1947, no Brasil, foi criado o primeiro Código de Ética Profissional dos Assistentes Sociais, com forte influência religiosa baseada no neotomismo. O código determinava que o assistente social deveria ter uma ampla formação a respeito da moral, para “fazer o bem” e “evitar o mal” no trato de pessoas desajustadas para o “bem comum”, e ter por inspiração a caridade cristã. Segundo Barroco (1996), a base filosófica deste código e dos dois que partem dele como revisão – 1965 e 1975 – é do humanismo tradicional, que tem por fundamento valores abstratos como o bem comum e a moral, essa, por sua vez, é determinada pelo tempo e pelo espaço.

Em 1957, a primeira lei de regulamentação da profissão é aprovada – Lei 3252, de 27 de agosto de 1957, garantindo legitimidade ao exercício profissional e determinando a necessidade de formação em Serviço Social para exercício da profissão.

Em 1965, em meio a segunda onda de Ditadura Militar no Brasil, dessa vez, incentivada pelos Estados Unidos – que emergia enquanto potência econômica mundial –, para evitar o avanço da teoria social de Marx, o comunismo, a categoria profissional realizou a primeira revisão do Código de Ética Profissional do Assistente Social. Neste código consta a amplitude técnica e científica que o Serviço Social adquiriu, agora, alicerçado na natureza do ser social, como inteligente e livre e em seu destino, para preservação do “bem-comum” e dos direitos individuais, com cunho nacionalista. Apresentou alguns avanços ao prever a ação dentro de princípios democráticos, a luta por uma ordem social justa – dentro dos padrões morais da época – o aperfeiçoamento profissional, contudo, manteve como alicerce do trabalho a responsabilidade moral. Neste período, iniciava na América Latina, o movimento de resposta às ditaduras instituídas, e o Serviço Social estava seguindo, o Movimento de Reconceituação.

Na busca de romper com as influências externas à realidade latino-americana, o Movimento de Reconceituação do Serviço Social ocorreu no Brasil e em alguns países da América Latina, entre os anos 1965-1975 – período de transição dos anos dourados para uma onda recessiva – e representou a ruptura com os colonizadores do Serviço Social – franco-belga e norte-americano – em suas influências científicas e culturais, com a recusa das teorias até então orientativas, para a construção de elaborações originais brasileiras. Iamamoto e Yazbek (2019) explicam:

Buscava-se um Serviço Social genuinamente latino-americano, enraizado nos dilemas da ‘questão social’ e da “questão nacional” nos países dependentes, no marco das relações entre o Estado e as classes sociais, no compromisso com os interesses e necessidades dos segmentos especialmente ‘oprimidos’ (Iamamoto; Yazbek, 2019, p. 23).

A partir de um amplo questionamento das especificidades do Serviço Social de cada país “[...] finalidades, fundamentos, compromissos éticos e políticos, procedimentos operativos e formação profissional [...]”(Iamamoto, 2019, p. 44). O movimento teve como unidade a construção de um Serviço Social essencialmente latino-americano, com a recusa de teorias e métodos alheios à História, à crítica aos fundamentos sistêmicos e funcionalistas, e denúncia a suposta neutralidade político-ideológica dos assistentes sociais para, a partir de então, sob influência de Paulo Freire e de outros pensadores, assumir o desafio de organizar,

capacitar e conscientizar a parcela da população oprimida e marginalizada.

Segundo Iamamoto (2019), o Movimento de Reconceituação teve uma base teórica e metodológica eclética e, somente na década de 1970 ocorre a aproximação do Serviço Social com a tradição marxista, embora sem recorrer às obras originais de Karl Marx.

Como reação ao movimento, as forças hegemônicas profissionais no Brasil realizaram Seminários de Teorização do Serviço Social, para orientação conservadora e modernizante, como uma estratégia de manutenção da hegemonia.

De acordo com Iamamoto (2019), o movimento promoveu o afastamento do Serviço Social Latino e Caribenho do debate do Serviço Social mundial, o que trouxe prejuízos ao diálogo do debate acadêmico do Serviço Social, mas que tem sido revertido nas últimas décadas, por meio da articulação das entidades representativas.

A partir do Movimento de Reconceituação, Netto (2023) observou que o Serviço Social no Brasil desenvolveu-se em três vertentes ou perspectivas: a modernização conservadora, orientada pelo positivismo; a reatualização do conservadorismo, que teve a fenomenologia como fundamento; e a intenção de ruptura, que teve por fundamento filosófico a teoria social crítica.

No período de 1975 a 1985 ocorreu a criação de entidades do Serviço Social na América Latina, responsáveis por desenvolver debates e pesquisas sobre a organização política e acadêmica da categoria, os usuários, e a vinculação do Serviço Social com as políticas sociais. A aproximação com as iniciativas dessas entidades, Centro Latinoamericano de Trabalho Social (Celats) e Associação Latinoamericano de Escolas de Trabalho Social (Alaets), foram responsáveis por impulsionar a renovação crítica do Serviço Social no Brasil (Iamamoto, 2019).

Em 1975, a categoria profissional realizou a segunda revisão do Código de Ética, ainda pautado no “bem comum”, mas com algumas nuances de aproximação com a teoria social crítica, resquícios do Movimento de Reconceituação. Na introdução traz a trilogia que fundamenta a “realização” do assistente social: o Código de Ética, a estruturação legal e a probidade técnico-científica, ou seja, agir de acordo com os princípios éticos e morais presentes em uma sociedade, constituindo a protoforma do projeto ético-político da profissão, todavia, ainda embasado pelos valores abstratos neotomistas. O valor central do código é a pessoa humana, devendo o profissional tê-la como centro, objeto e o fim da vida social. Este código conceitua o bem comum como “[...] conjunto das condições materiais e morais concretas nas quais cada cidadão poderá viver humana e livremente” (CFESS, 2023).

Diferente dos códigos anteriores, este apresenta princípios pelos quais o profissional deveria embasar sua atuação, quais sejam:

I. Autodeterminação – que possibilita a cada pessoa, física ou jurídica, o agir responsável, ou seja, o livre exercício da capacidade de escolha e decisão; II. Participação – que é presença, cooperação, solidariedade ativa e corresponsabilidade de cada um, nos mais diversificados grupos que a convivência humana possa exigir; III. Subsidiariedade que é elemento regulador das relações entre os indivíduos, instituições ou comunidades, nos diversos planos de integração social. (CFESS, 2023).

Apesar dos singelos avanços, o código manteve-se centrado em valores abstratos, pois segundo Barroco (1996), o bem comum “[...] pretende representar a universalidade do bem, e por isto é abstrato, pois elimina as particularidades dos sujeitos históricos que terão diferentes entendimentos do que seja o bem, dependendo das necessidades e interesses em luta na sociedade” (Barroco, 1996, p. 120).

Os primeiros Códigos de Ética Profissional do Assistente Social – 1947, 1965 e 1975 – possuíam concepções filosóficas neotomistas e seus valores – bem comum e a pessoa humana – eram abstratos e metafísicos e tinham como princípio a harmonia e estabilidade, além de prever a neutralidade profissional (Paiva *et al.*, 1996).

Dallago (2006) explica que essa filosofia coloca o ser humano em uma perspectiva sobrenatural, remetendo a valores universais de sentido absoluto que os aproxima de Deus. Somente assim ele alcançará a autorrealização, a fim de viver uma vida plena e feliz, livre das desigualdades e injustiças do mundo terreno.

No período que segue o terceiro Código de Ética, o Serviço Social brasileiro tornou-se expressão da conjuntura social, das lutas pela democratização do país por meio das lutas operárias, da ascensão dos movimentos sociais impulsionados pela teoria social crítica, que culminaram com o fim da ditadura em 1985. No Serviço Social, a ruptura com o conservadorismo teve como marco o III Congresso Brasileiro dos Assistentes Sociais (CBAS), mais conhecido como Congresso da Virada, em 1979, que para a categoria foi um momento decisivo ao depor a mesa antes constituída por membros do Estado ditatorial e instituir uma mesa democrática, com representantes dos trabalhadores e movimentos sociais.

Em 1986, a categoria profissional realizou uma profunda alteração do Código de Ética, agora embasado e estimulado pela efervescência política e democrática no país, com o fim da ditadura e a busca por um Estado democrático e de Direito.

A concepção, os valores e os princípios adotados nos códigos anteriores foram superados no Código de Ética Profissional do Assistente Social de 1986, por princípios éticos

historicamente situados, com a finalidade de apreender os sujeitos históricos e suas necessidades concretas. A partir de então, estabeleceu-se a consciência do “compromisso” para com os usuários, concretizado pelos deveres: “[...] ‘democratizar as informações aos usuários’; ‘criar espaços para sua participação nos programas e decisões institucionais’; ‘denunciar falhas das instituições’ e ‘contribuir na correlação de forças’ [...]” (Paiva *et al.*, 1996, p. 160). Neste código, termos utilizados anteriormente foram substituídos por termos historicamente situados, a exemplo: a substituição do termo cliente, que geralmente é quem compra um serviço ou produto, para o termo usuário, pois usufrui dos serviços sociais prestados pelos profissionais. Além disso, o princípio da harmonia e estabilidade foi substituído pelo princípio da contradição.

Segundo Dallago (2006), novos deveres foram atribuídos ao Serviço Social: democratizar as informações, incentivar a participação dos usuários nos programas e deliberações institucionais, a fim de viabilizar seus direitos.

Com as novas exigências determinadas pelo CE de 1986 a profissão passou a requerer profissionais capazes de “[...] elaborar, gerir e decidir a respeito de políticas sociais e programas institucionais, o que pressupõe instrumentos para o conhecimento crítico da realidade política e social.” (Paiva *et al.*, 1996, p. 160) E para tanto, ao profissional houve a necessidade de ter conhecimento dos estudos e pesquisas atuais de sua área de atuação, a fim de garantir uma ação comprometida.

Compreender os avanços do CE de 1986 em relação aos anteriores, só é possível se forem consideradas as condições sociopolíticas em que ocorreu o desenvolvimento da profissão. Este marco concretiza as conquistas da categoria por meio do Movimento de Reconceituação. Resumidamente, este código revela três dimensões substantivas: “[...] a *negação da base filosófica tradicional*, nitidamente conservadora, que norteava a ‘*ética da neutralidade*’, enfim recusada; e a *afirmação de um novo papel profissional*, implicando uma nova qualificação, adequada à pesquisa, à formulação e gestão de políticas sociais” (Paiva *et al.*, 1996, p. 160 grifos do autor).

Apesar dos avanços contidos no código, Barroco (1996) explica que ao tomar partido pela classe trabalhadora, o documento explicita uma visão estática e unilateral, pois presume que essa classe é boa em si, eliminando a historicidade das escolhas, assim:

[...] a identificação de uma classe, como tendo de forma absoluta os valores do bem, pode indicar uma visão moralista da realidade social: aquela que separa o mundo entre bons e maus, subestimando com isso a possibilidade de contradição e de mobilidade e transformação de valores (Barroco, 1996, p. 120).

Além disso, Dallago (2006) explica que este código exaltava o como fazer em detrimento do dever ser, portanto, apresentava fragilidades em sua materialização cotidiana. Com isso, a categoria profissional e as entidades representativas identificaram a necessidade de revisão do código, devido aos seus limites teórico-filosóficos e às fragilidades de operacionalização. Diante disso, a categoria reunida por meio dos fóruns (Seminário Nacional de Ética (1991), Encontros Estaduais, 7º CBAS (1992), XII ENESS (1992), XX Encontro Nacional CFESS/ CRESS (1992), levantou a necessidade de alteração, a fim de incorporar as reflexões ratificadas no código.

A mudança caminhou no sentido de articular a normatização e a prática do assistente social. Foram pautadas as opções e decisões dos profissionais, com vistas a uma ação crítica e democrática, com os valores éticos fundamentados na totalidade concreta de inserção histórico-social da profissão, garantindo as conquistas obtidas com o Código de 1986, com a manutenção da opção por um projeto profissional que reverbere a realidade tal como se apresenta.

Diante disso, Paiva *et al.* (1996) explica que a reflexão ética constitui-se na análise teórica dos fundamentos da moral e as implicações das contradições que permeiam suas categorias constitutivas – valor e dever ser – e de seu objeto privilegiado – o bem –, a fim de identificar as possibilidades de superação dessas contradições e incorporar as demandas não atendidas, as demandas emergentes, e ainda, a constituição de novos valores. Para tanto, essa análise implica procedimentos crítico-históricos, já que a moral é histórica e socialmente determinada, além disso, não é neutra ou isenta, é empenhada, comprometida e compromissada com os valores de determinadas projeções sociais.

Em suma, compreende-se que estando a reflexão ética centrada no bem, seu significado varia de acordo com o tempo e o espaço, ou seja, ele é historicamente determinado pela sociedade e varia de acordo com crenças e valores; na sociedade contemporânea, o bem apresenta-se como liberdade.

Todavia, a adoção dessa questão ética central, a liberdade, não significa sua efetividade. Na verdade, na atual forma de sociabilidade capitalista, apresenta-se como um projeto a ser conquistado e não uma realidade. Isso porque, a realização da liberdade colide com as demandas estruturais do modo de produção capitalista, portanto, é reduzida aos seus aspectos jurídicos, sem se realizar de fato, pois a sociedade burguesa:

[...] fornece o quadro ideal para o desenvolvimento das demandas ligadas à liberdade,

que, historicamente, se apresentam de modo concreto (direitos e garantias sociais e individuais, autonomia, autogestão social), mas, simultaneamente, bloqueia e impede a sua implementação (Paiva *et al.*, 1996, p. 162).

Diante disso, a luta pela democracia, pela expansão e consolidação da cidadania constitui ação fundamental para toda sociedade e, principalmente, aos assistentes sociais, pois estes contribuem, efetivamente, na ampliação e manutenção dos direitos sociais e políticos das classes trabalhadoras. Contudo, depara-se com os limites impostos pela sociedade capitalista, a qual determina o mínimo e o máximo de satisfação das demandas sociais.

Diante das restrições impostas pela lógica de reprodução das relações sociais capitalistas, surge a necessidade de conceber um novo modelo social embasado em valores éticos fundamentais, como a liberdade e a equidade. Nesse contexto, a democracia desempenha um papel central como um valor ético-político que reflete o grau de envolvimento político e a distribuição justa da riqueza produzida, bem como a garantia do direito a um trabalho digno para todos os cidadãos em um contexto histórico concreto. Isso porque a democracia é o único sistema político capaz de promover e garantir a expressão de valores fundamentais, como a liberdade e a equidade (Paiva *et al.*, 1996).

Com isso, a reflexão ética, fundamentada na ontologia do ser social, emerge da interação do ser humano com o processo de trabalho, em a transformação da natureza se traduz em autotransformação do ser social e socialização. Essa socialização capacita o ser social a buscar a liberdade. A partir disso, a reflexão ética aspira a uma sociedade que promova o pleno desenvolvimento e a criação de valores para todos os trabalhadores. Contudo, isso requer a eliminação completa da exploração, dominação e alienação. Portanto, a reflexão ética delinea uma sociabilidade distinta da capitalista, com os trabalhadores desempenhando um papel crucial e a liberdade sendo um valor incontestável (Paiva *et al.*, 1996).

Dentre os trabalhadores que buscam a liberdade como um valor ético inquestionável, estão os profissionais de Serviço Social que, geralmente, são trabalhadores e têm sua atuação, majoritariamente, direcionada aos trabalhadores. Portanto, a reflexão ética tem uma relevância específica para esses profissionais.

Considera-se que a ética é uma questão central para a profissão, pois a sociedade brasileira é historicamente conservadora, elitista e excludente; valores orientados por essa, sociedade poderiam e podem ser revigorados. Isso porque os valores são categorias concretas, determinadas pela prática social e essa prática resulta do processo de trabalho onde o ser social se constitui.

O processo de reformulação do Código de Ética do assistente social estava inserido em um momento em que perspectivas conservadoras estavam agudizando e por outro o avanço democrático demonstrava a necessidade de exigências éticas imprescindíveis para o momento. Portanto, a necessidade de apreender os valores como um campo aberto de possibilidades que deve ser construída política e coletivamente e não por motivações individuais e utilitárias. Diante disso, a luta democrática é central para a conquista dos direitos da cidadania e acúmulo de forças que se situa num patamar superior à da atual sociedade com concepções liberais para uma ordem societária em que a liberdade não sacrifica os ideais de igualdade social.

Decorrente da redemocratização do país, em 1988, é promulgada a Constituição da República Federativa do Brasil, instituindo uma série de direitos que se tornam objetos de intervenção dos assistentes sociais. Diante dos desdobramentos anteriormente apresentados, a profissão, em 1993, realizou uma revisão do CE de 1986, resultando no Código de Ética Profissional da/o Assistente Social, o qual manteve os valores e princípios alinhados com a direção social progressistas. Para além disso, o documento tornou-se aparato de defesa da qualidade dos serviços prestados e de legitimação social da categoria profissional, e está vigente até a atualidade (Paiva; Sales, 1996). Cabe informar que o referido código será objeto de discussão no item 1.3 no que se refere aos seus princípios.

Ainda em 1993, ocorreu a publicação da Lei 8662, de 7 de junho de 1993, de regulamentação da profissão, fruto de discussões que emergiram da categoria profissional. Esta lei com CE revisado neste ano, e mais as Diretrizes Curriculares da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) compuseram o projeto ético-político da profissão para os Cursos de Serviço Social de 1996.

A partir do exposto, Iamamoto (2019) resume que nas três últimas décadas, o Serviço Social polariza-se em duas direções: de ruptura com o conservadorismo, promovido a partir do marco histórico “Congresso da Virada”; e de reação neoconservadora com a naturalização do capitalismo e, por conseguinte, a negação de uma sociedade de classes. Diante disso, tais direções coexistem e vêm direcionando as pesquisas na área do Serviço Social e influenciam na atuação profissional. Raichelis (2020) relata que o Serviço Social construiu um projeto hegemônico nas dimensões técnico-operativa, teórico-metodológica e ético-política em meio a heterogeneidade e a disputas presentes na profissão. Todavia, esses constituem desafios à categoria profissional, na medida em que avanços neoconservadores ocorrem para retirada de direitos já conquistados.

Com isso, compreender a orientação ética do Serviço Social é fundamental para

atuação dos profissionais e, para além disso, direcioná-la à proposta societária defendida que é oposta à proposta da sociedade atual, na medida em que busca a emancipação humana e demarca uma direção social muito bem fundamentada para o trabalho da/o assistente social. Nessa perspectiva, verifica-se a necessidade de discorrer a respeito dos princípios norteadores da profissão, identificar as diretrizes que a comandam e a orientam e a forma de sociabilidade do capital tendo como direção a materialização de valores e princípios de manutenção da sociedade atual ou a defesa de uma sociedade emancipada.

### 2.3 CÓDIGO DE ÉTICA DA/O ASSISTENTE SOCIAL DE 1993: O DESAFIO DA AUTONOMIA PROFISSIONAL

O Código de Ética da/o Assistente Social de 1993 constitui-se uma referência ético-política para a profissão, visto que delimitou com clareza os valores e compromissos éticos e profissionais fundamentais, listados em seus princípios. É um instrumento jurídico-legal, pois normatiza atitudes e posturas profissionais concernentes aos seus princípios, capaz de orientar e combater as infrações à ética profissional (Paiva; Sales, 1996).

Barroco (1996) explica que um Código de Ética é, estruturalmente, composto por duas partes: a primeira parte deve constar os avanços históricos da profissão e expor seus valores e princípios historicamente construídos; e a segunda parte deve constar a forma como o profissional deve operacionalizar os princípios e valores descritos anteriormente.

Segundo Paiva e Sales (1996), o código de 1993 foi construído no intuito de ter-se um aparato concreto de defesa da qualidade dos serviços e do exercício profissional, concedendo respaldo jurídico à profissão. Além disso, ele representa “[...] o que de melhor o Serviço Social apreendeu e produziu sobre os fundamentos ontológicos do ser social e sobre a relação estratégica entre projeto profissional, defesa dos direitos e projeto societário” (Santos, 2012, p. 12).

O intuito da escolha dos caminhos para reformulação do código em 1993 foi unir tática e estratégia, meios e fins, oferecendo um suporte nítido para a atuação profissional, estabelecendo mediações mais condizentes com a realidade brasileira. Segundo a autora, o código apresenta-se como uma ferramenta para a construção da hegemonia, no sentido de fornecer direção intelectual e moral à categoria. Ainda, a reformulação do código representou a ruptura com o conservadorismo, o autoritarismo e o psicologismo que marcaram a profissão em sua história. Para além disso, o Código de 1993 manteve o compromisso com a

classe trabalhadora da qual o/a assistente social também faz parte, e seus princípios direcionam a atuação profissional para a perspectiva da emancipação humana, “[...] a exemplo da plena expansão dos indivíduos sociais e da socialização da economia, da política e da cultura, numa perspectiva de superação da desigualdade de classes” (Behring, 2013, p. 16).

Netto (2013) ressalta que o Código de Ética de 1993 condensou em seus fundamentos, em sua estrutura e em sua forma, o mais significativo consenso democrático entre a categoria profissional. Para tanto, acredita que os princípios fundamentais do código não devem sofrer qualquer revisão porque direcionam a um projeto de sociedade livre de qualquer forma de exploração e discriminação. Continuam atuais e ainda mais emergentes, considerando os desmontes e ataques neoliberais tanto à democracia quanto aos direitos.

Com relação à estrutura do código, esta consta da introdução com uma breve história e contextualização do Serviço Social e da necessidade de revisão do código de 1986; em seguida são apresentados os onze princípios fundamentais da profissão, os quais serão discutidos neste trabalho. Após a primeira parte do código, segue a parte que regulamenta os princípios nele descritos por meio de quatro títulos, seis capítulos e trinta e seis artigos, organizados na tríade direitos, deveres e proibições, no que concerne à relação do assistente social com os usuários, com as instituições empregadoras, com as entidades da categoria, com outros profissionais, com a justiça, bem como regula as questões relacionadas ao sigilo profissional. Ressalta-se a real articulação entre os princípios e, entre esses com o exercício profissional. Por isso, Netto (2013) afirma a necessidade de compreender o código em sua totalidade, pois este expressa uma articulação interna coerente, tornando-se impossível os princípios isoladamente, bem como seus artigos. Tudo no código se articula para a totalidade das necessidades profissionais.

A partir disso, a seguir, será abordado cada princípio do Código de Ética da/o Assistente Social de 1993, todavia, ressalta-se que o objetivo não é abordá-los de forma isolada, mas sim compreender as categorias envolvidas em cada um e observar como se expressam na totalidade.

O primeiro princípio norteador da profissão e base elementar para todos os princípios que dele decorrem é **“Reconhecimento da liberdade como valor ético central e das demandas políticas a ela inerentes – autonomia, emancipação e plena expansão dos indivíduos sociais”**. A liberdade é uma categoria histórica que se desenvolve ao passo que o trabalho se desenvolve, lembrando que a categoria trabalho foi abordada no primeiro item do

capítulo. Por se desenvolver em decorrência das relações estabelecidas pela transformação da natureza e do próprio ser humano pelo trabalho, a liberdade ganha sentido de acordo com a cultura da sociedade em que se desenvolve, portanto, “[...] a concepção de liberdade *varia, se transforma*, no decorrer da história [...]” (Netto, 2013, p. 23).

Netto (2013) informa que devido ao caráter histórico desta categoria, não é possível uma definição única, verdadeira e legítima para todas as sociedades e, além disso, mesmo em uma única sociedade é possível haver duas concepções de liberdade, como é o caso da sociedade de classes, em que os proprietários dos meios de produção e as instituições que a eles servem possuem um entendimento de liberdade diferente do proposto e defendido pela categoria profissional direcionado a classe trabalhadora.

De acordo com Netto (2013, p. 24), a concepção de liberdade expressa no código é histórica e tem filiação moderna ao fazer referências às temáticas presentes na agenda social da contemporaneidade, a saber: “[...] democracia como socialização da participação política; direitos humanos; direitos civis, políticos e sociais; equidade, diversidade e diferença; gênero e etnia”. Diante disso, ao ser tomada como valor ético central, a liberdade é fator fundante de todos os outros princípios, de forma imediata e mediata. A concepção de liberdade adotada pelo código tem seu contexto na História. Considera as escolhas/opções que o ser social faz mediante as alternativas concretas que a ele se apresentam; portanto, é no decurso da História que as alternativas reais se constituem, assim a liberdade consiste nas respostas possíveis ao problema objetivo. Ainda de acordo com Netto e Braz:

Na sua ação e na sua atuação, o ser social sempre encontra alternativas e sempre pode escolher – e a escolha entre alternativas concretas configura o exercício da *liberdade*: ser livre é poder escolher entre elas; o ser social é um ser capaz de liberdade (Netto; Braz, 2008, p. 42).

Portanto, a liberdade para a qual o código se direciona é colidente e difere em grande medida da liberdade imposta e disseminada pelo neoliberalismo, uma liberdade limitada e reduzida a termos formais e jurídicos, que foca em termos como liberdade de expressão, liberdade de ir e vir e no livre-arbítrio, considerando o ser humano, exclusivamente, em sua individualidade, tendo por velho jargão “a minha liberdade termina quando começa a liberdade do outro”, quando na verdade “[...] a plena realização da liberdade de cada um requer a plena realização de todos” (Paiva; Sales, 1996, p. 182). É por isso que Marx e Engels afirmam que “[...] o livre desenvolvimento de cada um é a condição para o livre desenvolvimento de todos” (Netto; Braz, 2008, p. 47). Portanto, não é na individualidade que

a liberdade se constitui, mas sim na singularidade de cada sujeito, que no coletivo da luta de classes caminham para uma sociedade emancipada, livre de exploração e dominação de classe, gênero e etnia.

Neste sentido, o código prevê que para a plena realização da liberdade é indispensável garantir as demandas que a ela são inerentes: a autonomia, a emancipação e a plena expansão dos indivíduos sociais, ao passo em que podem desenvolver suas potencialidades de forma livre e socialmente.

No Código, as escolhas profissionais são nítidas, inequívocas: numa quadra histórica em que os Estados (inclusive o brasileiro) avançam políticas sociais mercantilizadas e focalizadas, ele preconiza a universalidade do acesso a bens e serviços; diante de uma vida social em que o atentado aos direitos humanos é naturalizado, cotidiano, real e palpável (na guerra e na paz formal), ele aponta sem concessões para a defesa daqueles direitos e para o combate ao arbítrio; em face de uma sociedade em que operam mecanismos de exploração e dominação, ele afirma a possibilidade de uma outra e nova ordem societária – e, nesta afirmação, indica a sua referência geral: a sintonia da valoração ética que assume ‘com a luta geral dos trabalhadores’ (Netto, 2013, p. 24-25).

De acordo com Paiva e Sales (1996), na atuação profissional a liberdade pode se tornar um problema quando as condições objetivas dificultam e, por vezes, divergem do desejo de transformação do profissional. Nesse contexto, a ausência de liberdade pode levar o profissional a resignação e impotência ou a ter uma visão fatalista e determinista das situações, levando-o a caminhos de passividade ou liberdade absoluta.

O segundo princípio é **“Defesa intransigente dos direitos humanos e recusa do arbítrio e do autoritarismo”**. Tal princípio parte do pressuposto de que a emancipação humana, ou seja, o pleno desenvolvimento de todas as potencialidades do ser humano, não é possível de ser alcançado devido aos limites impostos pela sociedade capitalista. Por isso, tem-se a necessidade da defesa intransigente dos direitos humanos e a necessidade da recusa de qualquer forma de arbítrio e autoritarismo, tão presentes na sociedade (Ruiz, 2013).

Segundo Ruiz (2013), a Declaração de Viena afirmou que os direitos chamados civis, políticos, sociais, culturais, ambientais e bioéticos são todos indivisíveis, inter-relacionados, universais e interdependentes, portanto, não passíveis de divisões. O autor afirma que a mera divisão dos direitos desconsidera a complexidade dos seres sociais, que apresentam dimensões objetivas, subjetivas, afetivas, sexuais, etárias, físicas, de gênero e de etnia, entre outras. Portanto, não há hierarquia entre os direitos, pois todos se relacionam na vida dos sujeitos. Além disso, os direitos são superiores à lei, pois esta não pode suprimir uma necessidade, uma vez que os direitos são disputados na relação dialética que viabiliza as

necessidades e potencialidades humanas.

Esse princípio significa o posicionamento contra toda e qualquer forma de violência (doméstica, psicológica, sexual), abuso, torturas e grupos de extermínio, formas agudizadas pela História com ditaduras, guerras e a degradação das condições de vida promovidas pelo neoliberalismo com a exaltação do individualismo, e a predominância do irracionalismo e do terror. Nesta sociedade, o senso comum tem um importante papel: o de mascarar as violações aos direitos humanos e naturalizar a barbárie, pela assimilação de comportamentos autoritários e arbitrários que se expressam nas relações familiares, afetivas, econômicas e culturais (Paiva; Sales, 1996; Ruiz, 2013).

É nesse sentido que o código prevê uma postura profissional que visa romper e combater toda e qualquer forma de barbárie, travestida de atitudes arbitrárias e autoritárias que alienam o sujeito de seus direitos e ferem sua integridade. A defesa dos direitos humanos e a recusa do arbítrio e do autoritarismo é um desafio à categoria profissional, pois seu maior empregador, o Estado, é o agente mais violador de direitos; portanto, aos profissionais é necessário coragem para reagir e se posicionar-se, a fim de enfrentar, dominar e, porventura, superar as situações de violação de direitos, utilizando-se da autonomia relativa existente entre a atuação profissional e os interesses da instituição e, além disso, utilizar-se dos instrumentos operativos relacionados aos direitos humanos (Paiva; Sales, 1996; Ruiz, 2013).

O terceiro princípio é **“Ampliação e consolidação da cidadania, considerada tarefa primordial de toda sociedade, com vistas à garantia dos direitos civis sociais e políticos das classes trabalhadoras”**. A concepção de cidadania é tomada pela universalização dos direitos sociais, políticos e civis, que também se difere da concepção neoliberal que tem por parâmetro um limite mínimo para a satisfação das necessidades básicas dos sujeitos.

Além disso, Freire (2013) chama a atenção para a forma como os direitos estão descritos no princípio que, claramente, são inspirados pela concepção liberal de cidadania de Marshall; por isso, a autora ressalta a necessidade em considerar a realidade brasileira como parâmetro para a cidadania, que tem na concentração da propriedade privada e de renda a expressão da desigualdade histórica no Brasil. Portanto, conhecer a realidade brasileira para entender os limites e possibilidades para uma plena cidadania é fundamental para a implantação do Projeto Ético-Político que busca a superação da sociedade de classes, na qual será possível a realização da cidadania almejada por este código.

Diante disso, cabe ao assistente social lutar pela ampliação dos direitos sociais, objetivando a contemplação integral dos mesmos, na tensão entre a universalização e os

limites impostos pela sociedade capitalista, pois é pela história de lutas e conquistas dos trabalhadores que os direitos se constituíram (Paiva; Sales, 1996).

O quarto princípio é **“Defesa do aprofundamento da democracia, enquanto socialização da participação política e da riqueza socialmente produzida”**. A democracia referida no código refere-se à necessidade de socialização da riqueza e à distribuição de renda, com igualdade de acesso e oportunidades para que todos tenham acesso a trabalho, saúde, educação, lazer, cultura e condições de existência dignas, para além da democracia política. Todavia, esta perspectiva de democracia não é condizente com a sociedade capitalista “[...] porque tal conteúdo social contraria o núcleo de relações fundantes da acumulação capitalista, a qual se estrutura a partir da exploração de uma classe sobre a outra” (Paiva; Sales, 1996, p. 188).

A socialização da participação política defendida pelo código está além dos direitos políticos, envolve a socialização do poder, que está intrinsecamente relacionado com a socialização da propriedade e da riqueza. E essa socialização do poder pode ser exercida tanto pelo profissional, quanto estimular seus usuários, à participação em instâncias decisivas de controle e gestão participativa, bem como de sindicatos, associações, entre outros.

A partir disso, o código repudia o receituário neoliberal de ampliação da barbárie e exclusão social, bem como das consequências dele decorrentes, que se apresentam mitificadas pelo desenvolvimento tecnológico e globalização. No entanto, promovem o aumento da desigualdade social, com a mútua destruição dos oprimidos que tentam se empoderar na tentativa de usufruir de alguma forma da riqueza socialmente construída, mas privadamente apropriada, uma contradição que gera uma destruição sem precedentes (Paiva; Sales, 1996).

Na atuação profissional do assistente social, ser democrático é romper com as práticas tradicionais de controle, tutela e subalternização, além de contribuir com/e para participação e controle social em âmbito institucional, auxiliando no autodesenvolvimento dos indivíduos sociais, e agregando forças políticas para o enfrentamento coletivo das desigualdades sociais (Paiva; Sales, 1996; Teixeira, 2013).

O quinto princípio é **“Posicionamento em favor da equidade e justiça social, que assegure universalidade de acesso aos bens e serviços relativos aos programas e políticas sociais, bem como sua gestão democrática”**. Isso significa em termos de igualdade de direitos, dar a cada um, o que é seu, considerando as especificidades de cada sujeito, na tentativa de corrigir alguma ausência decorrente da reprodução social. Na sociedade capitalista, a justiça social é um ideal a ser perseguido. Da mesma forma que os princípios

abordados anteriormente, equidade e justiça social são concepções que divergem das propostas neoliberais, que pregam uma liberdade entre os homens, quando na verdade se deve buscar a igualdade de direitos e, para tanto, fornece as condições necessárias para que isso aconteça, considerando a singularidade de cada um (Paiva; Sales, 1996).

Todavia, Boschetti (2013, p. 68) faz uma crítica a essa concepção de equidade, pois segundo ela, não deixa de ser uma estratégia do capital para a incorporação das diferenças e não para tratar das desigualdades, e essa concepção é a adotada pelo Banco Mundial para orientar as políticas públicas de países periféricos. Para a autora, a luta por direitos é a mediação fundamental para a emancipação humana, mas essa só poderá efetivar-se com a superação da principal forma de exploração humana: “[...] a apropriação privada da riqueza socialmente produzida” (Boschetti, 2013, p. 68). Segundo a autora, por mais universal que o direito possa ser, não será capaz de romper com as leis que regem o capitalismo. Entretanto, a possibilidade de superação está na luta, e neste sentido, na luta pela universalidade de acesso aos direitos sociais e defesa dos mesmos:

O sentido da defesa dos direitos, nos marcos da sociabilidade capitalista, portanto, é o de lutar para universalizar o acesso a bens e serviços, para redistribuir a riqueza socialmente produzida pela ampliação de acesso ao fundo público, para fortalecer as lutas políticas a fim de consolidar a emancipação política e democratizar os espaços públicos, para ampliar o acesso aos bens e serviços e gritar contra as diferentes formas de discriminação e opressão (Boschetti, 2013, p. 68).

Portanto, a luta pela universalização dos direitos é uma estratégia para a transição da atual sociabilidade – que impede a existência da igualdade social, pois a desigualdade é condição elementar para sua continuidade – para a sociedade livre de exploração. Por si só, essa luta não é suficiente, mas sem ela as possibilidades tornam-se escassas. Pois, como afirma Netto e Braz (2009):

[...] a possibilidade de incorporar as objetivações do ser social sempre foi posta *desigualmente* para os homens singulares. Ou seja: até hoje, o desenvolvimento do ser social jamais se expressou como o igual desenvolvimento da humanização de *todos os homens*; ao contrário: até nossos dias, o preço do desenvolvimento do ser social tem sido uma *humanização extremamente desigual* – ou, dito de outra maneira: até hoje, o processo de humanização tem custado o sacrifício da maioria dos homens. Somente numa sociedade que supere a divisão social do trabalho e a propriedade privada dos meios de produção fundamentais pode-se pensar que todas as possibilidades do desenvolvimento do ser social se tornem acessíveis a todos os homens (Netto; Braz, 2008, p. 46).

Dessa forma, Boschetti (2013, p. 69) interpreta o princípio “como o compromisso com a igualdade substantiva, aquela que se realiza com a socialização da riqueza, aquela que se

move pautada no projeto de construção de uma sociedade emancipada das relações capitalistas.” E nesse sentido, a equidade constitui um período de transição para a nova ordem societária almejada pelo código e, por conseguinte, pelo projeto ético-político da profissão.

Para Paiva e Sales (1996, p. 191), “a defesa da equidade e da justiça social funciona, pois, como signo de luta pelo efetivo processo de democratização do acesso e usufruto dos serviços sociais”, e essa democratização tem nos programas e políticas sociais a primeira forma de viabilizar a distribuição das riquezas socialmente produzidas; por isso, a necessidade de compreensão dos profissionais e de esses fortalecerem seus usuários na perspectiva de direitos e na universalidade de acesso aos mesmos.

Neste sentido, cabe aos profissionais assistentes sociais atuar no processo de implementação dos programas e políticas sociais, com vistas a contribuir para a democratização dos critérios de elegibilidade, como uma estratégia de inclusão de um número sempre crescente de cidadãos, a fim de eliminar a histórica seletividade presente nas políticas sociais (Paiva; Sales, 1996).

Considerando as tendências provocadas pelas contrarreformas neoliberais, com retrocesso das políticas sociais, Boschetti (2013, p. 72) pontua que os desafios éticos e políticos colocados à profissão exigem posicionamentos incisivos em suas intervenções e mediações na luta pela ampliação dos direitos e políticas sociais. Além disso, a autora afirma que “[...] não se deve contentar com o Brasil que barbariza cotidianamente a vida de milhares de trabalhadores e trabalhadoras, que lhes nega o direito de trabalhar, de morar, de estudar, de se alimentar, de se locomover com condições civilizadas”.

O sexto princípio consiste em **“Empenho na eliminação de todas as formas de preconceito, incentivando o respeito à diversidade, à participação de grupos socialmente discriminados e à discussão das diferenças”**. Este princípio, assim como os aqui já abordados, e os que se seguem consistem na síntese do projeto societário que a categoria profissional almeja e, ainda, na síntese do mundo no qual, seus profissionais gostariam de estar (Almeida, G., 2013).

Porém, o mundo que se apresenta é o oposto do qual se almeja. Tomando por referência a sociedade brasileira tem-se um contexto de desmontes das políticas sociais, com:

[...] o mundo do trabalho cada vez mais desfavorável ao acesso a direitos trabalhistas e o Estado organiza o enfrentamento da “questão social” pela via da crescente militarização combinada entre outros aspectos, a dispositivos de transferência de renda aos mais pobres que não alteram com radicalidade a desigualdade econômica entre as classes sociais, desigualdade que nos manteve historicamente entre os países do topo da desigualdade

econômica mundial (Almeida, G., 2013, p. 75-76).

Diante desse contexto, a luta contra o preconceito das ditas “minorias” é, na verdade, a luta da maioria. A minoria é a parcela da sociedade brasileira “[...] rica, branca, masculina, adulta, heterossexual, cisgênero e sem necessidades especiais ou doenças crônicas o que sobra é quase toda a sociedade brasileira”. A maioria, que é historicamente excluída e alvo de preconceitos, violências e racismo, é composta por homens e mulheres negras/os; indígenas; mulheres e alguns homens na luta contra o sexismo; lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais afetados pela homofobia e também pelo sexismo; crianças, adolescentes e idosos que convivem e buscam espaço numa sociedade adultocêntrica; pessoas com deficiência e/ou doenças crônicas que denunciam a indiferença e o descrédito de suas potencialidades por essa sociedade (Almeida, G., 2013, p. 78).

Para que todos os sujeitos se desenvolvam de acordo com suas especificidades ou diferença Netto e Braz (2009) pontuam que:

[...] os homens são *iguais*: todos têm iguais possibilidades humanas de se socializar; [todavia] [...] é preciso que as *condições sociais para que se socializem sejam iguais para todos* [e isso só é possível em] [...] uma sociedade onde *todos* os homens disponham das mesmas condições de socialização [...] (Netto; Braz, 2008, p. 47).

De acordo com Paiva e Sales (1996), o preconceito é fruto da desinformação, da ignorância e do irracionalismo, para absolutizar determinismos étnicos, religiosos, sexuais e econômicos; por isso, a necessidade do processo de desalienação do senso comum para que, por meio do resgate da ética, ao afirmar que os indivíduos sociais são livres, críticos e criativos, seja possível o respeito, a dignidade, a liberdade e a tolerância mediante as diferenças e ao outro, sendo estes requisitos fundamentais para amadurecimento da democracia e da liberdade.

Segundo Guilherme Almeida (2013), as práticas que contribuem para a discriminação e o preconceito são realizadas por usuários, familiares, profissionais e gestores, e constituem construções sociais históricas e ideologias passíveis de desconstrução mediante um trabalho político e educativo na dimensão individual e coletiva. Nesse sentido, aos assistentes sociais cabe a busca pela transformação das culturas institucionais, o que exige sensibilização, informação, treinamento para novas atitudes, discussão dos direitos e estímulo à participação política. O autor ressalta que este trabalho não elimina o preconceito, mas contribui para ampliar os direitos e dar visibilidade aos que estão nos processos de invisibilização, ou seja, aqueles a quem tentam apagar e aniquilá-los da sociedade. E, para tanto, a luta pela

universalização das políticas sociais, das políticas de reconhecimento e redistribuição é primordial para a categoria profissional.

O sétimo princípio é **“Garantia do pluralismo, através do respeito às correntes profissionais democráticas existentes e suas expressões teóricas, e compromisso com o constante aprimoramento intelectual”**. Este é o princípio que mais gera dúvida em grande parte da categoria profissional; isso porque, por vezes, confundem-se o pluralismo com ecletismo, todavia não são a mesma coisa.

Segundo Forti (2013), ecletismo é a possibilidade de unir, sem critério de vertentes teórico-filosóficas distintas, numa espécie de tirar o que há de melhor em cada vertente, mas, isso incorre numa escolha particular, do que o profissional acredita como bom, destoando da direção empreendida pela profissão. De acordo com a autora, este princípio determina o respeito imprescindível às diferentes correntes profissionais, pois, é necessário considerar a história do Serviço Social, que não nasce numa perspectiva crítica, ao contrário, é oriunda de uma perspectiva conservadora, e somente a partir do Movimento de Reconceituação que outras vertentes ganharam espaço no Serviço Social e, com isso, houve a possibilidade de alterar a direção da profissão no Brasil.

É importante destacar que o código prevê o pluralismo de correntes, mas de correntes democráticas, pois “[...] em uma profissão exercida em um contexto social-democrático, não caberia uma única concepção teórica como seu fundamento e expressão” (Forti, 2013, p. 93). Além disso, é por meio da democracia que se assegura a liberdade, portanto, um valor indispensável à categoria profissional. E para tanto, a autora aborda que:

Significa o reconhecimento e a convivência de diferenças teórico-filosóficas e/ou ideopolíticas e alternativas operacionais que precisam ser respeitadas, sem que isso possa ser confundido com ausência de explicitação de posição assumida e/ou justificativa para a falta de debate, uma vez que o posicionamento claro, a honestidade teórica e o debate são ingredientes indispensáveis para o convívio profissional e o aprimoramento intelectual (Forti, 2013, p. 95).

De acordo com Paiva e Sales (1996, p. 197), pluralismo não significa que todas as correntes teóricas e políticas se equivalem, mas sim, que todas têm direito de expressão, com condições de liberdade de crítica e de discussão, porém, a adesão da categoria será pela posição teórico-filosófica que “[...] melhor explica e enfrenta os dilemas da prática profissional, e que consegue decifrar mais amplamente essa realidade e os seus desafios.” E, ainda, o pluralismo supõe uma convivência respeitosa e produtiva entre as correntes teórico-filosóficas que circulam no Serviço Social, isso porque é um princípio democrático, o que

não implica a ausência do debate de ideias e posições políticas.

O oitavo princípio **“Opção por um projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária, sem dominação, exploração de classe, etnia e gênero”**. Este princípio, mediatamente decorrente dos princípios anteriores, é resultado do amplo conhecimento adquirido pela profissão, em que, por meio da sua inserção nos espaços de lutas sociais, aproximou-se da realidade concreta e com base numa perspectiva crítica tem, em seu norte, a busca por uma nova ordem societária. Para tanto, é necessário o rompimento com a ordem societária atual que, de forma alguma, renunciará de suas bases estruturantes de exploração que promovem as desigualdades sociais. Portanto, as ações profissionais devem ir no sentido de instrumentalizar as bases para a construção de uma sociedade livre de exploração e discriminação (Paiva; Sales, 1996).

Ney Almeida (2013, p. 104) aborda o princípio ressaltando a necessidade de articulação com os demais, e explica que esse constitui um horizonte da ação profissional que, em meio ao processo de lutas engendradas dentro da atuação, visando a emancipação humana, é consciente dos limites impostos pela atual sociedade, contudo, emprega seus esforços na “[...] articulação com outros sujeitos profissionais para a realização de uma práxis efetivamente emancipatória”.

Para tanto, o conhecimento da realidade é fundamental para uma atuação consciente e transformadora, e a realidade é que, nessa sociedade, as formas de dominação permeiam todas as instituições, desde as empregadoras de assistentes sociais, que em sua maioria são as responsáveis pelas políticas sociais, até a família, a escola, entre outras. A sociedade capitalista é articulada para que todas as instituições e ações promovam sua manutenção, seja pela alienação ou pela opressão:

As formas institucionalizadas de dominação de uma classe sobre a outra, de um grupo social sobre outro, de homens sobre as mulheres, de adultos sobre os adolescentes e as crianças, de brancos sobre negros, pardos e índios, dos intelectuais e das instituições sobre a população, dos governantes sobre os governados, dos dirigentes sobre os subalternos em qualquer espaço, público ou privado, revelam assimetrias de poder que hierarquizam sobre diferentes espectros normativos, burocráticos ou meritocráticos os dominantes e os dominados, os exploradores e os explorados (Almeida, N., 2013, p. 106-107).

A partir disso, o autor afirma com relação aos princípios do Código de Ética:

[...] tais princípios não são alcançáveis e realizáveis sob quaisquer condições teóricas, políticas e técnicas, visto que pressupõem um exercício profissional que não se reduz ao campo dos ‘compromissos firmados discursivamente, pois se sustentam em práticas

qualificadas, nas quais a busca permanente por aprimoramento, pela troca, pela socialização de experiências sistematizadas constitui mais do que novas exigências para o/a assistente social, e sim um processo de escolha ética por um tipo determinado de trabalho e não por qualquer forma de realização do mesmo (Almeida, N., 2013, p. 109).

Com isso, ao profissional cabe examinar as condições socioinstitucionais sobre os quais realiza seu trabalho, a fim de subsidiar sua ação, fundamentada na realidade, frente à que, contraditoriamente, se coloca nas estratégias de manutenção do poder da sociedade capitalista estruturada em processos de dominação econômica, política e cultural, mas que nesse terreno constitui a possibilidade de práticas sociais que buscam a superação desta ordem social (Almeida, N., 2013).

O nono princípio é **“Articulação com os movimentos de outras categorias profissionais que partilhem dos princípios deste Código e com a luta geral das/os trabalhadoras/as”**. Tal princípio é fundamental para os avanços que, até o momento, já foram adquiridos no Serviço Social e na sociedade, em termos de conquistas de direitos. Para compreender este princípio, é primordial a clareza de que as/os assistentes sociais também são trabalhadoras, em sua maioria assalariados e, portanto, estão inseridos na mesma lógica de destruição capitalista da classe trabalhadora, pois a exploração é a condição de existência deste modo de produção (CFESS, 2013).

Diante da atual fase capitalista de financeirização da economia e internacionalização, em detrimento das ações do Estado em relação ao papel do mercado, a deterioração das condições de trabalho, com a precarização do trabalho, flexibilização dos direitos e, por conseguinte, a deterioração da vida, é mais do que essencial. A intensificação das lutas em prol da garantia dos direitos mesmo que, por vezes, esses sejam concessões, com respostas pontuais, não deixam de ser frutos da tensão entre capital e trabalho (CFESS, 2013). Isso porque:

Temos uma conjuntura de reversão e destruição dos direitos sociais, numa configuração de política social que reforça o desfinanciamento público, o retorno à filantropia, o trabalho voluntário, a transferência de responsabilidades estatais para a sociedade civil “prestadora de serviços” e a mercantilização dos direitos sociais (CFESS, 2013).

Neste sentido, em primeiro lugar, é necessário que as/os assistentes sociais se reconheçam como trabalhadoras e parte da classe trabalhadora e, portanto, não estão alheios aos desmontes do capital. E, para tanto, devem compreender e abordar seus usuários como integrantes de uma mesma classe, com vista à superação dessa atual sociabilidade classista e exploradora. Desse modo, este e os demais princípios são fundamentais para

nortear, eticamente, as ações.

De acordo com Paiva e Sales (1996), os valores abordados no Código de Ética estão interligados às demandas cotidianas da sociedade brasileira, e ainda:

Para além da referência normativa, o Código de Ética dos Assistentes Sociais revelou-se como uma fértil condensação dos compromissos históricos, sobre os quais erigimos os princípios fundamentais que substanciam a profissão, a saber: a liberdade e a justiça social, articuladas a partir da exigência democrática, esta compreendida na sua definição mais ampla, enquanto socialização da política e da riqueza socialmente produzida (Paiva; Sales, 1996, p. 201).

O CFESS (2013) ressalta a importância das entidades da categoria e também dos profissionais de forma individual e não somente institucional, de participarem dos espaços e movimentos sociais de luta contra as ações que inibem, obstaculizam e coíbem as formas de resistência, que comungam da perspectiva de superação desta sociedade, para uma sociedade livre de exploração e alienação, em que o ser social se reconhece como sujeito da sua própria história.

O décimo princípio é **“Compromisso com a qualidade dos serviços prestados à população e com o aprimoramento intelectual, na perspectiva da competência profissional”**. Este princípio reflete a necessidade de constante aprimoramento, com vista à realidade concreta, a fim de efetivar os princípios anteriores, pois:

na realidade mesma, que se põe a necessidade da qualificação profissional e que esta, a depender se seus fundamentos permitirem o desvelamento da realidade, condicionada a princípios éticos e uma direção política crítica e contestatória, se converte em competências teórica, política e técnica direcionadas para um exercício que priorize a qualidade do atendimento das demandas dos usuários, convertendo-as em demandas coletivas (Guerra, 2013, p. 126).

Guerra (2013) pontua que, de modo algum, este princípio culpabiliza o profissional pela falta de acesso à formação e capacitação, pois considera as dificuldades subjetivas e objetivas que se apresentam na realidade concreta. Mas ressalta que, somente por meio de formação e capacitação, o profissional tem a possibilidade de aperfeiçoar sua intervenção, para que a mesma não se exima em ações pontuais e imediatas, mas que, de forma mediada, por meio da racionalidade, as respostas profissionais qualificadas conduzam ações que promovam a superação desta ordem social e, para isso, os saberes teóricos, investigativos e instrumentais são fundamentais.

A competência abordada pelo código difere da competência originária da racionalidade tecnocrática capitalista que se apresenta “[...] enquanto técnica desenvolvida

com eficácia por um sujeito que se submete acriticamente a um corolário de exigências burocrático-administrativas e, **tome**, as regras e a disciplina da organização” (Paiva; Sales, 1996, p. 202), mas trata-se “[...] de uma experiência gradual e compartilhada, interseccionada pelas circunstâncias e condições de trabalho, enquanto componentes limitadores ou favorecedores do competente desempenho profissional” (Paiva; Sales, 1996, p. 204).

Diante disso, a concepção de competência almejada para a profissão é a:

[...] capacidade de crítica teórica, consistência histórica mais refinamento político, habilidade para projeções estratégicas no desempenho de atividades técnicas e políticas, e mais, superação de perspectivas reducionistas e unilaterais como praticismo, teorismo, ecletismo e voluntarismo (Paiva; Sales, 1996, p. 205).

E tal competência só é alcançada mediante esforço do profissional em buscar contínua capacitação para qualificar sua ação, nos mais diversos espaços de atuação: “seja na formulação/avaliação de políticas, seja na gestão/execução dos serviços, seja na supervisão de estágio, seja na docência, seja na pesquisa, dentre outras atribuições e competências” (Guerra, 2013, p. 125)

Com relação à competência abordada neste princípio, Guerra (2013) discorre que ela tem três dimensões: teórica, prático-institucional e política:

A primeira, competência teórica, significando o que as diretrizes estabelecem como um rigoroso domínio das matrizes teóricas das ciências sociais e humanas e da produção do Serviço Social; a segunda: competência técnica, compreendida como a habilidade de responder às demandas e capacidade de reconfigurá-las, domínio das técnicas interventivas e de pesquisa; e a terceira, a competência política, implicando a qualificação para analisar criticamente a realidade institucional e social, desvelar a correlação de forças contraditórias e identificar estratégias e táticas sócio-políticas e profissionais. Supõe articular valores e forças para qualificar a competência técnica (Guerra, 2013, p. 131).

Neste sentido, muito mais que títulos, o aperfeiçoamento profissional é fundamental para garantir aos usuários, respostas condizentes com a realidade que está em movimento, além disso, é uma “[...] estratégia de enfrentamento e de defesa das condições ética e técnicas e da qualidade do trabalho” (Guerra, 2013, p. 134).

Por fim, o último princípio é o **“Exercício do Serviço Social sem ser discriminada/o, nem discriminar, por questões de inserção de classe social, gênero, etnia, religião, nacionalidade, orientação sexual, identidade de gênero, idade e condição física”**. Este princípio assegura direitos aos assistentes sociais, bem como respeito para com eles e aos seus usuários para que sejam respeitados em suas diferenças e singularidades, pois:

Assumimos nossa identidade, dentre a humanidade, pela maneira própria, particularizada, como trabalhamos, moramos, amamos, opinamos, desejamos, odiamos, agimos, sentimos prazer e dor, nos posicionamos diante das coisas e dos outros, decidimos, nos sentimos felizes ou infelizes (Paiva; Sales, 1996, p. 206).

Cada indivíduo social constitui-se a partir das diferenças, portanto independentemente de quem sejam os usuários, ou os sujeitos envolvidos na atuação profissional, o acolhimento e o respeito é condição ética fundamental. A discriminação tem origem no preconceito, sendo ambos irracionais e resultantes de uma cultura conservadora, da falta de conhecimento teórico-metodológico, e da ausência de crítica (Almeida, M., 2013).

Nessa perspectiva, tolerar ações discriminatórias não é admissível aos assistentes sociais, haja vista que a tolerância gera a aceitação, a omissão e a convivência com preconceitos, defesa de privilégios particulares e egoístas, além do conformismo, da submissão, da reprodução da desigualdade e da naturalização das diferenças. Cabe mencionar que a discriminação pode estar no fato de desconsiderar uma informação nos registros profissionais, por opção pessoal, o que promove a manutenção do silêncio e a invisibilidade da discriminação e desigualdades. Portanto, é imperioso aos assistentes sociais o combate a todas as formas de preconceito e discriminação e, para tanto, é necessária uma atuação consciente, libertária, democrática e igualitária na perspectiva dos princípios do Código de Ética (Paiva; Sales, 1996; Almeida, M., 2013).

O Código de Ética da/o Assistente Social de 1993 constitui motivação aos profissionais, incitando-os à luta da categoria em prol da sociedade brasileira, a fim de instigar “práticas sociais emancipadoras, livres e igualitárias”, mas que, apesar de bem elaborado, não são garantidas somente por ele, pois para se efetivarem, outros fatores se fazem necessários, como: “[...] a qualidade da formação profissional, o nível de consciência política e de organização da categoria, o compromisso dos profissionais enquanto cidadãos, e também as condições objetivas que incidem sobre o desempenho profissional” (Paiva; Sales, 1996, p. 208).

Em suma, ressaltamos com Ney Almeida (2013) que as condições nas quais os profissionais atuam não são ideais e, portanto, eles precisam optar por uma ação profissional que não apenas leve em consideração essas condições, mas também trabalhe para superá-las. Para alcançar essa superação, é crucial compreender como as bases reais nas quais o trabalho profissional é realizado reflete nas condições únicas de reprodução dos processos de dominação. Neste sentido, compreender como os princípios do Código de Ética da/o Assistente Social de 1993 objetivam-se no trabalho das/os assistentes sociais do Instituto

Federal do Paraná é primordial para apresentar no próximo capítulo uma aproximação com o trabalho dessa profissão nesse espaço sócio-ocupacional.

### **3 INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ: CAMPO DE ATUAÇÃO SÓCIO-OCUPACIONAL DA/O ASSISTENTE SOCIAL NA POLÍTICA DE EDUCAÇÃO**

O Instituto Federal do Paraná pertence à Rede Federal de Educação e teve sua expansão a partir de 2008, no segundo mandato do governo Lula. Por um longo período a educação no Brasil foi totalmente direcionada à elite brasileira, principalmente, a educação superior. Aos trabalhadores eram reservados os estudos direcionados para o trabalho manual em chão de fábrica. Apesar do grande avanço provocado pela expansão da Rede Federal de Educação que levou o ensino gratuito e de qualidade para localidades em vulnerabilidade socioeconômica e viabilizou a igualdade de oportunidades, com o ingresso direcionado aos vulneráveis, por meio das cotas, tal estratégia não deixa de ser planejada para o interesse do capital.

Diante disso, o primeiro subitem abordará, sucintamente, a Política de Educação Brasileira em contexto neoliberal, retratando as investidas neoliberais que afetaram a educação a partir de 1990, principalmente os desmontes na política educacional, a partir de meados de 2016, com a retomada neoconservadora. Também serão abordados breves apontamentos do direcionamento do atual governo, sobretudo, para os Institutos Federais. Para além dessa construção aproximativa, o conceito de educação será abordado a partir de autores referenciais ao tema, selecionados por esta autora. No próximo subitem, será abordado um breve histórico do Instituto Federal do Paraná, bem como seus objetivos enquanto instituição de ensino, pesquisa, extensão e inovação, que tem por função atuar na realidade local para a transformação social. No terceiro subitem será abordado o Serviço Social no IFPR, apresentando o panorama da profissão nesta instituição, bem como os requisitos e demandas devidamente regulamentados por documentos oficiais.

#### **3.1 A POLÍTICA DE EDUCAÇÃO NO BRASIL EM CONTEXTO NEOLIBERAL**

A Política de Educação, sob a égide neoliberal, tem sua direção imposta pelas políticas governamentais que privilegiam a esfera financeira e o grande capital produtivo, ao passo que “[...] capturam os Estados nacionais e redimensionam as políticas públicas sob a ortodoxia neoliberal”(Iamamoto, Yazbek, 2019, p. 18). Essas políticas governamentais, por sua vez, determinam a focalização das políticas sociais em parcelas específicas da sociedade com

maior vulnerabilidade. Para além disso, as desigualdades ampliam-se e o nível de pobreza aumenta ao recair sobre o trabalhador a arrecadação fiscal de forma desproporcional, com políticas tributárias regressivas, além de promover um *apartheid* social (Iamamoto, Yazbek, 2019; Moraes, 2023).

O aumento das desigualdades econômicas e sociais pode ser percebido a partir da década 1990, com a expansão dos mercados globais em condições de extrema instabilidade econômica, provocadas pelas investidas e reformas neoliberais que iniciaram com Fernando Collor, e, depois com Fernando Henrique Cardoso (FHC) tornando o terreno propício ao neoliberalismo. Decorrente disso, a educação passou por transformações, sob orientação “[...] dos organismos multilaterais, do empresariado e de intelectuais que se colocaram como defensores das reformas, levando a produção e reprodução de um imaginário em que estavam ‘todos pela educação’” (Morais; Santos; Paiva, 2021, p. 5).

As primeiras medidas de FHC, orientadas pelos organismos multilaterais, visavam “[...] distribuições de verbas para as escolas, o avanço da qualidade do livro didático, a formação de docente via educação a distância, a reforma nos currículos, através da organização dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) e Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs), e ainda versava acerca da avaliação escolar” (Morais; Santos; Paiva, 2021, p. 6). Tais medidas, claramente, são para estímulo do grande capital, ao passo em que favorece as empresas desses ramos.

No cenário atual, as consequências do predomínio do capital financeiro, podem ser observadas por meio das altas taxas de desemprego, além da insegurança e instabilidade para quem o tem, crescimento do trabalho informal e precário, por vezes disfarçado de empreendedorismo, redução de salários, precarização das relações de trabalho com a inclusão de terceirizações, contratos por prazos determinados e uberização, entre outros processos que revelam o esgotamento da “classe que vive do próprio trabalho”, ou seja, homens e mulheres que precisam vender sua força de trabalho para sobreviver, direcionando a um conformismo social, em que a autorrealização está subordinada a sua capacidade empreendedora de colocar-se no mercado (Antunes, 2004; Moraes, 2023). Ainda com relação ao empreendedorismo, denominado por Iamamoto e Yazbek (2019), como “empreendedor de si mesmo”, suas finalidades não são civilizatórias, tampouco de preservação dos valores morais do trabalho, mas constitui uma violência, ao tornar compulsório aceitar qualquer emprego,

seja indigno, mal remunerado e precário em troca do direito à sobrevivência, em que nas atuais condições do sistema produtivo, esse passou a ser fundamental ao passo que apenas um emprego, para grande parcela da população, já não é mais possível sobreviver.

Tais consequências decorrentes da crise promovida pelo neoliberalismo afetam, diretamente, as políticas públicas e sociais e, por serem estas, campo privilegiado de atuação dos assistentes sociais, essa precarização também é vivenciada por esses profissionais que, tal como os demais trabalhadores assalariados, dependem da venda de sua força de trabalho para sobrevivência. Consta-se que na medida em que se reduz o trabalho formal e, por conseguinte o acesso aos direitos trabalhistas, cresce a demanda por trabalhos temporários e contratações por projetos, o que gera insegurança profissional e tem repercussões diretas nos usuários, pois afeta a qualidade dos serviços prestados e, portanto, possuem implicações éticas (Iamamoto; Yazbek, 2019).

Segundo Yamamoto e Yazbek (2019), a meta do neoliberalismo é inserir no mercado um contingente importante da população mais vulnerável, ao associar as condições de reprodução da vida com as condições de mercado, por meio de políticas sociais que desconsideram as bases estruturais das desigualdades. Dessa forma, expressa-se uma das contradições do modo de produção capitalista, ao privatizar os lucros e socializar os custos, aumentando a distância entre ricos e pobres, e pobres agora entendidos como classe trabalhadora. E para tanto, o neoliberalismo acelerou o processo de desindustrialização da economia brasileira, que fragmentou a classe operária e promoveu o aumento de trabalhadores informais (Moraes, 2023).

Ainda como consequências da mundialização do capital, tem-se a avalanche ultraneoliberal com a regressão dos direitos conquistados, a expansão da extrema direita com respaldo popular, a privatização e mercantilização dos serviços sociais e a redução do financiamento das políticas sociais, pois as conquistas sociais passaram a ser vistas como gastos excedentes, que “promovem” a crise fiscal do Estado e, de acordo com a ideologia neoliberal, é responsabilidade do indivíduo, da família e da comunidade o “bem-estar social”, promovendo a despolitização da “questão social”, ou seja, retira dela a questão pública, a questão política e a questão nacional (Iamamoto, Yazbek, 2019; Yamamoto, 2019). Moraes (2023) ainda relata que:

A nova inserção do Brasil na divisão internacional do trabalho privilegia setores primários exportadores, em particular a mineração, agroindústria, construção civil e

pesada, e não privilegia o emprego qualificado. Os motores da acumulação concentram-se, ainda, em outros setores que não empregam trabalho especialmente qualificado, tais como o setor de serviços, a indústria financeira, os call centers, isto é, o telemarketing (Moraes, 2023, n.p.).

Neste sentido, Moraes, Santos e Paiva (2021) relatam que ao longo dos últimos 30 anos, as políticas educacionais também passaram por ajustamento às condicionalidades dos organismos internacionais, afinadas com as concepções das agências multilaterais, sendo portanto, uma forma de reprodução social do pensamento conservador. Nesse sentido:

Gadotti (1992) apontava que as políticas educacionais enquanto políticas sociais se definem num campo de lutas hegemônicas e que, portanto, as estratégias, assim como, a elaboração de planos, programas não são definidos de forma neutra, mas traduzem interesses (Moraes; Santos; Paiva, 2021, p. 6).

E por traduzir interesses, a transformação da educação em serviços, devido ao neoliberalismo, passou por três fases:

[...] a **mercantilização**, início do processo de comercialização da educação; a **financeirização**, processo de aquisição e transferências da educação como ativos no mercado financeiro, e a terceira fase, quando além da **monopolização e internacionalização**, as empresas migram para a educação básica, constituindo um setor empresarial, patronal, cada vez mais influente, e articulado em nível nacional, impondo formas de relação de trabalho aos professores das escolas privadas, interferindo nos projetos político-pedagógicos (Moraes, 2023, n.p., grifos nosso).

Moraes (2023) ainda chama a atenção para uma quarta fase, com a presença das plataformas que controlam a aprendizagem e o trabalho docente, além de limitarem a autonomia do professor, nas quais estudantes e professores estão submetidos à “pedagogia dos algoritmos”. Todas essas transformações e investidas têm por finalidade acessar os fundos públicos, ou seja, novamente a apropriação privada daquilo que é público, além de romper com o processo de universalização do conhecimento e de democratização da educação.

Ao compreender os rumos que caminham a educação e a política educacional brasileira, cabe aqui, expor a perspectiva de educação a qual defende-se e busca-se. Assim, Dallago (2014, p. 246) afirma que “[...] a educação não é somente uma política educacional, ela compreende um processo educativo que na sua intrínseca relação com o trabalho, vai estabelecendo valores nas relações sociais, no desenvolvimento do homem enquanto ser social”, além de expressar relações fundamentais de hegemonia (Moraes, 2023).

A tese sustentada por Mészáros (2008), que fundamenta as discussões anteriores, é de que a educação acompanha o ser social durante toda sua vida, até sua morte, considerando que é apreendida de acordo com as circunstâncias da sociedade. Neste contexto, o autor menciona que os processos educacionais e os processos sociais estão intimamente ligados; portanto, para uma transformação significativa da educação, é necessária uma transformação significativa do projeto de sociedade. Considerando o projeto atual de investidas neoliberais, as mudanças são pontuais, são apenas ajustes a fim de corrigir defeitos que estejam prejudicando a ordem estabelecida, não alteram as determinações estruturais do modo de produção capitalista, isso porque, segundo o autor, as determinações fundamentais do capitalismo são irreformáveis, pois sua própria natureza é totalmente incorrigível e, para manter-se vigente enquanto sistema produtivo, deve permanecer incontestável (Mészáros, 2008, p. 27).

Para Sader (2008), a educação é uma alavanca que permitiria alcançar a emancipação humana, todavia, transformou-se em um instrumento capitalista para perpetuar essa sociedade mercantil e exploradora, fornecendo o conhecimento necessário para a produção e a reprodução dos valores da classe dominante e, diante disso, tornou-se uma mercadoria, passível de todas as crises decorrentes do capitalismo.

Ao referir-se à emancipação humana, Tonet (2023) caracteriza-a como um fenômeno que tem suas raízes na realidade atual, cuja existência é apenas uma possibilidade, considerando que, ao se tratar de educação, a pedagogia dita progressista apresenta-se por meio de um caráter idealista. Apesar do discurso de uma educação humanista, crítica, participativa e integral, a pedagogia progressista mantém a ordem do capital, na medida em que o processo educativo, submetidos às regras do mercado, com conteúdos fragmentados e alienados, forma indivíduos unilaterais, deformados e empobrecidos e, por conseguinte, intensifica-se a divisão social do trabalho.

Perante o exposto, o autor coloca como elementos fundamentais para construir uma forma de sociabilidade plenamente emancipada: o desenvolvimento intenso das forças produtivas, compreendendo o desenvolvimento científico e tecnológico, a diminuição do tempo de trabalho e o aumento da riqueza, além da real universalização dos indivíduos e da humanidade.

Contudo, na contramão desta perspectiva emancipatória, no cenário capitalista, a realidade é intensificada com a fragmentação e "[...] oposição entre os indivíduos, da guerra de todos contra todos, exclusão social, do aumento das desigualdades sociais[...]", porém, o discurso que se tem "[...] intensifica o apelo por uma educação humanista, solidária, integral cidadã, democrática e participativa" (Tonet, 2023, p. 134). Pois:

[...] quanto menos compreendida e atacada a realidade prática desumanizadora, tanto mais forte o discurso de humanista, crítico, etc. Ou seja, a intensificação do discurso humanista é, na verdade a contrapartida da incapacidade de compreender e de mudar praticamente a realidade. (Tonet, 2023, p.134).

Devido a isso, Tonet (2023) explora a essência da educação, destacando que sua função varia conforme a forma de sociabilidade e/ou o contexto histórico. Assim, para compreender a educação, é fundamental entender a sua origem ligada ao trabalho e o papel que desempenha no processo de humanização, o que a torna inseparável da categoria do trabalho. Isso ocorre porque o trabalho envolve a assimilação de conhecimentos, habilidades, valores, comportamentos e objetivos compartilhados pelo grupo.

O trabalho é essencial para que o ser humano se reconheça como parte da humanidade, ao incorporar as conquistas que constituem o patrimônio comum. Através deste processo educativo, no qual um indivíduo transmite a outro os instrumentos necessários, cada um aprende como continuar sua própria existência e perpetuar a espécie humana. Assim, a educação ocorre através de:

As aquisições do desenvolvimento histórico das aptidões humanas não são simplesmente dadas aos homens nos fenômenos objetivos da cultura material e espiritual que os encarnam, mas são aí apenas postas. Para se apropriar destes resultados, para fazer deles as suas aptidões, os órgãos da sua individualidade, a criança, o ser humano, deve entrar em relação com os fenômenos do mundo circundante através doutros homens, isto é, num processo de comunicação com eles. Assim, a criança aprende a atividade adequada pela sua função, este processo é, portanto, um processo de educação. (Leontiev, 1978, *apud*, Tonet, 2023, p. 136).

Nesta visão, Saviani define educação como “o ato intencional e direto de produzir, em cada indivíduo singular, a humanidade que é historicamente produzida e coletivamente pelo conjunto dos seres humanos” (Saviani, 1991, citado por Tonet, 2023, p. 137).

O ser social é uma unidade composta por dois aspectos: individualidade e genericidade. A reprodução do gênero é o aspecto predominante no processo de reprodução do ser social, subordinado à reprodução da totalidade social; portanto, a essência da educação

está em influenciar os indivíduos para que respondam, adequadamente, diante das novas possibilidades de vida. Como a reprodução do ser social é dinâmica, com novos problemas, eventos e situações imprevisíveis constantemente surgindo, os indivíduos devem estar preparados para reagir e encontrar soluções para continuar sua existência e a forma de sociabilidade. Assim, o processo de autodesenvolvimento do indivíduo é orientado pela realidade social concreta, com a economia como matriz na forma atual de sociabilidade (Tonet, 2023).

Ao definir o processo educativo como um elemento do trabalho, Tonet (2023) destaca que essas duas categorias não se confundem: o trabalho envolve a transformação objetiva da natureza (a relação entre o ser humano e a natureza), enquanto a educação tem suas raízes na subjetividade (a relação entre o ser humano e a sociedade). A ação educativa realiza-se sobre indivíduos conscientes e livres, portadores de consciência e liberdade, não sobre uma matéria-prima inerte e passiva regida pela lei da causalidade. Diferentemente do trabalho, o ato educativo implica uma relação não apenas entre um sujeito e um objeto, mas entre um sujeito e um objeto que também é sujeito (Tonet, 2023, p. 139).

Tem-se, portanto, que a educação surge com a complexificação do ser social e a divisão da sociedade em classes, e tem a função de organizar e orientar o processo pelo qual os indivíduos apropriam-se do patrimônio comum, garantindo o controle da classe dominante. Inicialmente, a educação para a classe trabalhadora estava integrada e destinada ao trabalho. No entanto, com o avanço do capitalismo e a crescente complexidade do trabalho, exigindo conhecimentos e habilidades específicas, foi necessário qualificar a mão de obra fora do contexto direto do trabalho. Além disso, a transformação dos indivíduos em cidadãos e sua participação numa sociedade democrática exigem que todos adquiram ideias, conhecimentos, valores, comportamentos e habilidades adequados às novas demandas (Tonet, 2023).

Assim, em uma sociedade capitalista marcada por conflitos e contradições, a educação é moldada para evitar rupturas com a ordem social existente. Porém, os objetivos da educação emancipadora desafiam essa tendência, embora, só possam ser realizados em termos gerais, devido às limitações da sociedade atual e se, implementados corretamente, podem avançar na perspectiva educacional. Nesse sentido, Tonet (2023) identifica requisitos essenciais para uma atividade educativa que contribuem para a emancipação humana na sociabilidade atual: compreensão sólida do que significa emancipação humana; apropriação do conhecimento do

processo histórico real numa perspectiva ontológica; compreensão da natureza essencial do campo específico da educação; domínio dos conteúdos específicos de cada área do conhecimento; e articulação da atividade educativa com as lutas das classes subalternas.

Todavia, tais perspectivas e anseios são frequentemente atacados e desestimulados pelo modo de produção. Uma demonstração marcante das investidas do neoliberalismo no Brasil, foi o período de meados de 2016 a 2022, com Michel Temer e Jair Bolsonaro, em que a extrema direita colocou-se no poder, resultou no esfacelamento do Estado, da infraestrutura e dos direitos sociais, promovendo um grande desmonte das políticas sociais, inclusive a educação. Mas, cabe mencionar que, segundo Moraes, Leher e outros (2024), esse não é um cenário de exclusividade brasileira, ao contrário, o crescimento da extrema direita e ainda, de teor fascista, é proeminente no senso comum popular no plano internacional.

Mesmo com a mudança de governo em 2023, alguns indicadores são eminentes e comprometem as políticas públicas e sociais e, por conseguinte, as políticas educacionais, quais sejam:

[...] níveis modestos de investimento e de criação de capacidade produtiva, o crescimento econômico e a qualidade dos postos de trabalho ficam severamente comprometidos. Persistem elevadas taxas de trabalho precário, de trabalhadores desalentados e de baixo retorno econômico para vastas parcelas da população (Moraes, Leher, *et al.*, 2024, p. 4).

Para além desses indicadores que afetam substancialmente as políticas sociais, no campo da educação, os desafios para o atual governo são:

[...] as universidades federais estão com infraestrutura destruída ou desatualizada e encolhendo de modo dramático a sua participação nas novas matrículas do ensino superior; os laboratórios necessitam urgentemente de profundas requalificações; a fuga de cérebros intensificou-se; a maioria das escolas públicas igualmente precisa de reformas substantivas; milhares de professores estão sem carreira adequada, sequer recebem o modesto piso salarial; o país está muito longe de alcançar a meta de 10% do produto interno bruto (PIB) para a educação pública [...] (Moraes, Leher, *et al.*, 2024, p. 4).

Observa-se que o cenário brasileiro pós 2022, é um retrato da intencionalidade neoliberal, que além destes desafios, também buscou dismantlar a educação básica brasileira por meio da fragmentação do ensino, com a implantação do novo ensino médio, cuja referência é a Base Nacional Curricular Comum (BNCC) que, de acordo com Frigotto (2023), substituiu o significado de educação básica comum, implantado na Constituição Federal de 1988, por uma formação flexível, aligeirada, fragmentada e baseada em competências

instrumentais, cuidadosamente direcionadas para a continuação e fortalecimento do modo de produção capitalista:

[...] formação baseada em competências instrumentais adequadas ao trabalho flexível e desregulamentado e ao (auto) empreendedorismo popular, fazendo da adaptabilidade o fundamento da contenção de imensos contingentes de jovens trabalhadores desempregados e em situação de informalidade (Moraes, Leher, *et al.*, 2024, p. 7).

A perspectiva para a educação básica comum, a partir da Carta de Goiânia, de 1986, pré-constituente era:

[...] dotada de coesão e coerência, capaz de superar a segmentação entre a educação infantil, o ensino fundamental e o ensino médio, superação que pressupõe o reconhecimento das particularidades dessas etapas em prol de uma rica totalidade que compreende arte, cultura, ciência, tecnologia, bases da formação integral, histórico-social, sempre em conexão com a práxis, a interação ativa e crítica com o mundo do trabalho, as interações sociometabólicas com a natureza e com os problemas dos povos (Moraes, Leher, *et al.*, 2024, p. 7).

Contudo, como já relatado, tal perspectiva sofre ataques constantes, da sua fragmentação até a inversão dos valores ora estabelecidos, como pode ser observado por meio do novo ensino médio, bem como as propostas encabeçadas pelo governo anterior que promoveram e promovem, na medida em que foram amplamente difundidos, o “[...] cerceamento do acesso ao conhecimento científico necessário à apreensão do mundo e à construção da identidade individual e social [...]”. Nesse sentido, o ensino técnico profissional também sofre com o desmonte e as investidas do capital, ao promover a desescolarização dessa modalidade por meio de itinerários formativos que o fragmenta em formatos modulares, formação continuada e, até mesmo, o ensino a distância, além de ampliar a privatização da educação profissional e criar uma dualidade, assim como fez com o ensino médio (Moraes, Leher, *et al.*, 2024, p. 7).

Segundo Moraes, Leher e outros (2024), o atual cenário da educação no Brasil, com as investidas e desmontes ocasionados pelos governos neoliberais e os aparelhos privados de hegemonia, tem uma educação moldada para a continuação do sistema produtivo, com graves prejuízos para a educação brasileira, pois:

A **educação infantil** passa a ser concebida como etapa instrumental voltada para o desenvolvimento de competências socioemocionais compatíveis com o sistema de acumulação neoliberal, como a resiliência, e reveste-se de um caráter preparatório para a alfabetização. No **ensino fundamental**, estabeleceu-se uma fase discreta, específica, a alfabetização na idade certa, reduzindo o sentido da alfabetização. No **ensino médio**, as mudanças impõem a flexibilização curricular, a fragmentação e o aligeiramento da

formação baseada em competências instrumentais adequadas ao trabalho flexível e desregulamentado e ao (auto) empreendedorismo popular, fazendo da adaptabilidade o fundamento da contenção de imensos contingentes de jovens trabalhadores desempregados e em situação de informalidade (Moraes, Leher, *et al.*, 2024, p. 7, grifos nosso).

Partindo desse cenário de cerceamento ao conhecimento, da fragmentação da educação e da formação adulterada, tem-se como proposta alternativa a barbárie estabelecida: o ensino médio integrado à educação profissional técnica; seus desdobramentos com a formação de jovens e adultos; e formação inicial continuada. Para tanto, os institutos federais de educação, ciência e tecnologia são requisitados a promover e recuperar a essência da educação brasileira (Moraes, 2023). Segundo Frigotto (2023), a educação profissional, na perspectiva de educação unitária, forma a classe trabalhadora, em suas palavras é “[...] uma concepção de Educação Profissional que não se limita a aguçar o olho e adestrar a mão, como dizia [o italiano Antonio] Gramsci, mas que se integra com a Educação Básica” (Frigotto, 2023, p. 20).

Neste sentido, os institutos federais são o campo privilegiado para universalizar a educação, com a promoção da educação integral e emancipatória, apesar dos prejuízos e desafios estabelecidos pelo governo Bolsonaro. Atualmente, é possível buscar o fortalecimento e a expansão – com o apoio do atual governo e seu modelo de educação – de uma educação universal, desde que seja um projeto de nação (Frigotto, 2023).

Segundo o atual governo, Lula, essas instituições criam oportunidades para jovens e adultos mais vulneráveis, impacta os setores produtivos da sociedade, gerando novos empregos e promovem o desenvolvimento local e regional. Por isso, em março de 2024, foi anunciada a criação de cem novos campi e a consolidação das unidades existentes (MEC, 2024). Assim, constata-se que os institutos federais são uma política de governo para o fortalecimento e redirecionamento da política educacional brasileira.

Dessa forma, Moraes (2023) ressalta:

Entendemos que padrões de qualidade educacional elevados e o bom desempenho dos estudantes não são alcançados apenas por mudanças curriculares, mas por meio de políticas que garantam recursos públicos, orçamentários para a educação pública, que viabilizem professores valorizados e com carreira, condições de trabalho, escola bem equipadas, com suporte tecnológico, corpo técnico estável e projeto pedagógico integrado e de formação humana de base. Nessa direção, seria fundamental ampliar a rede dos Institutos Federais de Educação Ciência e Tecnologia para alcançar a universalização do

ensino técnico integrado ao ensino médio, uma conquista dos educadores democráticos e dos movimentos populares e sindicais (Moraes, 2023, n.p.).

Para tanto, a autora expressa que a política educacional está entrelaçada com as demais políticas públicas e sociais, está relacionada à condição de vida das pessoas, portanto não basta somente ter acesso à educação, é necessário ter acesso à saúde pública, ao saneamento básico, ao lazer, à cultura, à ciência, à tecnologia, à assistência social, emprego qualificado e bem remunerado, dentre outras dimensões que compõem o ser social, em sua vida em sociedade. Analisa-se que é nessa perspectiva de totalidade, e na concepção desta pesquisa, é que se deve colocar o trabalho da/o assistente social no Instituto Federal do Paraná. Questão a ser apresentada no próximo item.

### 3.2 INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ: A POSSIBILIDADE DA EDUCAÇÃO INTEGRAL E EMANCIPATÓRIA

Os institutos federais, instituídos pela Lei 11.892, de 29 de dezembro de 2008, que “Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências” (Brasil, 2008), foram pensados e planejados para serem instituições revolucionárias no ensino, pesquisa e extensão, com atuação inovadora na formação profissional e no desenvolvimento científico e tecnológico, assumindo o compromisso com a formação humana integral, como ressalta Silva e Pacheco (2023, p. 5), “A razão de ser dessas organizações se fundamenta no compromisso com a formação humana integral e com o fortalecimento de um Estado democrático e soberano, voltado à garantia dos direitos fundamentais e de vida digna a todos”.

Frigotto (2023) menciona que o que diferencia os institutos das universidades é seu compromisso maior com a sustentabilidade local e a melhoria da qualidade de vida da população e, por isso, tanto se fala na necessidade de atenderem os nichos produtivos locais, além de desenvolverem ações que vão ao encontro das necessidades locais, para a transformação social e, conseqüentemente o desenvolvimento.

Todavia, os autores chamam a atenção para as disputas presentes na sociedade e, por conseguinte nos institutos federais, pois sua construção foi campo de batalhas de diferentes posicionamentos políticos, ideológicos, concepções educacionais e projetos de sociedade, mas

sua proposta se apresentou-se progressista, democrática e socialmente comprometida, com alta qualidade educacional e com a sociedade.

Os institutos federais pertencem ao Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica,

[...] que se articula às transformações econômicas, políticas, sociais e culturais em nível mundial, está intrinsecamente relacionada à formação de trabalhadores para o atual momento do processo produtivo, e fundamenta-se na concepção de educação como propulsora do desenvolvimento (Abreu, 2019, p. 76).

Assim os institutos federais, foram criados numa perspectiva de inclusão social, buscando a equidade social, por meio de ações de políticas afirmativas e programas voltados à assistência estudantil, como estratégia para redução das desigualdades sociais e regionais, portanto, configurando-se como campo de inserção de assistentes sociais.

Para além disso, Frigotto (2023) defende a perspectiva dos institutos federais, por ofertar a Educação Profissional integrada ao Ensino Médio, ou seja, a educação básica que, segundo ele, é a que dá base para o restante. Assim, essa modalidade de ensino permite a formação integral, ao fornecer conhecimentos basilares tanto para a vida em sociedade, quanto qualificação para o trabalho, permitindo que o sujeito escolha de forma consciente exercer, ou não, a qualificação apreendida.

O estabelecimento da Lei 11.892, de 29 de dezembro de 2008 (Brasil, 2008), garantiu aos institutos federais a autonomia para atuar em todos os níveis e modalidades da educação profissional. Estas instituições buscam atingir seu objetivo de formação integral do sujeito, por meio da promoção da justiça social, da equidade, da inclusão social, da geração de novas tecnologias, a fim de responder às demandas de formação profissional, de difusão de conhecimento científico e de suporte aos arranjos produtivos locais. Possibilitam a formação continuada do cidadão, portanto configuram-se como espaços privilegiados para a democratização do conhecimento científico e tecnológico e valorização do conhecimento popular (Pacheco; Rezende, 2009).

Os institutos federais possuem gestão autônoma que deve ser gerida baseada no respeito, e no diálogo; tem por objetivo o desenvolvimento local e regional. A partir disso, Pacheco e Rezende (2009) afirmam que o futuro dos institutos federais depende da competência e compromisso político com um país soberano, democrático e justo socialmente.

Segundo o Ministério da Educação (MEC):

Os Institutos Federais são instituições, pluricurriculares e multicampi (reitoria, campus, campus avançado, polos de inovação e polos de educação a distância), especializados na oferta de educação profissional e tecnológica (EPT) em todos os seus níveis e formas de articulação com os demais níveis e modalidades da Educação Nacional, oferta os diferentes tipos de cursos de EPT, além de licenciaturas, bacharelados e pós-graduação *stricto sensu* (Brasil, 2021).

Ainda, os institutos possuem como obrigatoriedade legal ofertar no mínimo de 50% de suas vagas para cursos técnicos de nível médio, prioritariamente, na forma integrada; no mínimo de 20% de suas vagas para atender a oferta de cursos de licenciatura, bem como programas especiais de formação pedagógica; desenvolvimento de soluções técnicas e tecnológicas, por meio de pesquisas aplicadas, e as ações de extensão junto à comunidade com vista ao avanço econômico e social, local e regional (Brasil, 2021).

Atualmente, o Brasil possui e mantém 38 institutos federais, num total de 600 unidades espalhadas pelas 27 unidades federativas (MEC, 2021). Dentre esses, está o Instituto Federal do Paraná - IFPR formado por 20 campi, uma Reitoria e 6 campi avançados e, conforme a Plataforma Nilo Peçanha (2024), 396 cursos e 30.114 matrículas ativas até 2023, 1607 docentes e 1003 técnicos administrativos em educação, dentre eles as/os assistentes sociais.

Os campi do IFPR estão localizados nas seguintes cidades: Assis Chateaubriand, Campo Largo, Capanema, Cascavel, Colombo, Curitiba, Foz do Iguaçu, Jacarezinho, Jaguariaíva, Irati, Ivaiporã, Londrina, Palmas, Paranaguá, Paranaíba, Pinhais, Pitanga, Telêmaco Borba, Umuarama e União da Vitória. A Reitoria está localizada na cidade de Curitiba e os campi avançados estão localizados nas seguintes cidades: Araongas, Astorga, Barracão, Coronel Vivida, Goioerê e Quedas do Iguaçu. Além dos campi avançados, a instituição possui 4 Centros de Referência, localizados nos municípios de Maringá, Ponta Grossa, São José dos Pinhais e Toledo. Portanto, são trinta e uma realidades diferentes, com a atuação direta e indireta de assistentes sociais.

De acordo com o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) da instituição, a missão do IFPR é:

Proporcionar educação profissional, científica e tecnológica, pública, gratuita, socialmente referenciada e de excelência, por meio do ensino, pesquisa e extensão, visando à formação integral de cidadãos críticos, empreendedores, comprometidos com a inovação e o desenvolvimento sustentável local e regional (IFPR, 2023).

Ao observar a missão da instituição pode-se identificar a disputa societária vigente e a

junção de ideologias e linhas teóricas, ao passo que busca a formação integral de cidadãos críticos, para empreender e inovar na sociedade capitalista vigente. Confirmando nitidamente a afirmação de Frigotto (2023, p. 23), quando fala a respeito da Rede Federal de Educação: “A identidade da Rede ainda não está construída. Entre o reitorado, eu diria que, dos 38, um terço e pouco entende e luta pela proposta dos Institutos e dois terços não, ou talvez entendam em parte. Então, há uma relação de forças interna”.

E por visão o IFPR quer “Ser reconhecido pela educação profissional, científica e tecnológica comprometida com a potencialização do desenvolvimento territorial” (IFPR, 2023). Para atingir sua missão e sua visão social, a instituição estabeleceu como valores: Sustentabilidade; Educação de Qualidade e Excelência; Ética; Inclusão Social; Inovação; Empreendedorismo; Territorialidade; Regionalidade; Visão Sistêmica; Democracia; Transparência; Efetividade, Qualidade de Vida; Diversidade Humana e Cultural e Valorização das Pessoas.

Desde a criação da Rede Federal de Educação, os institutos federais passaram por momentos de expansão e estagnação; o primeiro de 2008 a 2015, e o segundo, principalmente no período de 2016 a 2022, nos governos Temer e Bolsonaro. Neste período, a tentativa do governo era implantar a reforma do Ensino Médio na rede, retirando a perspectiva de formação integral e, aos poucos transformar os institutos federais em uma espécie de sistema S estatal, com formação específica para a mão de obra, sem formar o cidadão (Frigotto, 2023). Apesar dos desafios vivenciados, e dos recursos ainda escassos, a perspectiva do atual governo é a expansão, por considerar, assim como Frigotto (2023), que essa modalidade de educação forma a classe trabalhadora não alienada, contudo, vai depender muito das perspectivas e valores dos que a conduzem.

Ao abordar o PDI do IFPR, identifica-se que sua missão de formação integral de cidadãos críticos vincula-se ao primeiro princípio do CEP de 1993, pois para o exercício da liberdade, a formação integral e crítica é primordial, ao passo que permite conhecer a sociedade tal como ela é, sem alienação e, por conseguinte, promove a autonomia e emancipação dos sujeitos sociais. Diante desse eixo norteador, os valores institucionais, em sua grande parte, assemelham-se e remetem aos princípios profissionais; todavia, resta entender se a perspectiva abordada nesses valores é a mesma perspectiva contida no primeiro princípio do CEP de 1993.

Para alcançar essa visão, a instituição dispõe de setores específicos para a abordagem

de algumas vertentes específicas. Neste trabalho serão abordados apenas os setores de atuação das/os assistentes sociais.

### 3.3 O SERVIÇO SOCIAL NO IFPR: PANORAMA E REQUISITOS INSTITUCIONAIS

No Instituto Federal do Paraná, o/a assistente social está inserida/o em algumas localidades citadas no item anterior e em diferentes setores, a saber: Seção Pedagógica e de Assuntos Estudantis (SEPAE), Seção de Assuntos Estudantis, Seção de Ensino, Diretoria de Assistência Estudantil (DAES), Coordenação do Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas (NAPNE), Diretoria-Geral, Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas (PROGEPE).

Na dinâmica das relações sociais que vigoram na sociedade, estão as condições para que o/a assistente social desenvolva seu trabalho. Ele “participa tanto dos mecanismos de exploração e dominação, quanto, ao mesmo tempo e pela mesma atividade, da resposta às necessidades de sobrevivência das classes trabalhadoras e da reprodução do antagonismo dos interesses sociais”, ao passo que possuem como alvo prioritário as classes subalternas (Iamamoto, 2019, p. 41).

Logo, Yamamoto (2019) relata que os assistentes sociais:

[...] realizam uma ação de cunho socioeducativo na prestação de serviços sociais, viabilizando o acesso aos direitos e aos meios de exercê-los. Contribuem para que necessidades e interesses dos sujeitos sociais adquiram visibilidade na cena pública e possam ser reconhecidos, estimulando a organização de segmentos de trabalhadores na defesa e ampliação dos seus direitos. Afirma-se o compromisso com necessidades e direitos dos sujeitos com que se trabalha, na defesa da qualidade dos serviços sociais (Iamamoto, 2019, p. 41).

Pesquisar as atribuições e competências da/os assistentes sociais, exige considerar o que Raichelis (2020) chama de “nova morfologia do trabalho”, permeada pela crise do capitalismo com o ataque constante ao trabalho e aos direitos da classe trabalhadora, o que inclui as/os assistentes sociais.

Segundo Raichelis (2020), as atribuições e competências profissionais referem-se à forma de ser das profissões no contexto da sociedade capitalista. Nesse caso as/os assistentes sociais possuem como norte o projeto ético-político, composto pelo Código de Ética da/o

Assistente Social de 1993, pela Lei de Regulamentação (Lei 8.662/1993) e pelas Diretrizes Curriculares da ABEPSS de 1996.

Cabe mencionar que as atribuições são privativas do assistente social, já as competências são compartilhadas com outras profissões o que, por vezes é visto por alguns profissionais como perda de espaço. No caso do IFPR, não existem atribuições e competências definidas por profissional, há somente o que consta na Descrição do Cargo do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação (PCCTAE) (Anexo C), o qual prevê na descrição do cargo de assistente social:

Prestar serviços sociais orientando indivíduos, famílias, comunidade e instituições sobre direitos e deveres (normas, códigos e legislação), serviços e recursos sociais e programas de educação; planejar, coordenar e avaliar planos, programas e projetos sociais em diferentes áreas de atuação profissional (seguridade, educação, trabalho, jurídica, habitação e outras); desempenhar tarefas administrativas e articular recursos financeiros disponíveis. Assessorar nas atividades de ensino, pesquisa e extensão.

Apesar da descrição das atividades típicas do cargo no PCCTAE, não há atribuição específica definida pela instituição para cada profissional, deixando os profissionais à mercê, muitas vezes, de questões políticas que envolvem os gestores de cada campus, ou o que cada gestor queira que o profissional faça.

Em 2014, quando uma grande parte dos profissionais – assistentes sociais, psicólogos, pedagogos, entre outros – ingressaram na instituição, já estavam em atuação na instituição quatro assistentes sociais em diferentes campi e setores. Havia um anseio muito grande para definir as atribuições e competências de cada categoria profissional. Com isso, a Reitoria foi requisitada para responder a essa necessidade. Em dezembro do mesmo ano foi publicado o Manual de Competências do IFPR e, para surpresa e angústia de muitos, nele constaram apenas as competências gerais de cada setor da instituição, deixando em aberto um leque de oportunidades para cada profissional.

Nesse sentido, Raichelis (2020) fala que mais importante do que ter as atribuições e competências definidas:

[...] são as respostas profissionais às demandas e requisições do cotidiano institucional, os conteúdos e direção das atividades realizadas no âmbito do trabalho coletivo que assistentes sociais, juntamente com outras/os profissionais, realizam no enfrentamento das expressões da ‘questão social’, pela mediação das políticas sociais, em que exercem funções de operacionalização, planejamento e gestão (RAICHELIS, 2020, p. 12).

Nesse espaço de ausência de definição que surgem as oportunidades e fortalece a possibilidade da autonomia profissional que pode gerir seu trabalho de acordo com as demandas, direcionadas pelo projeto ético-político.

Uma das atividades mais requisitadas aos assistentes sociais na instituição é a análise socioeconômica para concessão de bolsas e auxílios oriundos da Assistência Estudantil. Até a implantação do sistema Sigae, a análise documental era realizada de forma manual e física pelo assistente social lotado nos campi. Já, algumas exceções como afastamentos, férias ou ausência de profissional no campus eram analisadas por outro profissional. Com a implantação do sistema eletrônico – muito requisitado por todos os profissionais, com vista a diminuir o volume físico de trabalho e gastos, tanto institucionais quanto para os estudantes com cópias dos documentos – as análises começaram a ser distribuídas em igual número aos assistentes sociais da instituição, em uma espécie de trabalho colaborativo. Contudo, Cantor (2019), fala sobre a utilização dos instrumentos microeletrônicos e digitais, nos espaços de trabalho:

[...] se generaliza a individualização das tarefas, a ponto de o coletivo dos trabalhadores poder ser diluído, como ocorre no chamado trabalho em rede, no qual alguns indivíduos se conectam durante algum tempo para realizar um determinado projeto, em seguida se desconectam e voltam a conectar-se no momento em que têm um novo projeto (Cantor, 2019, p. 50-51).

Para além da individualização das tarefas, outro problema a ser considerado é o fato de o profissional, por vezes, desconhecer a realidade social a qual está analisando, pois desconhece a realidade do estudante, considerando que documentos não são suficientes para transmitir a realidade institucional, local e regional, o que interfere diretamente na reprodução social dos sujeitos.

Uma das metamorfoses do trabalho abordados por Raichelis (2020), presente no campo de pesquisa, é o chamado *home office*. Essa forma de trabalho foi instituída durante a pandemia de Covid-19, por uma necessidade do momento. O Estado regulamentou tal forma de trabalho, por meio do Plano de Gestão e Desenvolvimento (PGD), possibilitando a sua execução mesmo com o fim do isolamento social. O objetivo do Governo Federal foi desconsiderar carga horária de trabalho e focar em resultados. Dal Rosso (2017) pontua que:

[...] a organização flexível das horas laborais promoveu uma ampliação gigantesca dos tempos de trabalho, por invasão dos tempos de não trabalho e sua conversão em horários

laborais. As fronteiras entre uns e outros mudaram de lugar. [...] Alterando as fronteiras e as barreiras que separam o tempo de trabalho do tempo livre, a distribuição flexível das horas laborais praticamente anulou a separação conceitual que é de relevância fundamental para trabalhadores e trabalhadoras porque identifica os tempos de autonomia em que eles descansam, participam da cultura e fazem amor (Dal Rosso *apud* Raichelis, 2020, p. 29).

Essa invasão do tempo, intensifica-se no caso de trabalhadoras, considerando que o trabalho doméstico, por herança cultural, pertence a elas, além dos cuidados com os filhos. Diante disso, o *home office* configura-se uma forma precária de vida social. Todas essas metamorfoses – flexibilização, terceirização e precarização – criam tensões para a materialização do projeto ético-político profissional do Serviço Social, pois afetam diretamente os sujeitos atendidos por assistentes sociais e, também, esses próprios profissionais (Raichelis, 2020).

É a partir dessas tratativas que se desenvolve o trabalho das/os assistentes sociais no IFPR, e que será objeto de discussão no próximo capítulo.

#### **4 CONSIDERAÇÕES SOBRE O TRABALHO DAS/OS ASSISTENTES SOCIAIS NO INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ (IFPR): OS PRINCÍPIOS DO CÓDIGO DE ÉTICA DA/O ASSISTENTE SOCIAL DE 1993 EM PERSPECTIVA**

Segundo Barroco (1996), possuir um código de ética não garante uma prática profissional comprometida com valores assertivos, isso porque as escolhas profissionais são marcadas por escolhas anteriores relacionadas a sociabilidade do sujeito. Portanto, a ética está além do código, e a realização dos valores e princípios contidos no documento dependem do nível de consciência ético-política da categoria profissional. Assim, há a necessidade de compreender a ética profissional como espaço de mediação entre a discussão filosófica da liberdade, do dever e da profissão.

##### **4.1 MÉTODO E PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS: O CAMINHO PERCORRIDO**

De acordo com Gil, a pesquisa visa obter conhecimento científico a respeito de algo, ou seja, ir além do senso comum e extrair a veracidade dos fatos. O autor ainda expõe que a

pesquisa é o processo formal e sistemático de desenvolvimento do método científico, e tem por objetivo levantar respostas para problemas mediante o emprego de procedimentos científicos. Assim, a pesquisa social é o desenvolvimento desse processo no campo da realidade social. No Serviço Social, a construção do conhecimento é realizada por meio da pesquisa social aplicada, cujo interesse, segundo Gil (2012), está na aplicação, na utilização e nas consequências práticas do conhecimento obtido.

Minayo (2002) complementa dizendo que “O método científico permite que a realidade social seja reconstruída enquanto um objeto de conhecimento, através de um processo de categorização (possuidor de características específicas) que une dialeticamente o teórico e o empírico.” (Minayo, 2002, p. 35). Para que o conhecimento possa ser considerado científico, é necessário identificar o caminho percorrido para se chegar a determinado fim. Esse caminho é composto por técnicas que possibilitam a investigação do objeto tal como ele é; a esse caminho é dado o nome de método (Gil, 2012). Oliveira (1998) complementa dizendo que, portanto, o Método indica estrada, via de acesso e, simultaneamente, rumo, discernimento de direção e representa o caminho seguro que permite interpretar o objeto de estudo com maior coerência e correção, a partir da perspectiva adotada pelo pesquisador. Este autor ainda cita Chauí, a qual diz que ‘o *bom método* é aquele que permite conhecer verdadeiramente o maior número de coisas com menor número de regras’ (Oliveira, 1998, p. 18).

Considerando a impossibilidade de se estabelecer um método universal, pois é o objeto que determina o método necessário para estudá-lo que, dentre as variedades de métodos disponíveis, tem-se o método dialético. Segundo Gil (2012), tal método foi formulado por Hegel e reformulado por Marx e Engels, ao admitirem a hegemonia da matéria (objeto) em relação às ideias, e colocaram a dialética em bases materiais.

De acordo com Gil (2012), o materialismo dialético pode ser entendido como um método de interpretação dinâmica e totalizante da realidade, que privilegia a mudanças qualitativas, com fundamento em três princípios:

- a) A *unidade dos opostos*. Todos os objetos e fenômenos apresentam aspectos contraditórios, que são organicamente unidos e constituem a indissolúvel unidade dos opostos. Os opostos não se apresentam simplesmente lado a lado, mas num estado constante de luta entre si. A luta dos opostos constitui a fonte do desenvolvimento da realidade.
- b) *Quantidade e qualidade*. Quantidade e qualidade são características imanentes a todos os objetos e fenômenos e estão inter-relacionados. No processo de desenvolvimento, as mudanças quantitativas graduais geram mudanças qualitativas e essa transformação

opera-se por saltos.

c) *Negação da negação*. A mudança nega o que é mudado e o resultado, por sua vez, é negado, mas esta segunda negação conduz a um desenvolvimento e não a um retorno ao que era antes (Gil, 2012, p. 13).

No processo de investigação, é necessário que o pesquisador tenha por base uma teoria que proporcione adequada definição de conceitos e que sugira a metodologia apropriada para a investigação (Ferrari, 1982 *apud* Gil, 2012). Popper (1972), citado por Gil (2012), compara teorias com redes e, nesse sentido, capturam o mundo para compreendê-lo de maneira racional, explicá-lo e dominá-lo.

No Serviço Social, a teoria que condiz com os preceitos éticos da profissão e da produção do conhecimento é o materialismo histórico. Essa teoria tem por fundamento o método dialético e, portanto, tem suas bases em Marx e Engels. De acordo com Gil (2012), para o materialismo histórico, a produção e o intercâmbio de seus produtos – mercadorias – constituem a base da sociedade, assim “[...] o modo de produção da vida material é, portanto, o que determina o processo social, político e espiritual”(Gil, 2012, p. 22). Assim, adotar o quadro de referência do materialismo histórico significa enfatizar a dimensão histórica dos processos sociais e que o objeto procede das relações estabelecidas entre o modo de produção e as superestruturas da sociedade.

Fernandes (2012) afirma que o materialismo histórico é considerado método e teoria, ao passo que:

Tem de produzir um conhecimento ‘dinâmico’ da sociedade, que permita explicar seu movimento histórico real, prever o curso geral desse movimento, servir de base à prática política proletária e passar por seu crivo de verdade (ou seja, de verificação de sua veracidade: a experimentação na história esboça-se como uma ‘experimentação prática’) (Fernandes, 2012, p. 79).

Seguindo na mesma perspectiva, Iamamoto (2008) menciona que o desenvolvimento de pesquisas e projetos pelos profissionais assistentes sociais, por meio do conhecimento criterioso dos processos e vivências sociais dos sujeitos, proporciona ações inovadoras de atendimentos às reais necessidades sociais, sendo este pré-requisito para impulsionar a consciência crítica e a cultura democrática. A autora ainda expõe a necessidade de estratégias técnicas e políticas, com propostas profissionais que vão além das demandas instituídas ao Serviço Social.

Siqueira da Silva (2007) expõe que, embora o Serviço Social e a produção teórica marxiana sejam instâncias diferentes e antagônicas nos seus fundamentos de origem, pois o

Serviço Social tem sua gênese em meio às demandas capitalistas, “[...] a relação entre eles é viável, necessária e proveitosa” (Siqueira da Silva, 2007, p. 282). Isso porque a pesquisa permanente e a produção de conhecimentos em Serviço Social são necessárias para a sobrevivência da profissão, além de ser condição básica para sua inserção crítica na divisão social e técnica do trabalho e, ainda, para qualificar assistentes sociais que, cotidianamente, lidam com múltiplas e complexas manifestações “questão social” (Siqueira da Silva, 2007).

Portanto, a pesquisa partiu da realidade vivenciada e observada, para identificar a totalidade do objeto. Nesse caso, a relação do trabalho profissional dos/das assistentes sociais do IFPR com os princípios do Código de Ética da profissão e, por meio dos resultados encontrados, pretendeu direcionar e fortalecer a categoria profissional no que se refere à atuação frente ao projeto ético-político da profissão.

A pesquisa é de natureza qualitativa, pois pretendeu-se compreender como ocorre a materialização dos princípios do Código de Ética da/o Assistente Social nas relações de trabalho desse profissional no Instituto Federal do Paraná, a partir dos dados qualitativos levantados. Cabe mencionar que a pesquisa qualitativa não exclui dados quantitativos, pois “O dado numérico em si nos instrumentaliza, mas não nos equipa para trabalhar com o real em movimento, na plenitude que buscamos”. Contudo, “[...] a relação entre pesquisa quantitativa e qualitativa não é de oposição, mas de complementaridade e de articulação.” (Martinelli, 1999, p. 21-27)

Segundo Martinelli (1999), a pesquisa qualitativa tem por objetivo apresentar o que os participantes da pesquisa pensam a respeito do que está sendo pesquisado, articulando a visão do pesquisador e o que o sujeito tem a dizer em relação ao problema. A mesma autora ainda expõe:

No que se refere às pesquisas qualitativas, é indispensável ter presente que, muito mais do que descrever um objeto, buscam conhecer trajetórias de vida, experiências sociais dos sujeitos, o que exige uma grande disponibilidade do pesquisador e um real interesse em vivenciar a experiência da pesquisa (Martinelli, 1999, p. 25).

Portanto, a pesquisa qualitativa objetiva apreender o objeto em seu movimento dialético, a partir da relação entre o pesquisador, a teoria que o fundamenta e os pesquisados, compreendendo as múltiplas determinações que permeiam o objeto.

Esta pesquisa constituiu-se como exploratória, pois levantou informações sobre o objeto de estudo, a relação do trabalho profissional das/os assistentes sociais do IFPR com os princípios do CE/1993 e, até o momento da elaboração do projeto, não se identificou nos sites

de buscas, pesquisas que tratam diretamente de tal tema nos institutos federais, principalmente no campo específico do IFPR. De acordo com Severino (2013), a pesquisa exploratória busca levantar informações sobre o objeto, delimitando um campo de trabalho, mapeando as condições do objeto. E Gil (2012) expõe que a pesquisa exploratória tem por finalidade desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e ideias, além de proporcionar visão geral, aproximativa do objeto estudado, – cabendo colocar que o objeto não é estático e a realidade está em constante movimento – torna-o mais esclarecido. As pesquisas encontradas tratam de outros espaços sócio-ocupacionais e da materialização do Projeto Ético Político. Com relação aos institutos federais existem trabalhos de conclusão de curso relacionados ao tema, e com relação ao IFPR, localizou-se apenas um artigo elaborado a partir de um relatório de estágio de graduação.

A pesquisa foi caracterizada como de campo, pois, segundo Severino (2013), na pesquisa de campo o objeto é abordado em seu próprio ambiente “A coleta de dados é feita nas condições naturais em que os fenômenos ocorrem, sendo assim diretamente observados, sem intervenção e manuseio por parte do pesquisador” (Severino, 2013, p. 122). Nesta pesquisa, contou-se com fontes bibliográficas, documentais e aplicação de questionário *online* semiestruturado direcionada aos profissionais assistentes sociais do campo de pesquisa. De acordo com Neto (2002), a pesquisa de campo possibilita a aproximação com aquilo que se deseja conhecer e estudar e ainda cria um conhecimento a partir da realidade presente no campo com maiores possibilidades de análise.

As fontes bibliográficas foram selecionadas de acordo com as leituras realizadas a *priori*, com obras e periódicos relacionados ao tema que tratam das categorias abordadas na pesquisa. Para contextualizar e fundamentar o processo de análise dos dados, foram selecionadas obras de autores como: Barroco (1996, 2010); Barroco e Terra (2012); Yamamoto (2008, 2019); Yamamoto e Yazbek (2019); CRESS-RJ (2013); CFESS (2022); Dallago (2006); Simões (1996); Netto e Braz (2008); Netto (2001, 2008, 2013, 2015, 2017); Paiva (1996); Raichelis (2020); Marx (2024) e Antunes (2002). Para análise do Serviço Social, ética e seu projeto profissional, bem como da categoria trabalho: Mészáros (2008) e Tonet (2005). Para discutir a política de educação: Frigotto (2023). Para abordar os institutos federais: Pacheco e Resende (2009). Para suporte na análise da pesquisa, além das obras anteriormente citadas, utilizou-se também: Couto (2009) e Miotto e Lima (2009).

Além das obras, foram estudadas as leis, resoluções e portarias pertinentes ao objeto, por exemplo: Lei 8.662/1993 – Lei da profissão Assistente Social; Resolução CFESS

273/1993 – Código de Ética da/o Assistente Social. Regulamentações pertinentes às relações de trabalho no campo de pesquisa: Lei 11892/2008 – Lei de criação dos Institutos Federais. Decreto 7234/2010 – Assistência Estudantil; Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação. Documentos institucionais como: Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI/2023); MEC Plataforma Nilo Peçanha (MEC, n.d.); bem como resoluções e portarias da instituição que possuem relação com o tema.

As fontes de natureza documental foram instrumentos não sigilosos de atuação do assistente social, tais como: planejamento estratégico, planos de trabalho, relatórios, formulários, atas e demais registros institucionais que contribuíram com a pesquisa, desde que fornecidos pelos pesquisados no questionário *on-line*. Segundo Severino (2013), na pesquisa documental o conteúdo dos documentos ainda não teve um tratamento analítico, portanto, é material a partir do qual o pesquisador desenvolverá sua investigação e análise.

Os participantes da pesquisa de campo foram as/os assistentes sociais servidores ativos/os do Instituto Federal do Paraná. No momento da pesquisa, estavam lotados 30 assistentes sociais, os quais constituíram o universo da pesquisa. Os profissionais estão distribuídos ainda em 20 campi, incluindo os campi avançados e Reitoria, em 7 unidades de lotação diferentes, conforme Tabela 01.

**Tabela 01 – Unidades de lotação dos assistentes sociais no IFPR**

<b>Unidade de lotação</b>	<b>Quantidade de assistentes sociais</b>	<b>Aplicação do questionário</b>	<b>Retorno do questionário</b>
Diretoria-Geral	02	02	<b>01</b>
Diretoria de Assistência Estudantil	02	02	<b>02</b>
Pró-reitoria de Gestão de Pessoas	02	02	<b>00</b>
Coordenadoria do Napne	01	01	<b>01</b>
Seção Pedagógica e de Assuntos Estudantis	19	18	<b>12</b>
Seção de Assuntos Estudantis	02	02	<b>02</b>
Seção de Ensino	02	02	<b>02</b>
<b>TOTAL</b>	<b>30</b>	<b>29</b>	<b>20</b>

Fonte: Quadro de servidores do IFPR, 2022.

O questionário de pesquisa *on-line* foi destinado à totalidade de profissionais, com exceção dessa pesquisadora. Não foi definida amostra, considerando que a adesão ao preenchimento foi voluntária. Ao final, chegou-se a uma amostra de 69% do universo, correspondente à quantidade de questionários respondidos. Tal escolha de amostragem justifica-se segundo Minayo (2002), que diz que a pesquisa qualitativa não se baseia no critério numérico para garantir sua representatividade, mas sim, na abrangência da totalidade do problema, abordando suas múltiplas dimensões. Segundo Severino (2013) as técnicas de pesquisa são os procedimentos operacionais que servem de mediação prática para a realização da pesquisa.

Os instrumentos e procedimentos para coleta de dados foram realizados de acordo com a Resolução 510/2016-CNS, Código de Ética do Assistente Social e orientações do CEPE/ Unioeste. A pesquisa de campo contou com a aprovação do campo de pesquisa, por meio do Termo de Ciência do Campo de Estudos, e foi iniciada após a aprovação pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Unioeste, em 30 de maio de 2023.

Para o uso das fontes documentais foi solicitado o Termo de Compromisso para Uso de Dados em Arquivo. Severino (2013) explica:

[...] documento é todo **objeto** (livro, jornal, estátua, escultura, edifício, ferramenta, túmulo, monumento, foto, filme, vídeo, disco, CD etc.) que se torna *suporte material* (pedra, madeira, metal, papel etc.) de uma *informação* (oral, escrita, gestual, visual, sonora etc.) que nele é fixada mediante *técnicas especiais* (escritura, impressão, incrustação, pintura, escultura, construção etc.). Nessa condição, transforma-se em fonte durável de informação sobre os fenômenos pesquisados (Severino, 2013, p. 124).

A técnica de análise documental foi utilizada nos documentos compartilhados nos questionários aplicados aos sujeitos da pesquisa. Severino (2013) explica que o questionário é um conjunto de questões articuladas, preenchidas diretamente pelo sujeito pesquisado, que tem por objetivo levantar informações escritas dos sujeitos pesquisados, para conhecer a opinião dos mesmos sobre os assuntos em estudo. Essas questões devem ser objetivas e claras e podem ser abertas ou fechadas, sendo necessário realizar um pré-teste para verificar as necessidades de adequação. De acordo com Gil (2012), são vantagens do questionário:

- a) possibilita atingir grande número de pessoas, mesmo que estejam dispersas numa área geográfica muito extensa, já que o questionário pode ser enviado pelo correio; [...]
- d) permite que as pessoas o respondam no momento em que julgarem mais conveniente;
- e) não expõe os pesquisados à influência das opiniões e do aspecto pessoal do entrevistado (Gil, 2012, p. 122).

Gil (2012) ainda apresenta limitações do uso do questionário, dentre elas, para esta pesquisa, cabe destacar: “[...] não oferece a garantia de que a maioria das pessoas devolvam-no devidamente preenchido, o que pode implicar a significativa diminuição da representatividade da amostra” (Gil, 2012, p. 122). Mesmo diante dessa limitação, a técnica foi utilizada objetivando coletar as informações da totalidade e realidade do objeto pesquisa, considerando-se a expansão territorial em que os campi do IFPR se encontram e a impossibilidade financeira da pesquisadora em percorrer todos os espaços sócio-ocupacionais, além do tempo hábil necessário para conclusão da pesquisa.

Com relação ao pré-teste, Gil (2012, p. 134) expressa que a ação tem por finalidade evidenciar possíveis falhas na redação do questionário, relacionada à: “[...] complexidade das questões, imprecisão na redação, desnecessidade das questões, constrangimento ao informante, exaustão etc”. Assim, após aprovação da pesquisa pelo Comitê de Ética, foi realizado o pré-teste com profissional voluntária.

Na aplicação do questionário (Apêndice A) foi solicitado ao sujeito entrevistado o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) (Apêndice B) antes do procedimento. Para a realização do questionário, foi utilizado como instrumento o formulário *on-line*, na plataforma *Google* Formulários. Todo resultado coletado foi abordado de acordo com os princípios éticos, e garantido o sigilo dos sujeitos participantes. A análise dos dados, etapa seguinte da coleta dos mesmos, de acordo com Gil (2012), tem por objetivo organizar e resumir os dados de forma que possibilite a obtenção de respostas ao problema da pesquisa. O autor diferencia a análise da interpretação, essa última de acordo com ele, procura o sentido mais amplo das respostas, realizada por meio da ligação do conteúdo com conhecimentos anteriores obtidos por meio da pesquisa bibliográfica.

A análise dos dados, etapa seguinte da coleta dos mesmos, de acordo com Gil (2012), tem por objetivo organizar e resumir os dados de forma que possibilite a obtenção de respostas ao problema da pesquisa. O autor diferencia a análise da interpretação, essa última de acordo com ele, procura o sentido mais amplo das respostas, realizada por meio da ligação do conteúdo com conhecimentos anteriores obtidos por meio da pesquisa bibliográfica.

Esta pesquisa partiu da análise qualitativa que, segundo Gil (2012, p. 175), é composta por três etapas: a redução dos dados envolve “[...] a seleção, a focalização, a simplificação, a abstração e a transformação dos dados originais em sumários organizados de acordo com os temas ou padrões definidos nos objetivos originais da pesquisa”; a segunda etapa é a apresentação que consiste na organização dos dados de forma que possibilite a

análise dos mesmos, essa apresentação pode ser por meio de textos, diagramas, mapas ou matrizes. A última etapa é a conclusão, que “[...] requer a revisão dos dados tantas vezes quantas forem necessárias para verificar as conclusões emergentes”. (Gil, 2012, p. 176). citando Tesch (1990) apresenta dez princípios que orientam a análise qualitativa:

1. A análise não é a última fase do processo de pesquisa; ela é cíclica ou concomitante à coleta de dados.
2. O processo de análise é sistemático e compreensivo, mas não rígido.
3. O acompanhamento dos dados inclui uma atividade reflexiva que resulta num conjunto de notas de análise que guiam o processo.
4. Os dados são segmentados, isto é, subdivididos em unidades relevantes e significativas, mas que mantêm conexão com o todo.
5. Os segmentos de dados são categorizados de acordo com um sistema organizado que é predominantemente derivado dos próprios dados.
6. A principal ferramenta intelectual é a comparação.
7. As categorias para escolha dos segmentos são tentativas e preliminares desde o início e permanecem flexíveis.
8. A manipulação qualitativa dos dados durante a análise é uma atividade eclética; não há uma única maneira de fazê-la.
9. Os procedimentos não são científicos nem mecanicistas.
10. O resultado da análise é um tipo de síntese em mais alto nível (Gil, 2012, p. 176-177).

De acordo com Gil (2012), a interpretação dos dados caminha com a análise dos dados, ao mediar os dados obtidos com os conhecimentos teóricos já disponíveis, com o objetivo de integrar os resultados nos fundamentos teóricos da pesquisa.

Setúbal (1999) explica que a análise de conteúdo se utiliza de qualquer tipo de mensagem, escrita, oral ou icônica (fotografia, arte, etc.), e se dá pela observação social do objeto de estudo, considerando o tempo e a circularidades da comunicação e dependem da postura teórica, política e cultural do pesquisador. Assim, a análise de conteúdo se apresenta-se como uma proposta metodológica dinâmica:

[...] o pesquisador, ao desenvolver a ação de analista da comunicação e ao viabilizar a adequação do uso da metodologia ao estudo, se transforma e transforma o objeto, ao retirá-lo do seu estado original, aparentemente inerte, sem, contudo modificar os próprios termos da comunicação (Setúbal, 1999, p. 61).

Assim, o autor expõe que os conteúdos obtidos por meio da pesquisa devem ser analisados fielmente para, então, serem elaborados no âmbito da abstração teórica (Setúbal, 1999). Para isso, o autor define como objetivos da análise de conteúdo:

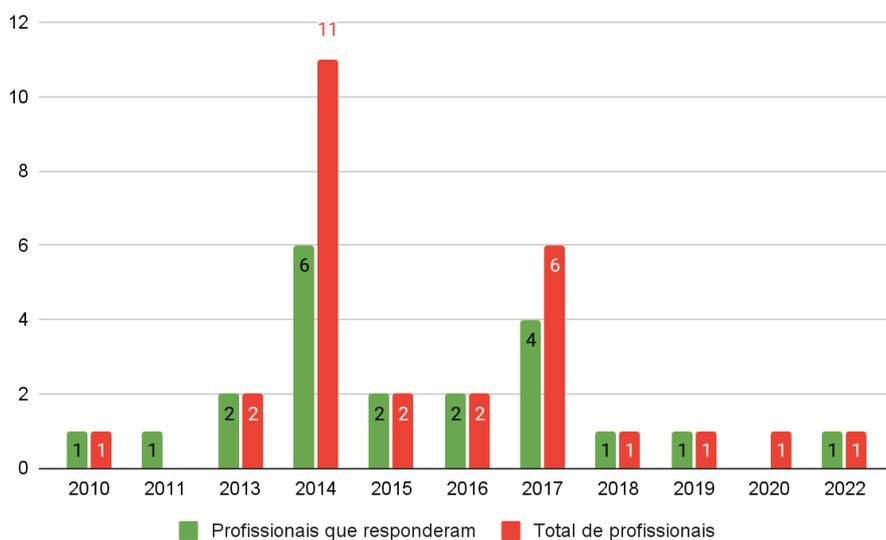
- ultrapassar as evidências imediatas, à medida que busca a certeza da fidedignidade das mensagens socializadas e a validade da sua generalidade;
- aprofundar, por meio de leituras sistemáticas e sistematizadas, a percepção, a pertinência e a estrutura das mensagens (Setúbal, 1999, p. 73).

Diante do exposto, os dados coletados na pesquisa, por meio do questionário, foram analisados, categorizados e apresentados da forma que melhor representou a realidade da pesquisa: por meio de gráficos, quadros, tabelas, diagramas e o texto com dados da pesquisa e a análise realizada.

A pesquisa de campo foi iniciada em 29 de maio de 2023, por meio do pré-teste com uma profissional do campo de pesquisa, cuja resposta foi considerada válida e inclusa nos resultados. Em 30 de maio de 2023, o formulário de pesquisa *on-line* foi enviado aos/às profissionais da instituição, constituindo um universo de 29 sujeitos. Responderam à pesquisa um total de 20 profissionais, após diversos contatos por *whatsapp* e *e-mails*. Portanto, a amostra da pesquisa corresponde a 69% das/os assistentes sociais do IFPR. Os TCLE foram coletados por meio do formulário e/ou por *e-mail*.

De acordo com a lista de servidores do IFPR disponível para consulta pública, o ingresso das/os assistentes sociais na instituição ocorreu a partir de 2010. O gráfico abaixo apresenta a quantidade de assistentes sociais que ingressaram por ano, em comparação com a quantidade de assistentes sociais que participaram desta pesquisa.

**Gráfico 01 – Ano de ingresso das/os assistentes sociais no IFPR**



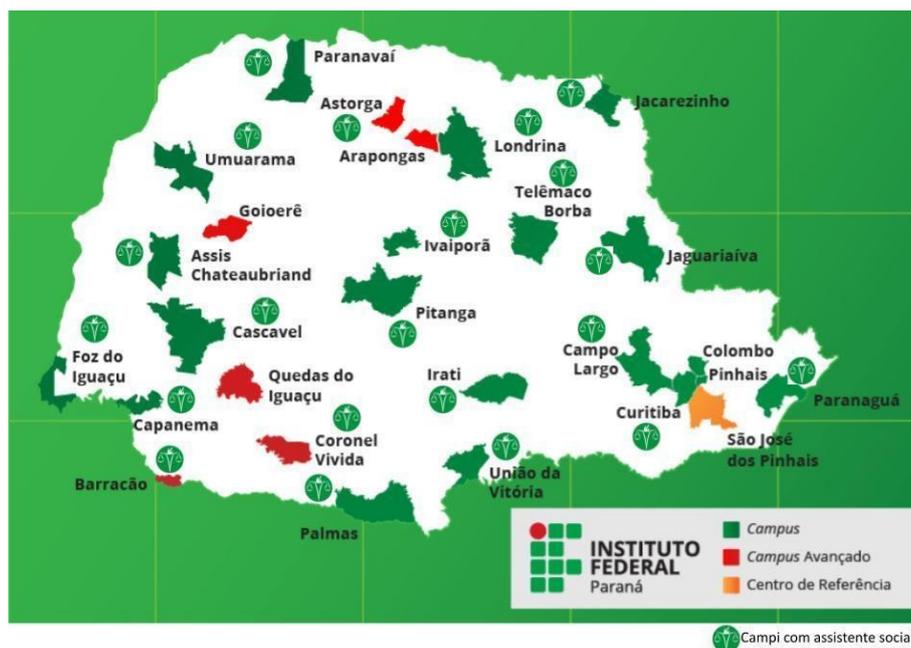
Fonte: Elaborado pela autora.

Contudo, o efetivo exercício da/o assistente social na instituição aconteceu em fevereiro de 2011. Conforme Abreu, Incerti e Júlio (2014), citadas por Júlio (2022, p. 113) “a

nomeação da primeira assistente social do IFPR ocorreu em agosto de 2010, no entanto, a inserção desta somente ocorreu em fevereiro de 2011, sendo este profissional requisitado para trabalhar na Diretoria de Assuntos Estudantis”.

Observa-se que a história da profissão no IFPR completa 14 anos. Nesse período, a instituição contou com um número reduzido de profissionais para atender todas as demandas do Serviço Social, seja na atuação com estudantes, seja também com servidores na área de gestão de pessoas. Em 2013, a instituição incorporou mais 2 profissionais, agora já destinadas aos campi; e em 2014, houve o ingresso da maior parte dos profissionais, um total de 11; desses, 6 participaram da pesquisa. O segundo período de maior ingresso na instituição foi em 2017, quando houve a incorporação de profissionais nos campi com maior demanda e que ainda não possuíam assistentes sociais. Daí em diante, o ingresso de profissionais assistentes sociais, em sua maioria, ocorreu para equipar os campi que ainda não possuíam profissionais e, também, em substituição às saídas de profissionais da instituição por diversos motivos. Portanto, percebe-se que tanto a instituição, quanto a história dos assistentes sociais nela atuantes, são recentes, assim, carecendo de pesquisa que fundamentam a atuação profissional para que o coletivo, a partir do resultado, possa aprimorar e direcionar a atuação profissional, além de constituir conhecimento ético-político, teórico-metodológico e técnico-operativo.

**Figura 01 – Mapa de inserção das/os assistentes sociais no IFPR**

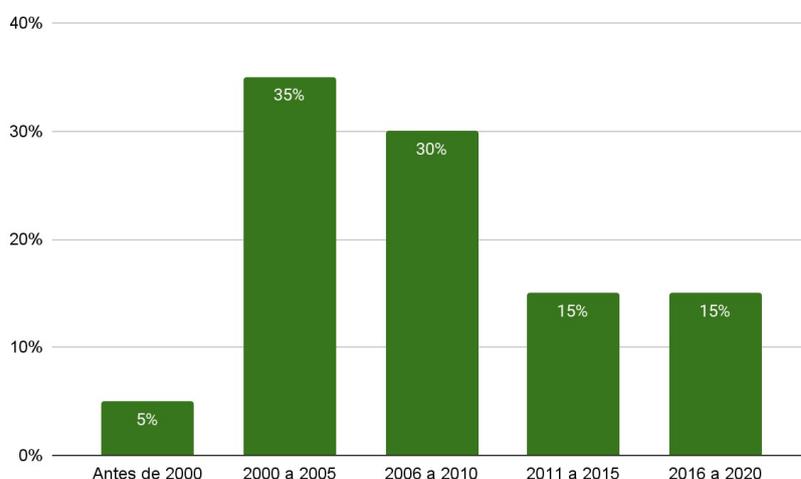


Fonte: RNP, 2022 e editado pela autora.

O mapa apresenta os campi dos IFPRs e a presença de assistentes sociais neles atuantes, conforme o Quadro de servidores de março de 2024. Pode-se observar que não possuem assistentes sociais em seu quadro de servidores apenas os campi Colombo e Pinhais, os campi avançados Arapongas, Goioerê e Quedas do Iguaçu, além do centro de referência de São José dos Pinhais. Além desses, os novos campi anunciados pelo governo federal, a saber: Maringá, Araucária, Cianorte, Cambé e Toledo (MEC, 2024).

A fim de contextualizar o trabalho das/os assistentes sociais no Instituto Federal do Paraná, optou-se por construir um breve perfil dos aspectos formativos e sociais dos participantes da pesquisa com os seguintes dados: no trato a formação em Serviço Social, 5% dos entrevistados concluíram o curso antes do ano 2000, precisamente em 1994, um ano após a promulgação do atual Código de Ética Profissional; 35% concluíram a formação entre 2000 e 2005; 30% entre 2006 e 2010; e 15% entre 2011 e 2015 e os outros 15% entre 2016 e 2020, conforme gráfico a seguir:

**Gráfico 02 – Ano de formação em Serviço Social**



Fonte: Elaborado pela autora.

Desses profissionais, 60% se formaram-se em instituições públicas de Ensino Superior; e 40% em instituições privadas, sendo 75% dessas instituições de ensino localizadas no Estado do Paraná; os outros 25% estão distribuídos igualmente entre São Paulo, Rio de Janeiro, Paraíba, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, portanto, um predomínio de profissionais da região Sul do país, com 85%.

Tais informações revelam aspectos relacionados à própria formação e atuação, confirmando a tese de Netto (2017, p. 5) de que “[...] os membros do corpo (categoria) profissional são necessariamente *indivíduos diferentes* – têm origens, situações, posições e expectativas sociais diversas, condições intelectuais distintas, comportamentos e preferências teóricas, ideológicas e políticas variadas etc.” Assim, apesar de uma profissão devidamente regulamentada, cada formação profissional traz consigo aspectos teórico-metodológico, ético-político, culturais e morais de seu tempo e das instituições no trato da aproximação ou não das Diretrizes Curriculares que norteiam a formação em Serviço Social, fatores que podem interferir no conhecimento e na intervenção da/o profissional.

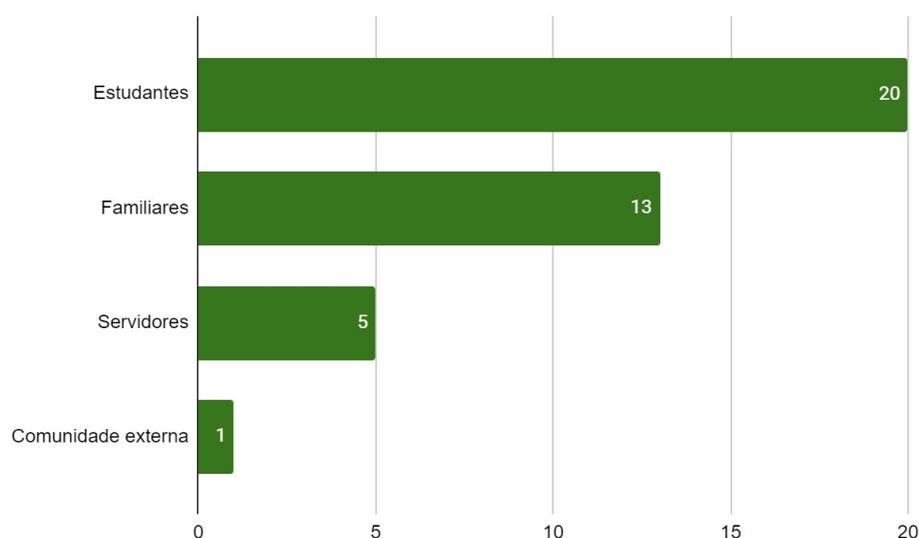
#### 4.2 O SERVIÇO SOCIAL NO MOVIMENTO DAS DEMANDAS E REQUISIÇÕES NO INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ (IFPR)

A atuação do Serviço Social no IFPR, como já abordado no item 2.3, está norteado pela descrição do cargo no PCCTAE, pelo Manual de Competências do IFPR, pela Lei 8.662/93, que regulamenta a profissão de assistente social e pelo Código de Ética da/o Assistente Social de 1993. Essa atuação acontece na vida cotidiana, em que se consolida, perpetua e transforma as condições materiais de vida, portanto, contém a totalidade em que as relações se concretizam e se afirmam, e onde o ser social se reproduz enquanto tal. É na cotidianidade que acontece a práxis profissional do Serviço Social, ao atuar sobre todas as necessidades humanas (Carvalho; Netto, 2007). Ainda, Miotto e Lima (2009, p. 27) afirmam:

[...] pode-se dizer que o processo interventivo não se constrói a priori, ao contrário, faz-se no seu próprio trajeto, e essa construção não depende só do Assistente Social, mas também dos outros sujeitos envolvidos, dentre eles, o espaço sócio-ocupacional no qual o profissional está inserido e os destinatários das ações nele desenvolvidas (Miotto e Lima, 2009, p. 27).

Para início da análise, avaliou-se a importância de destacar quem são os usuários do Serviço Social na instituição. Pergunta que apresentou as seguintes respostas tabuladas no Gráfico 03 a seguir.

**Gráfico 03 – Usuários do Serviço Social no IFPR**



Fonte: Elaborado pela autora.

Todos os sujeitos entrevistados mencionaram os estudantes como usuários do Serviço Social; 5 deles colocaram os estudantes como únicos usuários, e alguns ainda especificaram:

- a) Estudantes do ensino médio e técnico e da graduação (AS3, 2023).
- b) Estudantes do ensino médio e superior em situação de vulnerabilidade social, que têm problemas em se manter na política de Educação por não terem materiais para tal (AS6, 2023).
- c) Estudantes de Ensino Médio e Graduação (AS12, 2023).

Os familiares ou responsáveis foram citados por 16 profissionais, como observado abaixo:

De forma direta, os estudantes dos Cursos Técnicos integrados ao Ensino Médio e das Graduações; de forma mais indireta, os familiares destes (AS11, 2023).

Os estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica foram citados por 2 profissionais; o/a AS6, citada/o anteriormente e, conforme profissional abaixo, que além da Assistência Estudantil, foram o/a únicas/os que utilizaram o termo comunidade escolar, que engloba estudantes, servidores e familiares.

Comunidade escolar de forma geral e público beneficiário da Assistência Estudantil (AS7, 2013).

Os servidores que são técnicos-administrativos em educação, docentes, e os colaboradores terceirizados foram citados por 5 profissionais. Diante dos dados, observa-se que a atuação da/o assistente social no IFPR, em sua totalidade, está direcionada aos estudantes: 65% tem a atuação compartilhada com os familiares e responsáveis; 25% também direcionam a atuação aos servidores da instituição e, apenas 5%, atuam também, com a comunidade externa ao IFPR.

Conhecendo quem são os usuários, foi questionado quais as demandas para o Serviço Social no IFPR; as respostas foram tabuladas de acordo com o tipo de demanda, caracterizadas pelos próprios profissionais, e estão apresentadas no Quadro 01.

**Quadro 01 – Demandas espontâneas**

<b>Grande área</b>	<b>Demanda</b>	<b>Especificação</b>
Expressões da “Questão Social”	Violação de direitos/ Violência	Doméstica
		Negligência familiar
		Questão de gênero
		Étnico-racial
		Orientação sexual
		<i>Bullying</i>
		Assédio
		Diversas
	Conflitos	Intrafamiliar
		Entre estudantes
		Próprios da adolescência
		Fragilidade de vínculos familiares
	Relações sociais	Preconceito/ Discriminação
		Interação com colegas
		Situação de risco
	Evasão escolar	Infrequência escolar

<b>Grande área</b>	<b>Demanda</b>	<b>Especificação</b>
		Abandono escolar
	Vulnerabilidade socioeconômica	Pauperismo
	Inclusão social	Suporte nas ações de inclusão e acessibilidade
	Acesso a outras Políticas Sociais	Saúde/ Saúde Mental Assistência Social
Orientações/ Informações	Assistência Estudantil	Inscrição para acesso a auxílios e bolsas
	Vestibular	Inscrição e acesso por cotas
	Direitos	Formação e orientação
Intervenções/ Encaminhamentos	Sociopedagógica	Dificuldades na escola
		Articulação com setores de ensino relacionada ao processo ensino aprendizagem
		Mediação entre discentes, docentes e familiares
		Desenvolvimento de projetos
		Situações emergenciais
Intervenções/ Encaminhamentos	Externo	Contato com profissionais
		Rede socioassistencial
		Rede de proteção

Fonte: Elaborado pela autora.

As demandas apresentadas no quadro anterior são demandas espontâneas, de caráter individual ou coletiva da comunidade escolar que tem o/a assistente social como profissional de referência para lidar com as situações ali relacionadas. Além dessas, há as demandas e requisições institucionais, ou seja, é um trabalho previamente estabelecido para o/a assistente social ou uma designação, por entender as competências profissionais. Diante disso, construiu-se o Quadro 02 (Apêndice C), o qual apresenta as demandas/requisições institucionais citadas pelos pesquisados, relacionando a requisição com as atividades típicas do cargo, descritas no PCCTAE e com os artigos 4º e 5º da Lei 8662/93.

As informações sistematizadas no Quadro 02, podem ser observadas, por meio da resposta de um dos sujeitos da pesquisa:

Além das atividades administrativas e relacionadas à política de assistência estudantil, no cotidiano escolar, **o maior volume de atendimento é dos adolescentes**. Esses trazem nas demandas individuais, a necessidade de escuta e acolhimento pelos conflitos e dilemas muito próprios da adolescência: mediação de conflitos familiares, encaminhamentos para serviços/políticas públicas sendo a maior requisição em saúde mental, bem como para serviços não-governamentais (universidades, ONG's). Intervenção sociopedagógica para casos com repercussões de dificuldades na escola: orientações e encaminhamentos sobre situações de violência, com maior ocorrência questões de gênero, étnico-racial, orientação sexual e casos de *bullying*. Contatos e alinhamentos com os profissionais externos que atendem aos estudantes e famílias como psicólogos, médicos, assistentes sociais. Resposta aos profissionais de equipamentos/serviços públicos externos que atendem estudantes do campus. Suporte aos estudantes em período de vestibular que buscam orientações para inscrição e acesso por cotas. Nas demandas coletivas, a atuação se dá em diferentes esferas e formas: articulação entre serviços e organizações; reuniões com colegiados para orientação e discussão de casos; trabalho de formação e orientação sobre direitos (AS17, 2023).

Sobre as demandas, Couto (2009) destaca a importância de uma leitura atenta da realidade, reconhecendo que o trabalho da/o assistente social está imerso na tensão entre capital e trabalho. Ignorar essa realidade pode levar a um conhecimento superficial, descritivo e desconectado da sociedade, o que, por sua vez, pode fomentar a culpabilização individual de sujeitos, famílias e grupos. A partir disso, pode-se observar, na fala da/o assistente social, a compreensão da totalidade que envolve a atuação profissional, ao citar as situações de violência que envolve questões de gênero, orientação sexual e *bullying*. Isso demonstra o quanto o ambiente escolar ainda é permeado por violações de direitos que afetam o processo de construção do conhecimento e, por conseguinte, da sociabilidade. Portanto, não é possível trabalhar sem conhecer as categorias centrais que perpassam o ambiente escolar.

Analisa-se a partir do Quadro 02 (Apêndice C) que as demandas e requisições institucionais dirigidas aos assistentes sociais no IFPR estão diretamente alinhadas com a descrição do cargo no PCCTAE e relacionam-se principalmente ao Artigo 4º da Lei 8662/93. Além disso, em situações específicas como nas análises socioeconômicas, nas políticas, programas e projetos em que o conhecimento técnico do Serviço Social é requisitado, no suporte ao Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas, na atuação na Seção Pedagógica e de Assuntos Estudantis, onde ocorre o trabalho

interdisciplinar, e em reuniões em que se demanda o saber do Serviço Social, o artigo 5º também se aplica.

Para saber a origem das demandas, perguntou-se: Como chegam as demandas para o Serviço Social na instituição? Existe fluxo estabelecido? O Serviço Social tem liberdade de atuação?

Para analisar a questão, foram considerados três pontos: a forma como a demanda chega ao assistente social; a existência de fluxo; e a liberdade de atuação profissional. Com relação à existência de fluxo no atendimento das demandas do Serviço Social, 50% das/os entrevistadas/os responderam que não há fluxo estabelecido, uma delas ainda mencionou que o estabelecimento de fluxo pode significar uma barreira de acesso ao usuário; 45% não mencionaram diretamente a existência ou não de fluxos, mas disseram que as demandas são espontâneas, subentendendo-se a ausência de fluxos; outras/os colocaram que as demandas referentes aos programas e projetos possuem um fluxo definido pelos editais que os regem; apenas 5%, o que corresponde a um/uma profissional, respondeu que existe fluxo e com prazos determinados e, neste caso, citou os programas da assistência estudantil, comissões e grupos de trabalho, e casos em que, de fato, existem fluxos e prazos estabelecidos. Ao tomar-se a forma como as demandas chegam ao Serviço Social, identificou-se as seguintes respostas:

Algumas respostas destacam que as demandas chegam através de encaminhamentos formais e programas de assistência estudantil, com processos regidos por editais e políticas institucionais:

Chegam através de encaminhamentos; observação planejada; demanda espontânea; Programas de Assistência Estudantil; denúncias; absoluta liberdade de atuação livre de qualquer interferência (AS1, 2023).

Quanto aos programas da assistência estudantil, existem os editais que regem toda a execução durante o ano, mas as demais demandas são espontâneas, com liberdade de atuação, dentro do regimento institucional (AS3, 2023).

Por diversas formas (canais de comunicação) *e-mails*, sistema oficial da instituição, encaminhamento de outros setores, programas de assistência estudantil, participação em comissões e grupos de trabalho, sim tem fluxo, com prazos determinados. (AS15, 2023).

A maioria das respostas menciona que as demandas também chegam espontaneamente, seja por procura direta dos estudantes e familiares, seja por encaminhamentos informais de docentes e outros profissionais, como se pode observar:

Geralmente por procura espontânea ou encaminhamento por docentes. Sim, tenho liberdade para atuar dentro da instituição e meus posicionamentos sempre são ouvidos e considerados (AS4, 2023).

Procura espontânea por parte de estudantes e/ou família/responsáveis, encaminhamento por docentes ou outros profissionais técnico administrativos (AS14, 2023).

Chega por demanda espontânea, observação da profissional e de outros servidores. Tenho liberdade, mas porque eu me imponho (AS16, 2023).

Algumas respostas indicam que as demandas podem ser identificadas por meio de observação planejada, ou pela percepção dos profissionais:

As demandas podem vir institucionalmente, como no caso das aberturas de editais para os Programas de Bolsas e Auxílios e mesmo o estudante que nos procura, ou docentes, coordenadores de curso, colegas da própria equipe. Não há um fluxo que delimite barreiras do acesso do usuário ao nosso atendimento (AS6, 2023).

Maioria por demanda espontânea por parte dos profissionais (professores, equipe de ensino, assistentes sociais/psicólogos externos, etc.), estudantes e familiares. No campus, a maior dificuldade está na não inserção do serviço social nos espaços de discussão coletiva do cotidiano escolar, como conselho de classe. Nesses espaços, poderiam ser identificadas demandas sem precisar ser acionada pelo crivo de outros profissionais que não são do serviço social. Além disso, não temos reuniões de equipe periódicas, o que acontece por iniciativa individual apenas (AS17, 2023).

Diversas respostas mencionam a falta de um fluxo formalizado para o recebimento e gestão das demandas, o que leva a um processo menos estruturado e mais dependente de iniciativa individual:

Não existe um fluxo formalizado, mas, quando o/a estudante busca atendimento, ou quando o encaminhamento é realizado por docentes ou outros profissionais da instituição, inicialmente é realizado o atendimento e a escuta qualificada com o/a estudante. No caso de adolescentes, dependendo da situação ou demanda apresentada, também é realizado o atendimento com a família ou o/a responsável. Identificadas as demandas, são realizadas as orientações e, se necessário, encaminhamentos para outros serviços ou políticas sociais (AS14, 2023).

Geralmente é o estudante ou docente que trazem a demanda diretamente ao setor. Não há um fluxo estabelecido; o/a trabalhador/a tem uma liberdade relativa haja visto que os processos são presos a editais, prazos e valores. Percebo que temos liberdade em nossas

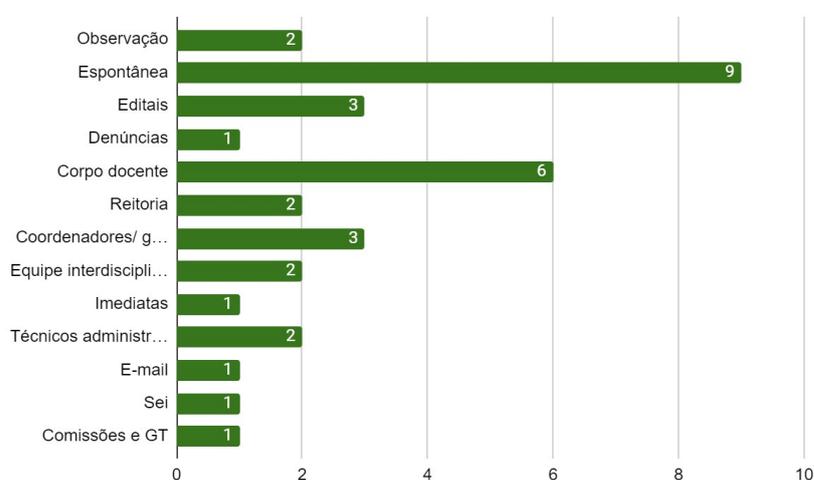
análises e encaminhamentos, ou seja, no que tange à subjetividade, mas em termos burocráticos, ainda somos muito limitados (AS20, 2023).

Uma resposta crítica a falta de capacitação e estrutura apontando que as demandas chegam de forma atropelada e sem suporte adequado.

Chegam atropeladas, fazer imediato, sem capacitação. Nenhuma liberdade de atuação (AS9, 2023).

As respostas coletadas foram tabuladas no Gráfico 04.

**Gráfico 04 – Como chegam as demandas ao Serviço Social**



Fonte: Elaborado pela autora.

Observa-se que 45% das/os assistentes sociais disseram que as demandas chegam de forma espontânea ao Serviço Social; 30% mencionaram que algumas demandas chegam encaminhadas pelo corpo docente; 15% mencionaram os editais e as solicitações via gestão e coordenadores; 10% mencionaram que as demandas chegam ao Serviço Social por meio da própria observação, de solicitações via Reitoria, de encaminhamento da equipe interdisciplinar e de técnicos administrativos; enquanto que 5% mencionaram as demandas por meio das denúncias, *e-mails*, pelo Sistema Eletrônico de Informações Oficial (Sei), por comissões e grupos de trabalho dos quais as/os assistentes sociais são nomeados.

Houve também uma resposta intrigante dando conta de que as demandas “chegam atropeladas, fazer imediato” (AS9, 2023). Tal resposta destoou das demais, de forma comparativa, mas que revela um ambiente de trabalho sem as condições éticas e técnicas para

a atuação profissional. Isso leva a recorrer ao trabalho de Netto (2011), que aponta que a recepção imediata das demandas, ao ignorar suas relações contextuais, pode resultar em posturas positivistas que desconsideram a totalidade das interações envolvidas.

Dessa forma, a análise revela uma situação heterogênea em que o Serviço Social no IFPR opera em um ambiente sem fluxo estabelecido e com variações significativas na liberdade de atuação. Isso porque, a liberdade de atuação das/os profissionais é um aspecto positivo, permitindo a adaptação das práticas às necessidades dos usuários, embora seja limitada por fatores institucionais e burocráticos.

Neste momento, é necessário abordar o primeiro princípio do Código de Ética Profissional da/o Assistente Social de 1993 que coloca a **liberdade como valor ético central** bem como as demandas a ela inerentes, especialmente a autonomia, como pode-se observar abaixo, com relação a existência de liberdade e autonomia na atuação profissional:

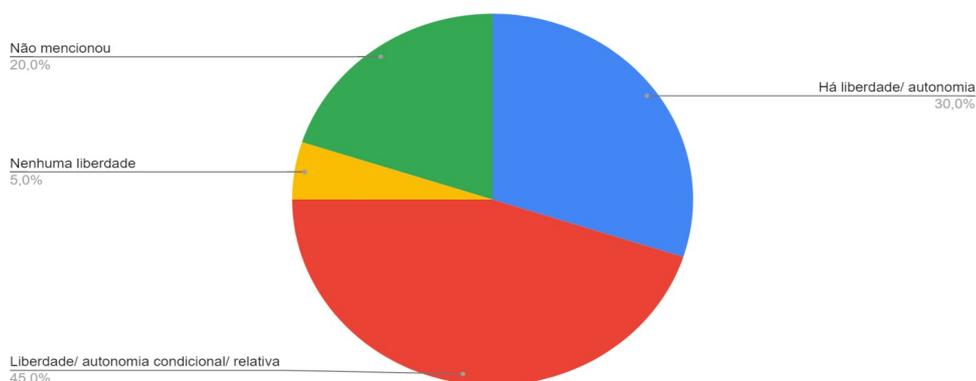
Existe uma autonomia relativa, dentro do que é permitido no nosso Código de Ética, e do que a política de educação e nossa instituição permitem (AS6, 2023).

Tenho uma relativa autonomia para desenvolver o meu trabalho (AS14, 2023).

Quanto a liberdade de atuação, varia dependendo da política institucional e das atribuições definidas no setor (AS15, 2020).

De acordo com o Gráfico 05, observa-se que apenas 30% dos assistentes sociais entrevistados afirmaram que o Serviço Social possui liberdade e autonomia para atuar. Outros 45% mencionaram ter uma liberdade condicionada ou uma autonomia relativa, devido a fatores como normativas e políticas institucionais, falta de diálogo com a reitoria, atribuições definidas do setor, necessidade de se impor, dificuldade de inserção nos espaços coletivos de discussão do cotidiano escolar e limitações burocráticas que interferem ou restringem sua liberdade ou autonomia. Além disso, 20% dos entrevistados não mencionaram a liberdade em suas respostas. Já 5% afirmaram que não há nenhuma liberdade, revelando que, especificamente no campus em que atuam, os princípios profissionais enfrentam dificuldades de serem materializados. Tal situação está em desacordo com os direitos profissionais resguardados pelo Código de Ética Profissional da/do Assistente Social de 1993.

### Gráfico 05 – Existência de liberdade/autonomia do Serviço Social



Fonte: Elaborado pela autora.

Neste sentido, a fim de identificar as demandas às quais as/os assistentes sociais são requisitados, perguntou-se: Você considera que todas as ações desenvolvidas por você na instituição são do Serviço Social, ou existem demandas institucionais não relacionadas à profissão? Caso a última pergunta seja afirmativa, pode citar exemplos, por favor? Desta forma, observou-se diferentes respostas profissionais. Houve os que responderam que as ações desenvolvidas são do Serviço Social; já outros responderam que as ações são realizadas por iniciativa própria; existem, ainda, ações que ampliam o escopo de atuação das/os assistentes sociais:

Considero que todas as minhas ações são do Serviço Social ou das atribuições diversas previstas em meu edital de ingresso ao instituto. Por algumas vezes realizo ações que não são do Serviço Social, por livre vontade, de forma colaborativa, para o bom andamento do nosso trabalho em equipe (AS1, 2023).

Muitas das nossas demandas na instituição são relacionadas à nossa formação e *expertise*, mas, muitas vezes, por termos equipes reduzidas não nos limitamos ao trabalho somente junto à Política de Assistência Estudantil. Muitos profissionais são chamados para assumirem chefias junto a SEPAAE ou NAPNE; comissões de planejamento como o PDI, mas que de certa forma abrange nosso rol de conhecimentos e atuação junto aos direitos sociais (AS6, 2023).

Alguns/as profissionais responderam que as demandas estão relacionadas à profissão e constituem atribuições do setor em que estão lotados:

Grande parte da nossa demanda advém dos programas da AE, portanto, são relacionadas à profissão. Contudo, as demais demandas são relacionadas mais à educação, no sentido pedagógico (AS3, 2023).

Entendo que nem todas as demandas institucionais são privativas do assistente social, porém a maioria são competências, como o trabalho em equipe no atendimento aos estudantes e familiares (AS5, 2023).

Como na instituição, as atribuições entre as/os profissionais da equipe são muito próximas, penso que muitas vezes, por atendermos também em formato de plantão, algumas atividades podem ser vistas como sendo de outros profissionais, por ex. estudantes em crise de ansiedade. Neste caso, apesar dos desdobramentos e encaminhamentos serem mais específicos da psicologia, compreendo que o acolhimento e encaminhamentos podem fazer parte do nosso cotidiano (AS8, 2023).

Nem todas as ações são do Serviço Social, no entanto, são de caráter do setor que estou inserida. Ex: liberação de entrada por atraso e saída de estudantes menores de 18 anos, entre outros (AS11, 2023).

As demandas normalmente são inerentes à profissão (AS12, 2023).

Há aqueles/as que responderam que nem todas as atividades desenvolvidas são do Serviço Social, mas que aproveitam as oportunidades para identificar demandas da profissão:

Geralmente sim, mas como trabalhamos na Seção, acabo colaborando também com questões pedagógicas, por exemplo, orientação sobre desempenho acadêmico, mas sempre busco estes momentos para identificar possíveis demandas sociais que interferem no rendimento escolar (AS4, 2023).

Tem várias atividades que acabo desenvolvendo, como por exemplo auxiliar na questão disciplinar dos estudantes, mas entendo que faz parte de estar em um campus pequeno.

Aproveito essas atividades para observar situações que podem ser acolhidas pelo Serviço Social (AS16, 2023).

No campus não possuímos profissional de psicologia, então sou uma das servidoras de referência para casos de saúde mental, no sentido do acolhimento, escuta e manejo em episódios de crises, mas não ultrapasso o que é de competência do serviço social que consiste em fazer a escuta e os encaminhamentos, conforme necessário. Pela defasagem de pessoal na equipe do ensino, não temos pessoas para um primeiro atendimento dos estudantes, o que aumenta o volume devido à procura espontânea e dificulta o cumprimento do planejamento (AS17, 2023).

Obteve-se também, respostas com afirmações enfáticas de que nem todas as ações são do Serviço Social e que, ainda, revelam desafios cotidianos aos/às profissionais, dentre os quais: mistura e sobreposição de funções; sobrecarga de trabalho; desvio das competências e atribuições da profissão; necessidade de melhorar a compreensão sobre a atuação do Serviço Social dentro da equipe. Tais situações podem diluir a identidade profissional da/o assistente social e impactar, negativamente, na dedicação destes profissionais às suas atribuições e competências.

Muitas das ações são de cunho administrativo que não, necessariamente, referem-se especificamente a uma demanda do serviço social (AS2, 2023)

Resistimos com frequência para não assumir funções do setor financeiro (pagamento de bolsas e auxílios) por exemplo (AS7, 2023).

Não! A princípio, o assistente social era obrigado a realizar tarefas de contador a respeito de listas de Credores da Assistência Estudantil, planilhas de pagamentos referentes a outras bolsas que não pertenciam a DAES; serviços de secretaria acadêmica (AS9, 2023).

Sim existem demandas para além das atribuições do SS, demandas administrativas e financeiras (AS10, 2023)

Existem demandas institucionais que não relacionadas à profissão, por exemplo: fiscal de contratos, acompanhar estudantes em eventos externos e ações administrativas que poderiam ser feitas por auxiliares administrativos (AS13, 2023).

Nem todas as ações são específicas do Serviço Social. Como trabalho em um setor como parte de uma equipe multiprofissional e em um espaço de trabalho compartilhado, algumas vezes, no cotidiano de trabalho, realizo atendimento e orientações diversas quando surge a demanda no setor. Atualmente temos um chefe de setor com quem é possível dialogar e esclarecer sobre a especificidade da profissão e sobre o que não é atribuição do Serviço Social. Acredito que é muito importante este movimento de dialogar com chefe, equipe multiprofissional e gestão da instituição e esclarecer o que são as atribuições e competências do Serviço Social (AS14, 2023).

Não, por exemplo, atividades administrativas que seria da responsabilidade do técnico administrativo, porém neste momento, não sei se foi alterado algumas coisas [...] (AS15, 2023)

Não. Existem tarefas administrativas que são executadas e que não estão relacionadas à profissão. Ex.: coleta e organização de termos de compromisso de programas de auxílio (AS18, 2023).

Caso haja acúmulo de cargo com alguma FG, acabamos realizando algumas tarefas que não são específicas da profissão (AS19, 2023).

Pode-se observar que grande parte das atribuições citadas como sendo da/o assistente social refere-se aos programas da Assistência Estudantil, o que envolve não somente as competências e atribuições profissionais, mas também uma série de questões burocráticas e administrativas que fazem parte do cotidiano institucional. Além da Assistência Estudantil, a atuação integrada com equipe interdisciplinar demonstrou-se presente no cotidiano profissional.

Cabe destacar, ainda, uma resposta que menciona a atualidade da profissão na instituição:

Acho complexo, às vezes, definir o que é nosso e o que é do outro, pois nossa abordagem é interdisciplinar e, às vezes, as coisas se misturam muito. Também a falta de profissionais de outra área acaba recaindo em mais demandas para nós. Penso que nossa história dentro dos IFs está sendo construída, a própria instituição não tem isso definido. O serviço social acaba recebendo todas as demandas ligadas ao suporte do estudante, desde o apoio pedagógico, em saúde mental, econômico, então é muito complicado. Aqui no meu campus, hoje temos uma equipe mais completa, então, aparentemente, as atividades estão mais distribuídas (AS20, 2023).

A atualidade da instituição e seu processo histórico de construção apresentam um desafio significativo devido à escassez de força de trabalho nos campi. Isso exige que os profissionais desempenhem atribuições além de seu escopo usual para compensar a ausência de servidores de diferentes áreas. Além disso, é necessário refletir a respeito da prática profissional inserida no cotidiano, pois como observa Netto (2011, p. 335), “a vida cotidiana, na sua imediatez, não mostra o movimento do ser”, e tampouco considera a sua totalidade no movimento dialético; por isso a necessidade de planejamento das ações do Serviço Social, de modo a assegurar uma intervenção qualificada que vá além do imediato.

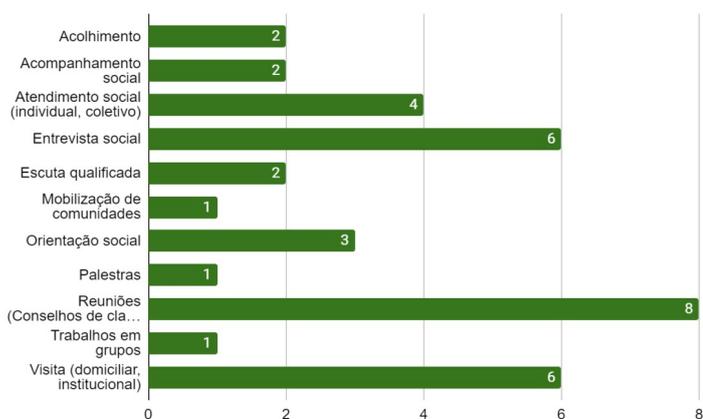
A fim de delinear a atuação profissional no espaço sócio-ocupacional, questionou-se os assistentes sociais: Por meio de qual(is) instrumento(s) técnico(s) ocorre/em o posicionamento do Serviço Social nas demandas institucionais? As respostas foram tabuladas nos Gráficos 06 e 07 e algumas delas podem ser observar abaixo:

Busco me apoiar em nosso Código de Ética, legislações vigentes da área da educação, direitos humanos, etc., bem como em produções por meio da prática profissional (AS5, 2023).

Atendimento a demandas espontâneas conversas informais, entrevista, visitas domiciliares, reunião, mobilização de comunidades, visita institucional, encaminhamentos (AS7, 2023)

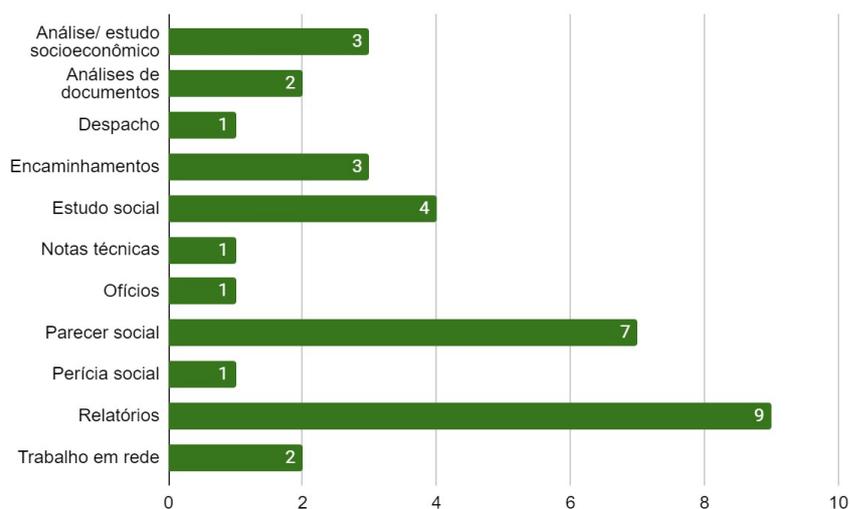
Atendimento individual e coletivo com acolhida e escuta qualificada; visitas domiciliares e institucionais; orientações; acompanhamento; estudos socioeconômicos, reunião; pareceres, entre outros (AS11, 2023).

**Gráfico 06 – Instrumentais diretos**



Fonte: Elaborado pela autora.

**Gráfico 07 – Instrumentais indiretos**



Fonte: Elaborado pela autora.

Conforme Medeiros, (2020) os instrumentais técnicos utilizados foram separados em diretos: aqueles que têm interação face a face com o usuário; e indiretos: aqueles que resultam dos diretos, ou que são demandados via institucional. A partir disso, observa-se que dentre os instrumentais diretos, as reuniões foram citadas por 40% dos entrevistados; a entrevista social e a visita, quer seja domiciliar ou institucional, foram citadas por 30% dos sujeitos; o atendimento social foi citado por 20%; a orientação social por 15%; o acolhimento, a escuta qualificada e o acompanhamento social foram citados por 10% das/os profissionais; o

trabalho em grupos, as palestras e a mobilização com a comunidade foram citados por apenas 5% dos sujeitos da pesquisa. O resultado da pesquisa revela a prevalência das atividades de caráter individual com os usuários.

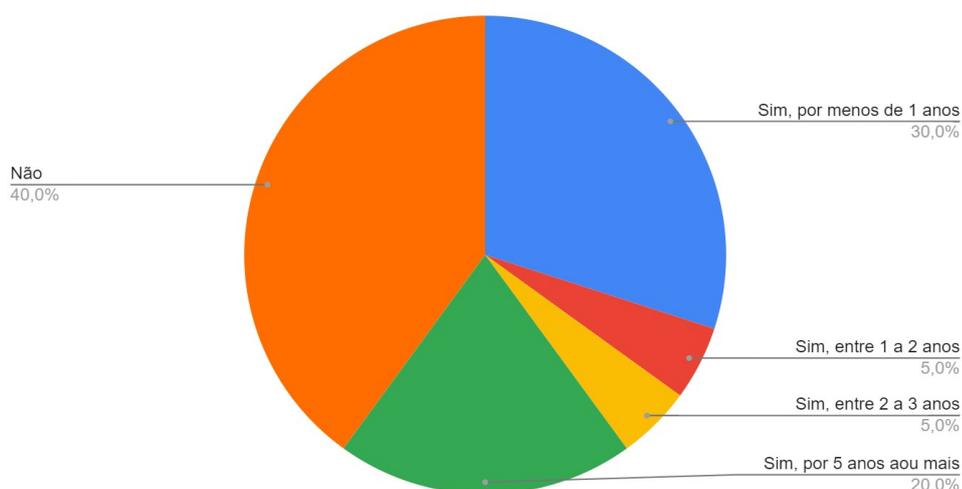
Sobre a orientação social, Miotto e Lima (2009) destacam que o termo é genérico e não proporciona um aprofundamento nas especificidades da ação. Sem a definição clara do campo e dos objetivos, torna-se difícil desenvolver propostas interdisciplinares que vão ao encontro do projeto ético-político.

Dos instrumentais aqui classificados como indiretos, observa-se que: os relatórios foram citados por 45% dos participantes; o parecer social por 35%; o estudo social foi citado por 20% das/os assistentes sociais; os encaminhamentos, análises e estudos socioeconômicos foram citados por 15%; o trabalho em rede e a análise de documentos foram citados por 10%; despachos, ofícios, perícia social e notas técnicas foram citados por apenas 5% dos entrevistados. Observa-se que os instrumentais indiretos tiveram maior correlação entre os pesquisados, com uma incidência de 5%.

Cabe mencionar que os instrumentais permitem ao/ao assistente social compreender as demandas e necessidades de seus usuários, a fim de propor a intervenção adequada que proporcione a garantia de direitos e, por conseguinte, promova a mudança social.

A partir do delineamento profissional até então apresentado, e tomando as respostas de algumas/alguns profissionais da *expertise* profissional que possibilita assumir diferentes funções e que vai ao encontro do problema desta pesquisa é que se perguntou aos entrevistados: Você ocupa ou ocupou cargo de chefia? Se sim, qual e por quanto tempo? Caso ocupe ou tenha ocupado cargo de chefia, você considera que as ações do Serviço Social se mantiveram normais, ou houve alteração devido às demandas do cargo? Comente, por favor. Os dados constam no gráfico a seguir

**Gráfico 08 – Cargo de chefia/ Tempo**



Fonte: Elaborados pela autora.

A partir das informações acima, observa-se que 40% das/os profissionais não ocuparam cargo de chefia no IFPR. Outros 60% ocupam ou ocuparam, dentre os quais: 30% por menos de um ano; 5% entre 1 a 2 anos; 5% entre 2 a 3 anos e 20% por cinco anos ou mais anos. Os setores dos quais foram chefe são: Seção Pedagógica e de Assuntos Estudantis (Sepae), Seção de Ensino e Núcleo de Apoio às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas (Napne), com predominância para o primeiro.

Com relação às ações do Serviço Social em meio ao cargo de chefia, obteve-se as seguintes respostas:

As demandas do cargo exigiam um olhar mais amplo, saindo da área que se refere ao serviço social (AS2, 2023).

A atuação foi em tempos de férias, então não houve grandes alterações. Mas percebo que ainda fiz mais trabalho de AS que de chefe (AS3, 2023).

Durante o trabalho na chefia, minha atuação enquanto assistente social diminuiu um pouco, pois as tarefas burocráticas tomavam muito tempo e senti que não estava conseguindo desenvolver um bom trabalho enquanto assistente social, pois basicamente ficava nas demandas da assistência estudantil, pagamento de auxílios, etc. Nosso trabalho na instituição deve ir além destas demandas (AS4, 2023).

Assumir cargo de chefia compromete o tempo de atuação nas ações mais específicas do serviço social, mas dá para conciliar, pois entendo que devemos ocupar cargos de chefia, pois permite maior participação nas decisões da instituição. Entendo que a chefia também é um espaço importante para nossa atuação (AS5, 2023).

No meu caso não considero que houve diminuição na atuação enquanto Assistente Social, apenas me exigiu mais conhecimentos sobre questões pedagógicas, sobre as quais eu não fui preparada pela formação profissional (AS6, 2023).

Houve alterações! Equipe reduzida na Sepae, atuação bastante tumultuada; “atirando fogo para todos os lados” (AS9, 2023).

As duas atrelavam-se, mas as demandas burocráticas do setor tomavam muito tempo em determinados períodos do mês, como os registros de frequências dos técnicos do setor, trâmites da Assistência Estudantil para pagamento de bolsas, o que incidia que algumas situações específicas do SS ficam desassistidas, a meu ver (AS11, 2023).

Houve alteração na rotina do Serviço Social em virtude das demandas do cargo de chefia, muitas ações burocráticas e retrabalho (AS13, 2023).

[...] eu pedi para sair e um dos motivos foi que não conseguia focar em atividades do Serviço Social pelas demandas da Chefia, ainda que em muitos casos fosse possível a intervenção do Serviço Social na demanda que chegava para a chefia (AS16, 2023).

Não houve tempo para proposição de atividades e nem de realização de atividades próprias do serviço social como acompanhamento das situações de evasão e de estudantes atendidos pelos programas de assistência estudantil. Houve uma sobrecarga com tarefas administrativas, geralmente, relacionadas à assistência estudantil (AS18, 2023).

Ocupei o cargo de chefia da Seção Pedagógica. Algumas ações realizadas estavam relacionadas à assistência estudantil, outras nem tanto, o que acabava desviando da função do Serviço Social (AS19, 2023).

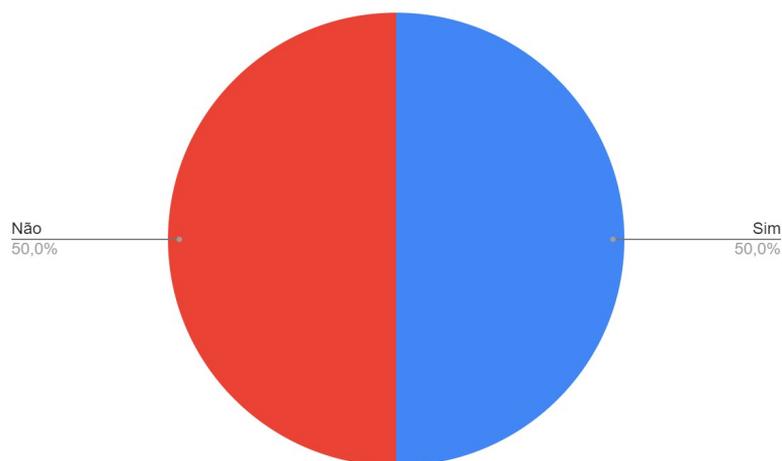
Aumentaram muito porque as funções se acumularam, porém na chefia consegui ter uma visão mais ampliada dos fluxos de serviço (AS20, 2023).

Observa-se diferentes experiências vivenciadas por assistentes sociais ao assumirem cargos de chefia. Além de relatos sobre sobrecarga devido a demandas burocráticas e administrativas e à consequente diminuição do tempo para realizar suas atribuições específicas da profissão. Há, no entanto, experiências positivas; entre estas, destaca-se o reconhecimento de que ocupar um cargo de chefia possibilita maior influência nas decisões institucionais e proporciona uma visão ampliada da instituição, sendo visto como um espaço importante para atuação profissional. Todavia, é fundamental encontrar o equilíbrio entre as atribuições e competências profissionais com as responsabilidades administrativas do cargo.

Delinear todas as esferas de atuação da/do assistente social na instituição é fundamental para compreender a relação de seu trabalho com os princípios éticos da profissão. Por isso, com relação à articulação interna com os órgãos coletivos de deliberações, estabeleceu-se a seguinte pergunta: Você participa de algum órgão colegiado da instituição?

Se sim, qual? Conte sobre sua contribuição no respectivo órgão. Tal questão está diretamente relacionada aos princípios estabelecidos no CEP/1993, uma vez que envolve a gestão institucional cujo objetivo é a emancipação humana. Os dados constam no Gráfico 09.

**Gráfico 09 – Participação em órgãos colegiados institucionais**



Fonte: Elaborado pela autora.

Verifica-se que 50% das/os assistentes sociais estão participando de órgãos colegiados da instituição, enquanto que, a outra metade, 5%, relatou que já participou, e 45% apenas responderam que não. Apenas 25% das/os entrevistados comentaram a respeito da sua contribuição nos órgãos colegiados da instituição. Pelos comentários analisados, observou-se a participação em diversos colegiados, como a atuação em Grupos de Trabalho (GT), e a participação na equipe diretiva, ambientes estes nos quais é possível propor melhorias institucionais para garantir o direito dos estudantes, bem como influenciar nas direções estratégicas da instituição, como pode ser observado nas seguintes respostas:

Já participei do CODIC, participo do colegiado do curso técnico em agroindústria e também do colegiado de gestão pedagógico. Procuo sempre expor questões que precisam ser melhoradas tanto no curso como na gestão para que os estudantes tenham acesso aos direitos e também contribua para sua permanência e êxito (AS4, 2023).

Sim, participo da equipe diretiva e participo das decisões e proposições na gestão do campus (AS5, 2023).

Colégio de Dirigentes do Campus, fui eleita recentemente e participei de apenas uma reunião. Minha perspectiva veio da inclusão de pauta, representatividade e

reconhecimento dos técnicos administrativos em Educação no ambiente do IFPR (AS6, 2023).

Buscamos atuar e contribuir com GT's sobre enfrentamento ao assédio, lgbtfobia, evasão escolar (AS7, 2023).

Colegiado [...] e Colegiado Geral. Discussões sobre as demandas pertinentes ao Serviço Social e demandas institucionais (AS9, 2023).

Esses espaços constituem instâncias deliberativas e propositivas da instituição configurando-se em oportunidades de intervenção profissional no que se refere à gestão democrática, a fim de garantir o acesso aos direitos sociais que perpassam o meio institucional. Ainda reflete a preocupação das/os assistentes sociais com a qualidade de ensino, com o bem-estar dos estudantes, com a estruturação e aprimoramento dos cursos, com a representação e a defesa de direitos e da profissão e com o combate às desigualdades sociais que permeiam o ambiente institucional.

Tendo por referência o artigo 2º do CEP /1993, em que constitui direito da/o assistente social a “participação na elaboração e gerenciamento das políticas sociais, e na formulação e implementação de programas sociais” (Brasil, 2022), meio pelo qual os princípios éticos também são materializados, é que se perguntou aos/às profissionais: Você participa da elaboração e gerenciamento das políticas e programas da instituição? De que maneira?

Os dados obtidos revelaram que 90% das/os assistentes sociais participam ativamente na elaboração e gestão das políticas e programas institucionais. A participação mais destacada concentra-se na área da Assistência Estudantil, mas não se limita a ela. Há também um engajamento significativo em comissões e reuniões, tanto individuais quanto coletivas, voltadas para a criação de instrumentos de trabalho profissional e institucional. Isso inclui a elaboração de editais, programas, projetos político-pedagógicos e resoluções, como o desenvolvimento do Índice de Vulnerabilidade Socioeconômica (IVS), resultado de um esforço coletivo das/os assistentes sociais. Pode-se observar pelas respostas, a maneira relatada pelas/os profissionais que efetivam esse direito:

Através de reuniões. Participando da construção de instrumentos de trabalho. Reuniões com o coletivo de Assistentes Sociais da instituição (AS1, 2023).

Sempre que possível procuro ocupar os espaços de fala, seja individualmente ou coletivamente (AS2, 2023).

Participo, especialmente, da comissão que pensa a aplicação do Índice de Vulnerabilidade Social junto aos programas da AE. Nos reunimos para elaborar a resolução 66/2018, e agora estamos trabalhando na atualização dessa resolução (AS3, 2023).

Participo da construção do Projeto Político do campus, contribuo com levantamento e estudos das necessidades dos estudantes, como por exemplo, a demanda por alimentação escolar e participo das decisões que dizem respeito à política de assistência estudantil no campus (AS4, 2023).

Participo da equipe diretiva e contribuo na construção de propostas de gestão, decisões e deliberações no campus (AS5, 2023).

Sim, dos editais internos da Assistência Estudantil no campus, presidente do PDI do campus, que rege uma infinidade de questões do planejamento e execução nos próximos 5 anos, entre outras ações (AS6, 2023).

[...] nos casos em que são construções coletivas (AS7, 2023).

Participo de comissões quando essa participação é possibilitada por parte da Reitoria. Quando as decisões e ações são próprias/descentralizadas no campus, sempre participo (AS8, 2023).

Participação em Editais internos, Editais de Estágio de Serviço Social, Editais do PNAE: Programa Nacional de Alimentação Escolar (AS9, 2023).

[...] atuo na política de assistência estudantil e no processo seletivo (AS10, 2023).

[...] principalmente através do debate coletivo com a categoria para construção e efetivação da Assistência Estudantil (AS11, 2023).  
Fazendo parte das comissões de discussão e elaboração das políticas (AS12, 2023).

No que diz respeito ao ensino e como integrante da SEPAE, participo sempre que tenho disponibilidade, pois todas as ações referentes ao ensino são discutidas pela equipe da SEPAE, coordenação de ensino e direção de ensino (AS13, 2023).

No que diz respeito à assistência estudantil, há cinco anos aproximadamente eu participei da comissão para a construção da Política de Assistência Estudantil do IFPR. No entanto, a minuta da resolução não foi tramitada e aprovada ainda, tampouco tivemos algum retorno, motivo pelo qual não teve sequência na tramitação. De maneira geral, percebo que há um distanciamento, e não é apenas geográfico, entre a diretoria responsável pela gestão da AE e os profissionais que trabalham no campus na operacionalização do programa e que não há efetivamente participação coletiva da comunidade acadêmica na construção das ações, projetos e programa. De fato, o que fazemos atualmente é operacionalizar o programa, não temos acesso à gestão da AE para participar das discussões e planejamento da AE (AS14, 2023).

[...] contribuindo diretamente com a elaboração de editais, escrita dos programas, articulando com as demais profissionais para trazer o olhar do serviço social (AS15, 2023).

De forma sistemática não, a participação se dá por meio de sugestões e/ou requisições (AS17, 2023).

A cultura do IFPR não é muito receptiva para colaboração dos campi nas políticas e programas da instituição, porém, sempre que possível, participo das reuniões e colaboro (AS19, 2023).

Não sei se se enquadra, mas acompanhamos os processos de bolsas e auxílios de AE, divulgação, orientação, execução. Mas estava afastada até essa semana (AS20, 2023).

Além das possibilidades, analisando as respostas, identifica-se diversos desafios: a falta de participação efetiva da comunidade acadêmica na elaboração das ações institucionais; o distanciamento entre a diretoria responsável pela gestão da assistência estudantil e os profissionais que executam as políticas nos campi; uma cultura institucional pouco receptiva às contribuições dos campi. Por outro lado, há uma diversidade de envolvimento e percepções entre os profissionais, especialmente no caso do Serviço Social, destacando-se tanto esforços individuais quanto coletivos a fim de contribuir com as políticas e programas da instituição.

Até o momento, compreendeu-se as demandas e requisições destinadas aos/as assistentes sociais no IFPR, bem como caminha a atuação profissional frente a elas, identificando espaços de inserção e atuação. No próximo item será abordado como ocorrem as respostas profissionais frente ao que fora exposto, em consonância com os princípios do CEP/1993. Serão abordados, também, aspectos individuais que materializam os referidos princípios no cotidiano das/os assistentes sociais.

#### 4.3 OS PRINCÍPIOS DO CÓDIGO DE ÉTICA DA/O ASSISTENTE SOCIAL DE 1993: DESAFIOS DE UMA DA PROFISSÃO

Os princípios do CEP/1993 são fundamentais para a profissão de Serviço Social já que orientam sua prática, como já abordado no item 1.3. Esses princípios constituem o Projeto Ético-Político do Serviço Social, o qual é sustentado por três elementos principais que orientam para uma atuação profissional comprometida com os valores éticos e necessidades sociais, objetivando a emancipação humana, e o direcionamento para uma nova ordem societária, livre de exploração. Esses elementos são: o Código de Ética da/o Assistente Social de 1993, que define os princípios e normas éticas que orientam a atuação dos profissionais da

área, amplamente discutidos no primeiro capítulo; a Lei 8.662/1993, que regulamenta a profissão no Brasil, estabelece suas atribuições, competências, direitos, deveres e qualificações; e as Diretrizes Curriculares da ABEPSS, que orientam a formação acadêmica dos assistentes sociais, garantindo que a educação profissional esteja alinhada aos princípios ético-políticos da profissão.

Neste sentido, perguntou-se aos profissionais: Você conhece o projeto ético-político do Serviço Social? Você concorda com o direcionamento deste documento? Se sim ou não, justifique. Todos as/os entrevistadas/os mencionaram conhecer o projeto ético-político da profissão, contudo, as respostas demonstram diferentes posicionamento. Há aqueles que demonstraram uma compreensão clara e positiva, além de estarem comprometidos e integrados com seus princípios, como pode-se observar nas respostas abaixo:

Sim. Concordo, o projeto ético-político do Serviço Social dá respaldo à nossa atuação e o comprometimento com o público atendido (AS1, 2023).

Conheço e concordo. A perspectiva da justiça social, especialmente, é o que leva o Serviço Social a atender aos estudantes da maneira mais justa possível, pensando no acesso e na permanência, a fim de garantir o direito à educação (AS3, 2023).

Sim, conheço e concordo, acredito que nossa atuação deva estar sempre pautada no projeto ético-político (AS4, 2023).

Conheço, concordo e defendo. Ele tem como objetivo orientar o exercício e a formação profissional, em todas as áreas [...] (AS5, 2023).

Sim, conheço e pactuo dos direcionamentos de um Serviço Social crítico e atuante nos espaços laborais das políticas públicas (AS6, 2023).

Conheço e concordo com o direcionamento dele. Penso que o nosso projeto abrange o que penso e o que tento colocar em prática no meu fazer profissional (AS8, 2023).

Sim, tenho conhecimento sobre o projeto ético-político do Serviço Social. O projeto ético-político é um referencial teórico e político que orienta a atuação profissional dos assistentes sociais, pautado na defesa dos direitos humanos, na busca pela justiça social e na promoção da igualdade (AS10, 2023).

Além desses, destacam-se aqueles que ressaltaram a importância e os valores pelos quais o projeto está norteado:

Sim, totalmente de acordo e acredito que é fundamental a perspectiva histórico-crítica, além de ter a liberdade como valor ético central, a democracia como valor político central e a emancipação como valor central de caráter humano-genérico (AS16, 2023).

Sim, o Projeto Ético-Político da profissão posiciona-se reconhecendo a estrutura social, econômica, cultural e política das relações sociais e as determinações e impactos na realidade dos sujeitos (AS17, 2023).

Sim, considero extremamente importante o posicionamento ético-político do código porque nos mostra o lado em que estamos, traz princípios e valores que apontam para quem nós somos (AS20, 2023).

Observa-se, também, que alguns entrevistados demonstram certa reserva ou crítica com relação ao Projeto Ético-Político dos Serviço Social e mencionam a necessidade de discussão, de e revisão e até um de distanciamento profissional:

Conheço sim, mas acabei me distanciando do aporte teórico nos últimos anos (AS2, 2023).

Conheço e me orgulho muito da existência de um projeto ético-político para nosso exercício profissional. Com relação ao rompimento com esta ordem societária, às vezes penso ser utópico (AS7, 2023).

Conheço, mas acho que ele precisa ser debatido (AS9, 2023).

As respostas à pesquisa mostram uma sólida compreensão e concordância com o Projeto Ético-Político do Serviço Social, refletindo uma ampla aceitação dos seus princípios e a integração desses princípios à prática profissional. Contudo, como observa Netto (2022), a compreensão e a concordância não suprimem as divergências e contradições, pois também é um espaço de lutas e tensões. Isso revelou-se na pesquisa, pois há o reconhecimento por alguns profissionais de que o projeto precisa de mais debate e revisão para se manter relevante e eficaz na prática cotidiana. Assim, a diversidade de respostas sugere que, enquanto a maioria valoriza e adota o projeto em sua atuação, há espaço para reflexão crítica e aprimoramento contínuo. Diante disso, o autor ressalta que, para que um projeto profissional se afirme, é necessário que em sua base existam profissionais fortemente organizados, isso porque os projetos profissionais:

*[...] apresentam a auto-imagem de uma profissão, elegem os valores que a legitimam socialmente, delimitam e priorizam os seus objetivos e funções, formulam os requisitos (teóricos, institucionais e práticos) para o exercício, prescrevem normas para o comportamento dos profissionais e estabelecem as balizas da sua relação com os usuários de seus serviços, com as outras profissões e com as organizações e instituições sociais, privadas e públicas (entre estas, também e destacadamente com o Estado, ao qual coube, historicamente, o reconhecimento jurídico dos estatutos profissionais).” (Netto, 2022, p. 4, grifos do autor).*

Diante disso, não basta reconhecer a importância dos valores e princípios, é essencial que se materializem no dia a dia do trabalho profissional. O fortalecimento e o reconhecimento destes dependem de uma reflexão constante durante as decisões e respostas profissionais, a fim de realizar críticas e avaliar o que realmente se alinha com a realidade concreta.

A fim de compreender como as/os profissionais utilizam o Código de Ética no dia a dia, perguntou-se: Quais as respostas profissionais que te levam a recorrer ao Código de Ética (CE)? A partir das respostas, identifica-se as principais razões que levam as/os profissionais a recorrerem ao CEP/1993:

- Sigilo profissional:

Quando necessito comprovar a obrigatoriedade de guardar sigilo (AS1, 2023).

Sigilo profissional, recorrentemente (AS2, 2023).

Geralmente questões que envolvem o sigilo e as ações restritas da profissão (AS20, 2023).

Estas respostas destacam a importância do sigilo como uma área crítica em que o Código de Ética fornece as diretrizes e confirmações necessárias para garantir a privacidade dos usuários e a integridade profissional.

- Autonomia profissional:

A cada atuação que fuja da rotina profissional estabelecida, quando exigido pela direção ou chefia imediata, para saber meu limite e papel cabido dentro do que me propõem atuar (AS06, 2023).

Autonomia profissional, Sigilo (AS12, 2023).

Para garantia do sigilo profissional; (re)afirmação da autonomia profissional; reiterar o compromisso com os usuários do serviço social (AS17, 2023).

As respostas indicam que o Código de Ética é consultado para assegurar que a autonomia do assistente social seja respeitada, especialmente quando há pressões externas ou mudanças nas rotinas estabelecidas.

- Direitos e deveres profissionais:

Minhas ações são pautadas no Código de Ética e subsidiadas pelo Projeto Ético-Político do Serviço Social (AS5, 2023).

Recorro ao Código de Ética quando preciso das respostas profissionais sobre atribuições privativas do assistente social, direitos e deveres do assistente social (AS18, 2023).

Estas respostas refletem o uso do Código de Ética para garantir que as ações e decisões estejam alinhadas às responsabilidades e aos deveres profissionais estabelecidos.

- **Conflitos Éticos e Orientação Profissional:**

Acredito que todas as respostas profissionais necessitam estar atreladas ao Código de Ética, como, por exemplo, em situações de violação de direito para garantia e defesa dos direitos humanos (AS11, 2023).

Conflitos éticos, atuação interprofissional, orientação profissional (nortear nossas ações), tomada de decisões...acho (AS15, 2023).

Essas respostas mostram que o Código de Ética serve como uma referência crucial para resolver conflitos éticos e orientar a prática profissional em diversas situações.

- **Defesa dos Direitos Humanos e inclusão:**

Temos enfrentado casos de racismo, lgbtphobia e outras violências, busco sempre organizar atividades sobre esses temas no contraturno, materiais educativos e intervenções individuais e coletivas (AS4, 2023).

Embasamento e norte com relação a situações de exclusão e violação de direitos que podem vir a ocorrer com os estudantes (AS19, 2023).

Estas respostas indicam que o Código de Ética é utilizado para orientar ações que visam à defesa dos direitos humanos e a promoção da justiça social.

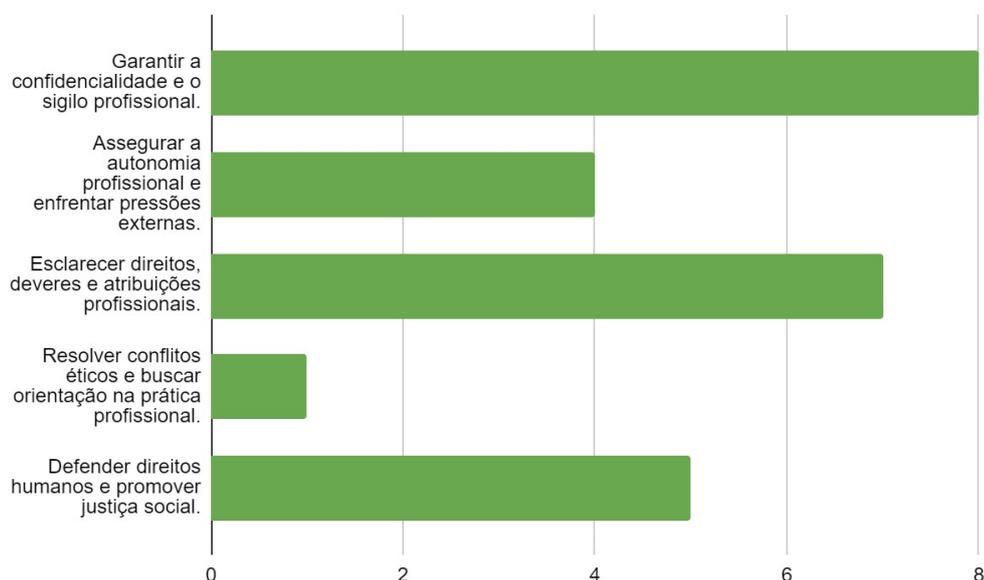
- **Orientação em atribuições e competências:**

Nas ações cotidianas, sobre o que são, ou não, atribuições e competências do Serviço Social (AS8, 2023).

Limitações sobre liberdades e direitos humanos (AS13, 2023).

Essas respostas refletem que a consulta ao Código de Ética é feita para definir claramente o que consiste em atribuições e responsabilidades do assistente social. A partir do exposto, tabulou-se as informações no Gráfico 10 a fim de identificar a incidência das situações que levam as/os assistentes sociais a recorrerem ao CEP/1993.

**Gráfico 10 – Situações que levam as/os assistentes sociais a recorrerem ao CEP/1993**



Fonte: Elaborado pela autora.

Observa-se que, entre as situações que mais frequentemente levam os profissionais a recorrer ao Código de Ética Profissional (CEP) de 1993, a necessidade de garantir o sigilo profissional é a mais mencionada, com 40% dos profissionais citando-a. Em segundo lugar, com 35%, aparece a necessidade de esclarecimento sobre direitos, deveres e atribuições profissionais. A defesa dos direitos humanos e a promoção da justiça social são destacadas por 25% dos profissionais, enquanto a garantia da autonomia profissional é mencionada por 20% dos pesquisados. Por fim, a resolução de conflitos é citada por apenas 5% dos participantes.

Contudo, Couto (2009) reflete que o Código de Ética não deve ser um manual a ser acionado em determinadas situações, como se observou em algumas respostas. Ele deve estar expresso em todas as intervenções de todas/os assistentes sociais. Assim, será analisado como as demandas descritas no item anterior, relacionam-se com os princípios do CE. Para isso, o Quadro 01 que documenta as demandas será retomado no quadro 03, para que a relação entre essas demandas e os princípios do Código de Ética seja explorada, reconhecendo que esses princípios não podem ser considerados de forma isolada, pois estão interconectados. Portanto, a análise será apresentada de maneira didática para ilustrar essas inter-relações e facilitar a compreensão de como os princípios são aplicados na prática profissional.

**Quadro 03 – Demandas x Princípios**

<b>Demanda</b>	<b>Especificação</b>	<b>Princípio relacionado</b>
Violação de direitos/ Violência	Doméstica	II – Defesa dos Direitos humanos III – Ampliação da cidadania V – Posicionamento em favor da equidade IV – Eliminação do preconceito X – Qualidade dos serviços prestados XI – Exercício profissional sem discriminar e sem ser discriminado
	Negligência familiar	
	Questão de gênero	
	Étnico-racial	
	Orientação sexual	
	<i>Bullying</i>	
	Assédio	
Conflitos	Diversas	II – Defesa dos Direitos Humanos e recusa do arbítrio e autoritarismo III – Garantia dos direitos civis sociais VI – Eliminação do preconceito X – Qualidade dos serviços prestados
	Intrafamiliar	
	Entre estudantes	
	Próprios da adolescência	
Relações sociais	Fragilidade de vínculos familiares	I – Liberdade, autonomia e emancipação II – Defesa dos Direitos Humanos III – Garantia de direitos V – Equidade e justiça social VI – Eliminação do preconceito X – Qualidade dos serviços prestados XI – Exercício profissional sem discriminar e sem ser discriminado
	Preconceito/ Discriminação	
	Interação com colegas	
Relações sociais	Situação de risco	
Evasão escolar	Infrequência escolar	II – Defesa dos Direitos Humanos III – Garantia de direitos V – Equidade e justiça social X – Qualidade dos serviços prestados
	Abandono escolar	
		I – Liberdade, autonomia e

<b>Demanda</b>	<b>Especificação</b>	<b>Princípio relacionado</b>
Vulnerabilidade socioeconômica	Pauperismo	emancipação II – Defesa dos Direitos Humanos III – Garantia de direitos IV – Democracia e socialização da riqueza V – Equidade, justiça social e gestão democrática VIII – Construção de uma nova ordem societária X – Qualidade dos serviços prestados
Inclusão social	Suporte nas ações de inclusão e acessibilidade	I – Liberdade, autonomia e emancipação II – Defesa dos Direitos Humanos III – Garantia de direitos IV – Democracia V – Equidade, justiça social e gestão democrática IX – Articulação com o movimento de outras categorias X – Qualidade dos serviços prestados
Acesso a outras Políticas Sociais	Saúde/Saúde Mental	I – Liberdade, autonomia e emancipação II – Defesa dos Direitos Humanos III – Garantia de direitos IV – Democracia V – Equidade, justiça social e gestão democrática IX – Articulação com o movimento de outras categorias X – Qualidade dos serviços prestados
Acesso a outras Políticas Sociais	Assistência Social	
Assistência Estudantil	Inscrição para acesso a auxílios e bolsas	I – Liberdade, autonomia e emancipação III – Garantia de direitos V – Equidade, justiça social e universalidade X – Qualidade dos serviços prestados
Vestibular	Inscrição e acesso por cotas	III – Garantia de direitos V – Equidade, justiça social e universalidade X – Qualidade dos serviços prestados

<b>Demanda</b>	<b>Especificação</b>	<b>Princípio relacionado</b>
Direitos	Formação e orientação	Todos os 11 princípios
Sociopedagógica	Dificuldades na escola	
	Articulação com setores de ensino relacionada ao processo ensino aprendizagem	
	Mediação entre discentes, docentes e familiares	
	Desenvolvimento de projetos	
	Situações emergenciais	
Externo	Contato com profissionais	II – Defesa dos Direitos Humanos
	Rede socioassistencial	III – Garantia de direitos
	Rede de proteção	V – Equidade, justiça social e gestão democrática IX – Articulação com o movimento de outras categorias X – Qualidade dos serviços prestados

Fonte: Elaborado pela autora.

A partir do exposto, constata-se a relação e a objetivação dos princípios do Código de Ética da/o Assistente Social de 1993, na atuação da/o assistente social no IFPR. O CEP/93 é um meio de orientação do trabalho social que fundamenta a ação do profissional do serviço social. Por exemplo, quando o/a profissional recebe uma demanda relacionada à violação de direitos, estão presentes, necessariamente, em sua intervenção profissional os seguintes princípios: o princípio II que trata da defesa dos direitos humanos; o princípio III que remete à necessidade de ampliação e consolidação da cidadania para a garantia de direitos; o princípio IV que orienta para a eliminação de todas as formas de preconceito e respeito à diversidade; o princípio V que direciona o posicionamento em favor da equidade, e justiça social; o princípio X que versa sobre a qualidade dos serviços sociais prestados; e o XI que trata de aspectos relacionados à violação de direitos, garante e exige do profissional, o exercício da profissão sem ser discriminado e tampouco discriminar.

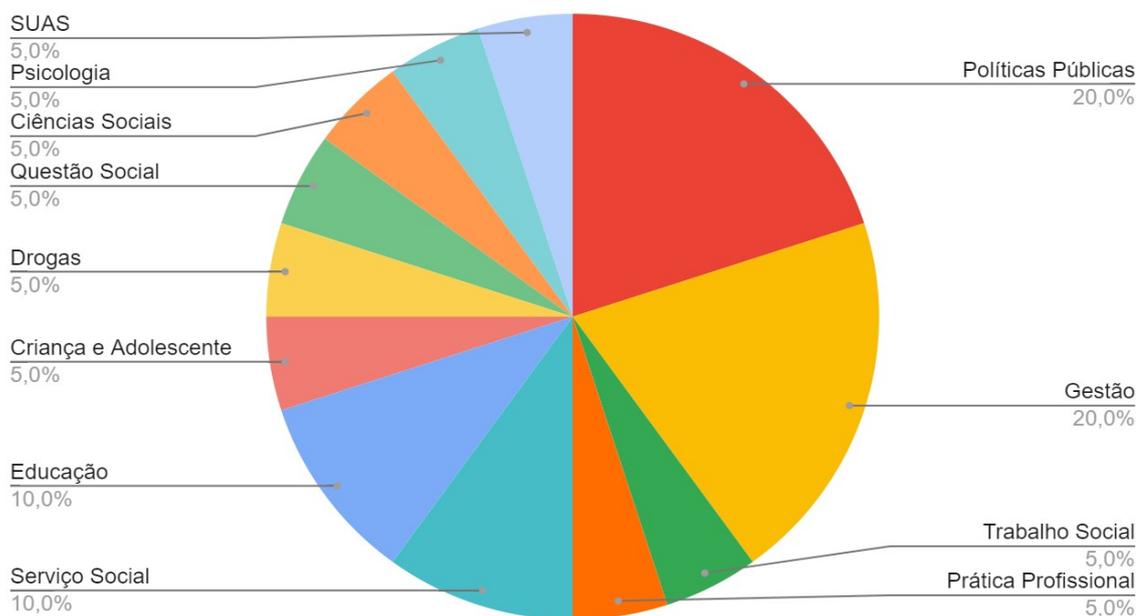
Ao abordar a demanda relacionada à vulnerabilidade socioeconômica, é possível relacioná-la diretamente aos seguintes princípios: ao I, para ter a liberdade como valor ético

central para emancipação e plena expansão dos indivíduos sociais, tomando a liberdade como a possibilidade de escolher entre alternativas concretas, que por ora decorrem dessa sociedade capitalista; ao II, para a necessidade da defesa intransigente dos direitos humanos, pois estar em vulnerabilidade já é uma violação desses direitos; ao III, para a ampliação e consolidação da cidadania para garantia dos direitos civis e sociais; ao IV, para a defesa e aprofundamento da democracia para a socialização da riqueza socialmente produzida; ao V, para que a equidade e a justiça social garantam a universalidade e o acesso aos programas e políticas sociais, buscando uma gestão democrática desses serviços; ao VIII, para reafirmar a necessidade da opção por um projeto profissional que objetive uma nova ordem societária, sem dominação de uma classe sobre a outra, sem exploração de classe, etnia e gênero, em que a situação de vulnerabilidade socioeconômica poderia ser suprimida; e por fim, ao princípio X, presente em todas as demandas, pois a qualidade com o serviço social prestado é no exercício profissional.

Destaca-se, ainda, na análise, as demandas de formação em direitos e as demandas sociopedagógicas, pois na atuação no IFPR, necessariamente, para preparar uma formação, bem como prestar o atendimento sociopedagógico, todos os onze princípios do código são requisitados, pois envolvem a articulação com toda a comunidade acadêmica e externa à instituição.

Ao tomar por referência o sétimo princípio, quando este afirma a necessidade do profissional ter “**Compromisso com o constante aprimoramento intelectual**”, e o décimo princípio quando estabelece “**Compromisso com a qualidade dos serviços prestados à população e com o aprimoramento intelectual, na perspectiva da competência profissional**” observa-se que todos os entrevistados possuem especialização, o que demonstra cumprimento destes princípios. As áreas de especialização citadas foram: Políticas Públicas e Gestão, com 20% dos entrevistados em cada área; Serviço Social e Educação, com 10% cada; e as demais áreas, com 5% dos entrevistados, a constar: Sistema Único de Assistência Social (SUAS), Psicologia, Ciências Sociais, “Questão Social”, Drogas, Criança e adolescente e Trabalho Social, conforme Gráfico 01. São, portanto, 12 áreas de formação que, institucionalmente, colaboram para o aperfeiçoamento do Serviço Social.

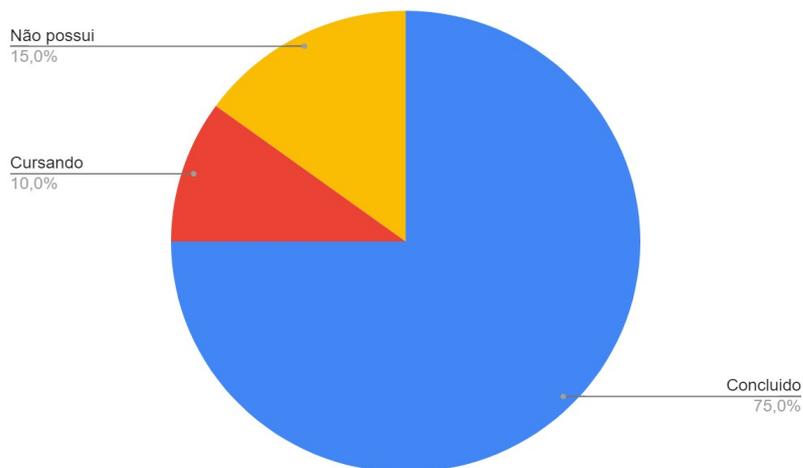
**Gráfico 11 – Área de Pós-Graduação *Latu Sensu***



Fonte: Elaborado pela autora.

Além da especialização por meio da pós-graduação *latu sensu*, 75% dos entrevistados possuem pós-graduação *stricto sensu* em mestrado; 15% estão com o mestrado em andamento e 10% não possuíam mestrado no período da pesquisa. Dentre os entrevistados, 10% possuem doutorado concluído e 5% em andamento.

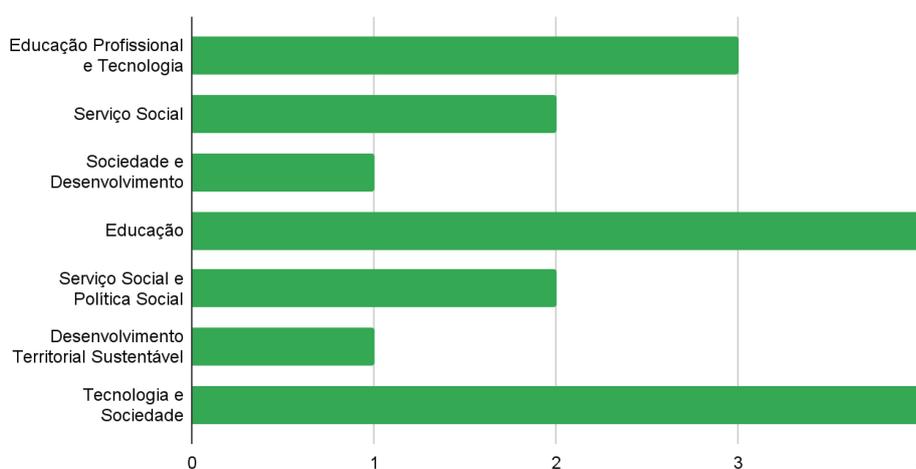
**Gráfico 12 – Pós-graduação *Stricto Sensu***



Fonte: Elaborado pela autora.

Entre os pesquisados, as áreas de concentração do mestrado estão assim distribuídas: 23,5% em Tecnologia e Sociedade; 23,5% em Educação; 17,6% em Educação Profissional e Tecnológica; 11,8% em Serviço Social; 11,8% em Serviço Social e Sociedade; e 5,9% em Desenvolvimento Territorial Sustentável e, também, 5,9% em Sociedade e Desenvolvimento, conforme gráfico abaixo.

**Gráfico 13 – Áreas de concentração do Mestrado**



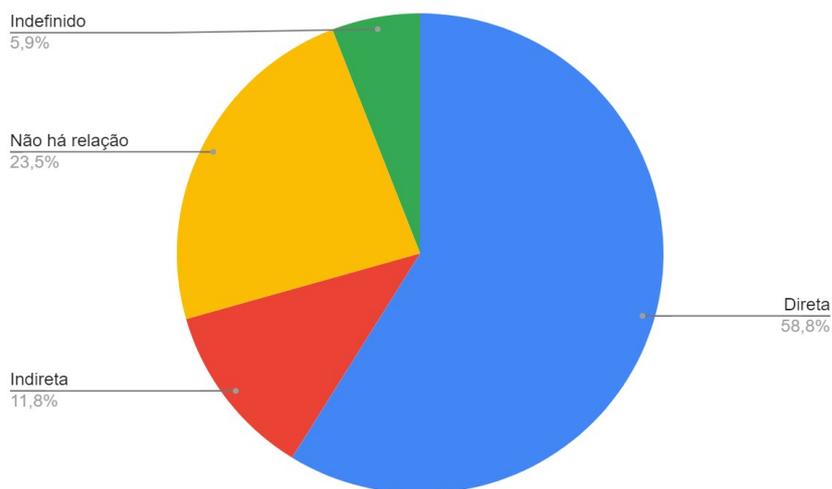
Fonte: Elaborado pela autora.

Ao analisar as áreas de concentração das pós-graduações *Stricto Sensu*, cursadas pelos profissionais, observa-se que, em sua maioria, são programas ofertados por instituições de ensino públicas, localizadas em regiões próximas ao campo de atuação dos entrevistados. Nota-se que, na tentativa de aprimorar suas práticas, o Assistente Social frequentemente busca formação em outras áreas profissionais. Mito e Lima (2009) chamam a atenção sobre esse fato poder resultar na adesão superficial a determinados modelos teóricos, sem conseguir integrar esses conhecimentos com a prática e o saber específico do Serviço Social.

Com relação à pesquisa realizada pelos profissionais em seu processo de construção do conhecimento no mestrado, conforme o Gráfico 14, tem-se: 58,8% das pesquisas possuem relação direta com o campo de atuação sócio-ocupacional no IFPR, ou seja, trataram de temas com quais lidam diariamente; 11,8% possuem relação indireta com o campo de atuação, pois os temas são mais amplos ou bem específicos; 5,9% ainda não possuem tema definido; e

23,5% das pesquisas não possuem relação com o campo de atuação, alguns porque concluíram suas pesquisas antes do ingresso ao IFPR.

**Gráfico 14 – Relação da pesquisa com o campo de atuação**

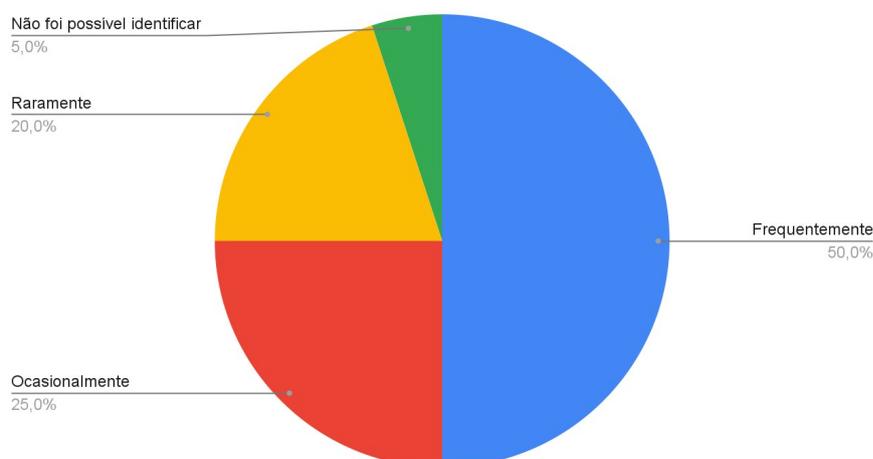


Fonte: Elaborado pela autora.

Dentre os temas de pesquisa relacionados direta e indiretamente com o campo de atuação tem-se: a evasão escolar relacionada à políticas de cotas; ao trabalho da/o assistente social e aos programas da assistência estudantil; a assistência estudantil com relação a sua efetividade e o trabalho da/o assistente social; o trabalho da/o assistente social; as relações de gênero, raça e classe; a formação emancipatória; o acesso de imigrantes nas políticas sociais e os temas transversais à educação.

Na continuidade, tendo por premissa o aprimoramento intelectual, de acordo com a pesquisa: 50% dos pesquisados participam de cursos e eventos de formação frequentemente; 25%, ocasionalmente; 20%, raramente e 5% não foi possível determinar a frequência, conforme o Gráfico 15. Esses dados demonstram que a maioria dos profissionais buscam o aprimoramento intelectual para qualificar sua atuação profissional.

**Gráfico 15 – Frequência de participação em cursos e eventos**



Fonte: Elaborado pela autora.

No décimo princípio “**Compromisso com a qualidade dos serviços prestados**”, destaca-se sua essencialidade na atuação da/o assistente social, exigindo competência teórico-política e técnico-interventiva para sua prática profissional. Nesse sentido, a sistematização da prática do Serviço Social, que não se limita à criação de procedimentos rotineiros e burocráticos, é fundamental; a elaboração de um plano de atuação, parte integrante desse processo é uma atividade que promove a reflexão e avaliação contínuas do trabalho profissional, por isso perguntou-se: O Serviço Social, no seu local de atuação, possui planejamento estratégico ou plano de ação? Se sim, em que periodicidade que é (re) construído e com que frequência é avaliado? Dentre as respostas obtidas, destacam-se:

Não conseguimos fazer plano de atuação diante da demanda espontânea das atividades da equipe da SEPAE e os cronogramas apertados e exigentes da Diretoria de Assuntos Estudantis (AS6, 2023).

Sim. Teoricamente deveria ser anual, mas infelizmente, no dia a dia, não conseguimos reelaborar e avaliar as ações da forma com que deveríamos. Assim, tenho um plano mais genérico que define ações e atribuições mais abrangentes e, anualmente, com a equipe prevemos ações e projetos que serão executados durante o período (AS8, 2023).

Possuo um plano individual de ação que acaba sendo o do Serviço Social, considerando que sou a única profissional no Campus (AS11, 2023).

Eu tenho um plano de trabalho, mas não foi formalizado com a chefia e gestão da instituição. Foi elaborado mais para nortear minhas ações profissionais. No momento estou reconstruindo este plano de trabalho (AS14, 2023).

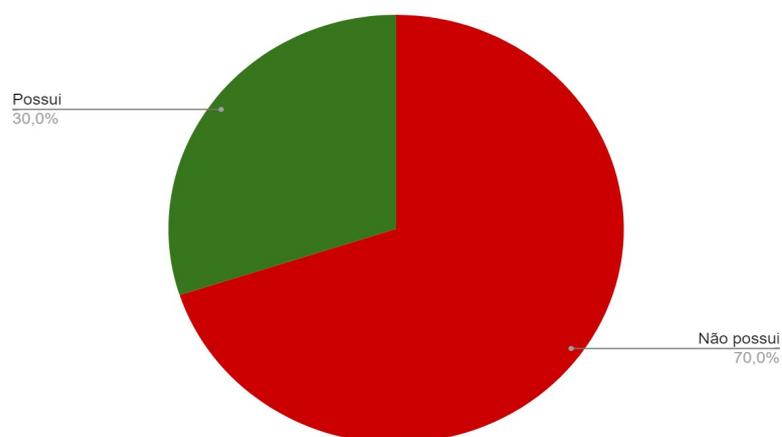
Sim, não tem uma periodicidade definida porque depende dos servidores dos campi, é uma construção coletiva (AS15, 2023).

Não possui um formato formal. Eu tenho definido as ações a partir do mapeamento das demandas, mas muitas das ações ainda não conseguiram ser implementadas devido ao caráter e volume de atendimentos realizados diariamente (AS17, 2023).

Desconheço (AS20, 2023).

Desta forma, conforme Gráfico 16, constatou-se que apenas 30% das/os assistentes sociais possuem planejamento estratégico ou plano de ação e, desses, alguns correspondem ao planejamento do setor em que o profissional atua, e não exclusivamente ao Serviço Social. Observou-se, ainda, fragilidades tais como: a informalidade dos planos; a falta de periodicidade para monitoramento e avaliação; e a falta de atualização desses para corresponder à realidade. Os outros 70% disseram que não possuem este tipo de organização, dentre esses alguns justificaram que é devido às demandas espontâneas do cotidiano.

**Gráfico 16 – Planejamento estratégico ou plano de ação do Serviço Social**



Fonte: Elaborado pela autora.

Ao referir-se ao planejamento estratégico e ao plano de ação, apenas uma/um profissional disponibilizou seu plano para análise. Neste plano, observa-se que consta: a identificação profissional; uma introdução que aborda o Serviço Social em sua gênese, significado e atuação, com base em Yamamoto e Carvalho (2004) e Yamamoto (2009); a contextualização do espaço de atuação profissional e o conceito de educação de acordo com Paro (1998) e Frigotto (2010); e, ainda, contextualiza o início da atuação do Serviço Social no

IFPR, a partir de 2010, mesmo ano da publicação do Decreto 7234, que dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil. Em seguida, apresenta a justificativa para a elaboração do plano, embasado por Almeida (2006) e pelo Código de Ética Profissional da/o Assistente Social de 1993 e estabelece os objetivos, tendo como objetivo geral:

Planejar a intervenção do Serviço Social em atuação na Seção Pedagógica e de Assuntos Estudantis [...], tendo por diretrizes norteadoras o Código de Ética Profissional, a Lei de Regulamentação da Profissão (Lei no 8.662/ 1993) e as Diretrizes Curriculares para os Cursos de Serviço Social (Resolução 15/ 2002) (Plano de Atuação do Serviço Social, AS5, 2023).

Como objetivos específicos o/a profissional estabeleceu:

- Dar visibilidade ao plano de atuação do Serviço Social do Campus [...] às chefias, aos integrantes da equipe técnica, bem como a toda comunidade acadêmica;
- Estabelecer as atribuições do Serviço Social do Campus [...];
- Contribuir para a sistematização da prática do Serviço Social do Campus [...];
- Atender ao disposto no art. 8, alínea “a”, do Código de Ética Profissional do Assistente Social.

Para fundamentar sua atuação, o/a profissional utilizou a descrição de atividades do PCCTAE, as atribuições da/o assistente social descritas em um Plano de Atuação do Serviço Social do IFPR, elaborado em 2012, bem como as demandas locais e, portanto, definiu como atribuições do Serviço Social:

- Cumprir orientações, princípios e diretrizes previstos na Resolução 011/2009 do CONSUP que normatiza a Política de Apoio Estudantil do IFPR e regulamentações nacionais da Política de Assistência Estudantil;
- Realizar estudo social da demanda por assistência estudantil, tendo em vista as atribuições e competências previstas na Lei 8662/93;
- Promover acesso às bolsas acadêmicas e aos auxílios dos programas de assistência estudantil, bem como a outros recursos institucionais para permanência do estudante no IFPR;
- Acompanhar estudantes contemplados nas ações de assistência estudantil;
- Realizar acompanhamento socioeconômico do estudante, oferecendo atendimento quando necessário e acompanhando sua vida acadêmica;
- Acompanhar situações de irregularidade de frequência do estudante, retenção, risco de evasão e desistência de curso, acionando o Conselho Tutelar e outras instâncias de defesa do direito da criança e do adolescente, quando necessário;
- Acompanhar e participar das ações do Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas (NAPNE);
- Trabalhar na perspectiva de uma equipe interdisciplinar, compreendendo o estudante em sua totalidade;

- Conhecer as condições de ensino-aprendizagem (de infraestrutura e pedagógicas) e a legislação educacional vigente, com vistas a garantir a sua efetivação;
- Participar das discussões referentes às relações no cotidiano escolar e o enfrentamento das dificuldades apresentadas;
- Incentivar e promover ações para promoção de uma escola aberta aos pais e à comunidade local;
- Promover ações de envolvimento da família na escola buscando o sucesso formativo dos estudantes;
- Fomentar a constituição de organizações de estudantes, pais e comunidade acadêmica;
- Realizar atendimentos, individual ou em grupo, em matéria do Serviço Social ou interdisciplinarmente;
- Contribuir para a viabilização da participação da população usuária nas decisões institucionais.

Observa-se o cuidado em referenciar o embasamento legal e abrangência da atuação, numa perspectiva de totalidade. O plano prevê uma avaliação anual, mas ressalta a importância de uma avaliação constante na atuação profissional. E, por fim, nas considerações finais, aborda a necessidade de aprimoramento intelectual, de planejamento, de organização e de divulgação das ações do Serviço Social, da/o profissional, e finaliza: “Pretende-se, assim, o fortalecimento do Serviço Social no Campus [...], bem como contribuir para a democratização das condições permanência e êxito escolar dos estudantes” (Plano de Atuação do Serviço Social, AS5, 2023). O plano é finalizado com as referências bibliográficas.

Apesar do acesso a apenas um plano de trabalho, percebeu-se a riqueza de detalhes e como este abordou todos os princípios norteadores da profissão, realizando o resgate histórico e mantendo sempre a perspectiva de totalidade, tanto da sociedade, quanto da instituição e de seu público usuário. Isso reforça a necessidade da construção deste instrumental por todos os profissionais. Couto (2009) ressalta a importância de elaborar um plano de trabalho como um passo essencial para definir os parâmetros da relação profissional dentro da instituição. É crucial tanto para a colaboração com outros profissionais quanto para evitar o erro de adotar o projeto institucional como se fosse seu, pois:

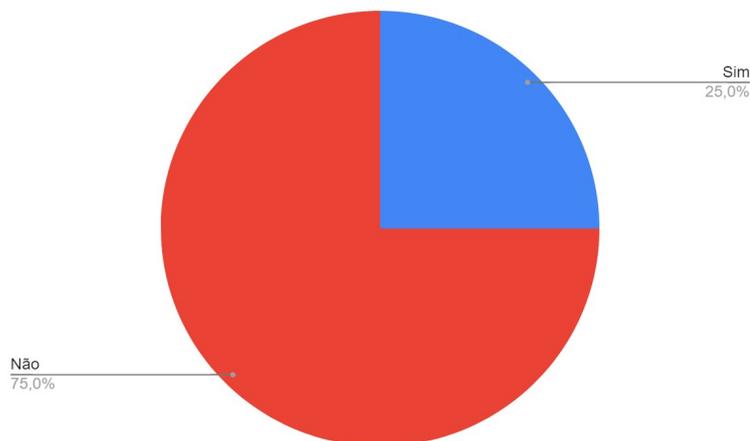
É certo que o projeto da instituição compõe o arsenal de conhecimento a ser levado em conta pelo assistente social, mas não encerra aquilo que a profissão tem a oferecer. Ao assumir um espaço sócio-ocupacional, há que se estabelecer, com clareza, o que a profissão tem a oferecer como subsídio para o atendimento das demandas que competem à instituição [...] (Couto, 2009, P. 654).

Dessa forma, elaborar coletivamente o plano de trabalho da categoria profissional é um desafio. Ele deve definir e refletir sobre a atuação e as diferentes manifestações da

“questão social” com a qual deverá estar alinhado em sua totalidade, a partir da perspectiva ética da profissão.

Ao abordar o quinto princípio da **gestão democrática** e o nono que trata da **articulação com os movimentos de outras categorias profissionais**, questionou-se aos sujeitos quanto à participação em entidades e organizações representativas da categoria, a saber, o CFESS, CRESS, Nucress, mecanismos dos quais os profissionais podem participar da gestão democrática, e por meio dos quais realizam a articulação formal com outras categorias. Dos entrevistados, 75% não participam de entidades e organizações da categoria, e 25% responderam que participam, conforme o Gráfico 17.

**Gráfico 17 – Participação em entidades representativas das/os assistentes sociais**



Fonte: Elaborado pela autora.

Entre os sujeitos que responderam que participam, perguntou-se a frequência de participação, e obteve-se as seguintes respostas:

[...] devido à localização do campus participo com pouca frequência (AS5, 2023).

De atividades organizadas pelo Conselho Regional de Serviço Social, não com muita frequência (AS11, 2023).

Núcleo Regional de Serviço Social, mas raramente participo uma vez que tal núcleo não dispõe de calendário de encontros (AS13, 2023).

Dos sujeitos que responderam que não participam, um explicou:

Da categoria do Serviço Social especificamente não, mas sim de representatividade dos direitos de técnicos-administrativos em Educação, frequentemente. Já fui eleita e

representei os técnicos em nível nacional na FASUBRA por duas vezes nesse ano já. Sou presidente da Comissão Local de Flexibilização, entre outros (AS6, 2023).

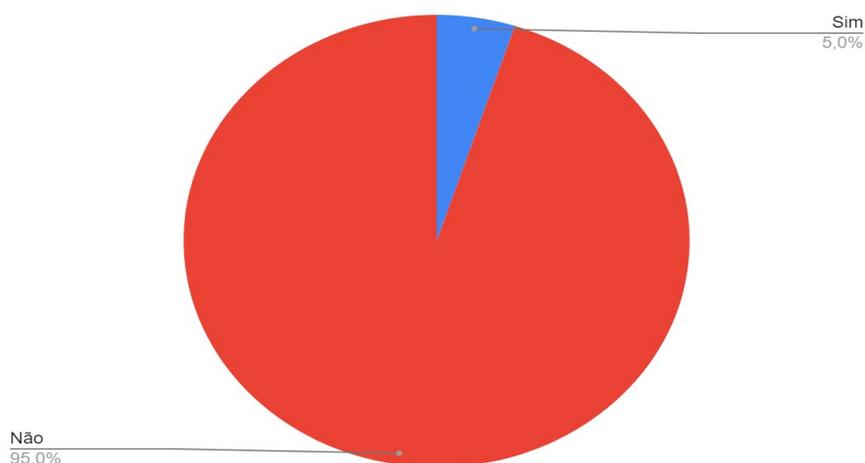
Desses 75%, 10% responderam que já participaram, mas no momento não participam mais; os outros 65% apenas responderam que não participam. Nesta questão, observou-se apenas uma resposta que confirmou participação frequente e atual:

Participo da Câmara Temática de Educação do CRESS e da Comissão Permanente de Ética do CRESS (AS8, 2023).

A partir dessa questão constata-se a fragilidade na categoria, quanto à mobilização, à articulação e à organização. Tal constatação leva a questionar se o posicionamento individual dos profissionais tem ao encontro às discussões e posicionamentos da categoria.

Ao questionar sobre a participação em conselhos de direito, pois é outra oportunidade de articulação com outras categorias e, também com os movimentos sociais, constatou-se, conforme Gráfico 18, que 95% não participam, ou não estão participando de conselhos de direitos. Apenas 5%, o que corresponde a um sujeito entrevistado, participa, e o conselho do qual participa é o Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência.

**Gráfico 18 – Participação em Conselhos de Direitos**



Fonte: Elaborado pela autora.

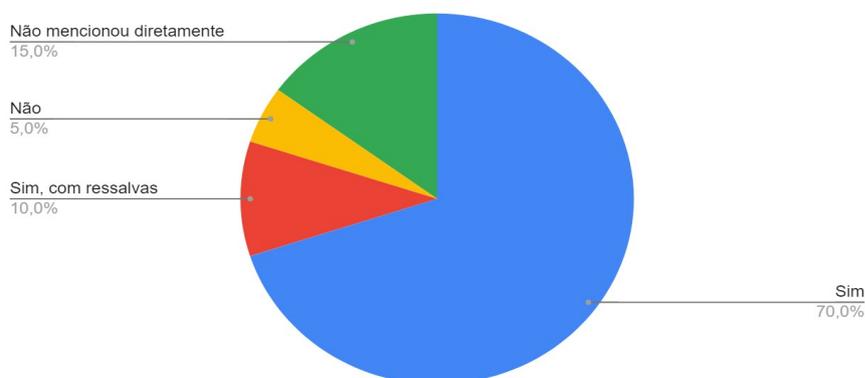
Dos 95% que não participam, 25% mencionaram que já participaram, mas no momento não estão participando. Dentre os conselhos citados estão o Conselho Municipal dos

Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA) e o Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS).

A partir da análise destas duas questões, observa-se um distanciamento dos profissionais assistentes sociais do IFPR com o restante dos órgãos de articulação da própria categoria, com outras categorias e, ainda, com os mecanismos de gestão democrática dos direitos, principalmente aqueles que constituem o tripé da seguridade social – saúde, assistência social e previdência social. Há que se considerar que os usuários das/os assistentes sociais na instituição, por vezes, são sujeitos que requisitam o acesso às demais políticas sociais. Desta forma, identifica-se que este princípio constitui um desafio profissional.

Segundo Couto (2009, p. 660), os princípios éticos da profissão, “[...] articulados, sustentam a intervenção profissional e, ao serem anunciados e reafirmados tanto na instância institucional, como na relação com os cidadãos usuários do trabalho do assistente social, contribuem para a constituição da identidade profissional”. Diante disso, identificar como os princípios do CEP/1993 materializam-se nas ações profissionais é objetivo desta pesquisa. Então questionou-se: Você considera que os princípios do CE da/o Assistente Social de 1993 materializam-se nas respostas profissionais? Em quais ações? Existem dificuldades para efetivação? Abordando, inicialmente, a primeira questão, identificamos que 70% afirmaram que os princípios do CEP/1993 materializam-se nas suas respostas profissionais; 10% mencionaram que materializam-se com algumas ressalvas; 15% não mencionaram diretamente a materialização nas suas respostas; e 5% disseram que os princípios não se materializam nas respostas profissionais, conforme Gráfico 19.

**Gráfico 19 – Materialização dos princípios do CEP/1993 nas respostas profissionais**



Fonte: Elaborado pela autora.

Apara fins de categorização, as respostas da pesquisa sobre a materialização dos princípios do Código de Ética (CE) do Assistente Social de 1993 foram classificadas em três principais categorias: Aprovação e Aplicação dos Princípios, Desafios e Barreiras e Sugestões e Reflexões. Cada uma dessas categorias reflete diferentes aspectos da experiência dos profissionais em relação ao CE, como podemos observar abaixo:

- Aprovação e Aplicação dos Princípios: as respostas revelam que os princípios do Código de Ética (CE) são amplamente aplicados e considerados essenciais na prática profissional dos assistentes sociais. Há um claro alinhamento entre os valores éticos estabelecidos pelo Código e as práticas cotidianas, demonstrando que os profissionais buscam integrar esses princípios em suas atividades e decisões. Essa integração reflete um compromisso com a ética e a qualidade no atendimento, apesar dos desafios enfrentados:

Ao meu ver, os princípios do CE do Serviço Social vão ao encontro de todos os objetivos da instituição. As dificuldades que encontro são em relação a escassez de recursos, que por vezes não atende a todos os que buscam assistência (AS1, 2023).

Acredito que os princípios do nosso Código de Ética se materializam em diversos momentos de nossa atuação profissional. Quando realizamos os atendimentos individuais, coletivos e respeitamos e somos respeitadas em nossa diversidade. Quando as nossas orientações são críticas e consideram o contexto socioeconômico em que estamos inseridos. Quando lutamos pela política de cotas, quanto lutamos pela ampliação de auxílios e bolsas. Quando fazemos os devidos encaminhamentos para a rede de serviço, muitas vezes brigando com os órgãos, como conselhos tutelares. Quando participamos de cursos, programas de pós-graduação. Quando promovemos e participamos de projetos de ensino/pesquisa e extensão desenvolvendo temáticas de respeito às pessoas em suas diversidades. Quando contribuímos para que as/os estudantes participem dos processos de construção democrática e participativa da instituição. Dentre outras ações (AS8, 2023).

Sim, nas discussões coletivas sobre as demandas profissionais e o trabalho realizado; nas articulações com as redes de Atendimento; nas atuações relacionadas à situações de preconceito, no sentido de denúncia e responsabilização dos autores e defesa e acolhimento das vítimas (AS11, 2023).

Sim, os princípios atestam a sua importância considerando as demandas sociais expressas nas realidades atendidas. No contexto da minha atuação, com maior recorrência, tem a dimensão da defesa para garantir a minha atuação com autonomia e liberdade institucionalmente, reivindicando a inserção nos espaços de discussões e decisões das demandas do campus. Apoio para organização dos estudantes em formas autônomas e ativas, através de suporte a grupos que se associam em temáticas específicas e coordenação de espaço de formação e acolhimento dos estudantes. Intervenções individuais em situações de preconceitos e discriminações, bem como, ações coletivas para debate de temas como racismo, gênero e orientação sexual. Contato com profissionais/serviços que atendem o público demandatário, articulando e alinhando a

intervenção. Manifestação do posicionamento quanto à rigidez em alguns processos e discordância na condução, como no trato de demandas de maneira formal sem atenção aos aspectos que determinam o contexto, como em processos administrativos disciplinares, situações de conflitos (AS17, 2023).

- Desafios e Barreiras: as respostas evidenciam que, embora os princípios do Código de Ética (CE) sejam em grande parte aplicados na prática profissional, existem dificuldades significativas que impedem a sua plena implementação. As principais barreiras incluem a escassez de recursos; políticas institucionais inadequadas; e problemas relacionados ao autoritarismo e à desvalorização da profissão. Esses desafios revelam que, apesar do empenho dos profissionais em seguir os princípios éticos, a efetivação completa dos mesmos é comprometida por fatores externos e estruturais:

Penso que na maioria se materializam. Certamente encontramos dificuldades entre profissionais, rede de atendimento, exigências superiores, mas também é sempre possível impor resistência (AS3, 2023).

Eu acredito que sim, tanto nos atendimentos do cotidiano, quanto nas ações e intervenções coletivas, a dificuldade que eu sinto está mais relacionada as ações propostas pela Reitoria do que no campus. Infelizmente, a forma que a política de assistência estudantil é gerenciada pela instituição não favorece por exemplo a justiça e equidade e, neste ponto, nós que estamos no cotidiano do campus, muitas vezes não temos voz mediante a gestão responsável pela política na Proens, por exemplo (AS4, 2023).

Acredito que o princípio 4, é um dos mais difíceis, pois independe do comprometimento e ética profissional, com relação a socialização da participação política e da riqueza socialmente produzida (AS7, 2023).

Eu considero que existem dificuldades para plena efetivação dos princípios do Código de Ética, considerando que vivemos em uma sociedade capitalista, com princípios adversos daqueles que defendemos e temos como horizonte. Além disso, também somos classe trabalhadora, contratadas/os para responder a determinadas demandas ou objetivos institucionais e, por vezes, os objetivos institucionais podem não estar alinhados aos objetivos profissionais. Quanto à materialização dos princípios do CE nas ações profissionais, busco o constante aprimoramento intelectual e uma compreensão crítica da realidade para orientar a população usuária sobre os seus direitos, sobre os serviços, benefícios e como acessá-los; busco também refletir os princípios dispostos no CE no trabalho educativo junto à população usuária, nos atendimentos e nas orientações (AS14, 2023).

Acredito que haja muito autoritarismo, principalmente no que se refere à ação do docente em relação a SEPAE Então as informações que recebemos dos estudantes sobre sua condição de vida e fatores que impactam sobre seu aprendizado são desconsideradas. Acredito que o que impacta a nossa ação é a desvalorização do assistente social na escola,

sendo restrita a nossa ação ao direcionamento das bolsas. Em outros momentos observo que somos colocados muito como burocratas e preenchedores de planilhas, e isso ocupa muito o nosso tempo e nos afasta de outras formas de interação com o estudante. Tais situações agem diretamente sobre a qualidade do nosso trabalho (AS20, 2023).

- Sugestões e Reflexões: Os profissionais apresentam sugestões para aprimorar a implementação dos princípios do Código de Ética e oferecem reflexões críticas sobre suas limitações. As respostas destacam a necessidade de revisar e atualizar o Código para que se possa enfrentar os novos desafios e mudanças sociais. Além disso, enfatizam a importância de se refletir sobre a aplicação e a interpretação dos princípios éticos, garantindo que o Código continue relevante e eficaz no contexto atual.

Penso que é necessário atualização no código, por vários motivos: mudanças na legislação e normativas, desafios éticos emergentes (reflexões sobre a prática profissional (congruente com as novas demandas), avanços teóricos e metodológicos entre outros. Além de citar o perfil, conceituar e dar exemplos da atuação nas esferas administrativas e no atendimento direto ao público...faltou inserir outros atores sociais, de forma mais concisa (AS15, 2023).

Cada caso é único e as respostas profissionais podem variar de acordo com o contexto específico, mas penso que alguns princípios estão sendo levados com comprometimento: princípio da defesa intransigente dos direitos humanos, da ética, da cidadania e da qualidade dos serviços prestados, No entanto, é importante reconhecer que a efetivação dos princípios do Código de Ética do(a) Assistente Social pode enfrentar algumas dificuldades, podendo ser: condições de trabalho desfavoráveis, conflitos de valores e interesses e até mesmo pressões institucionais (AS13, 2023).

Em parte, sim. Penso que ainda temos dificuldade, enquanto profissionais, de compreender o significado da escolha da liberdade como valor ético central. Não entendemos muito os fundamentos teóricos que levaram a isso. Tendemos a pensar a liberdade numa lógica individualista, sem considerar as condições objetivas para sua realização. Em relação aos outros princípios entendo que há um esforço da categoria para sua materialização. Observo muitos profissionais buscando qualificação para prestar um atendimento de qualidade e grande envolvimento da categoria nas lutas da classe trabalhadora em seus mais diversos recortes (gênero, etnia, geração, dentre outras) (AS18, 2020).

Em geral, as respostas indicam que os princípios do Código de Ética são, de fato, materializados na prática profissional. Muitos assistentes sociais relatam que incorporam os princípios do CE em suas atividades diárias, como atendimentos individuais e coletivos, orientações sobre direitos sociais e intervenções em contextos variados. Ainda, a defesa dos direitos dos discentes, a luta por uma política de assistência estudantil justa e a participação ativa em projetos de ensino e extensão são citadas como exemplos claros de como os

princípios são aplicados. Por exemplo, um profissional menciona que “os princípios do nosso Código de Ética materializam-se em diversos momentos de nossa atuação profissional”, evidenciando uma prática que respeita a diversidade e considera o contexto socioeconômico dos atendidos. Outro destaca a importância de se “realizar os atendimentos individuais, coletivos e respeitar e ser respeitado em nossa diversidade,” apontando a objetivação dos princípios na prática cotidiana.

Apesar dessa aplicação dos princípios, os desafios identificados nas respostas revelam dificuldades significativas que afetam a plena efetivação dos princípios. A escassez de recursos é uma preocupação recorrente, com muitos profissionais apontando que a falta de verba compromete a capacidade de atender a todas as demandas e perpetua a injustiça social. Um assistente social observa que “a falta de verbas suficientes para manutenção do estudante na instituição favorece a injustiça social das oportunidades,” refletindo um problema que limita a eficácia das ações.

A gestão institucional inadequada também surge como um obstáculo. Respostas indicam que as políticas de assistência estudantil muitas vezes não promovem justiça e equidade, e que a gestão centralizada pode desconsiderar as necessidades específicas dos diferentes campi. Um exemplo é a crítica de que “a política de assistência estudantil é gerenciada de forma que não favorece a justiça e equidade,” destacando um desalinhamento entre os princípios éticos e a prática institucional.

Além disso, a falta de autonomia e a desvalorização dos assistentes sociais em alguns contextos são identificadas como barreiras significativas. Há relatos de que a profissão é frequentemente reduzida a tarefas burocráticas, limitando a interação direta com os estudantes e a aplicação dos princípios éticos de forma mais abrangente. A crítica de que “as informações dos estudantes sobre sua condição de vida são desconsideradas” ilustra a dificuldade em integrar a perspectiva dos atendidos nas decisões institucionais.

Para tanto, as respostas refletem uma consciência crítica e um empenho das/os assistentes sociais em alinhar suas práticas aos princípios do Código de Ética, apesar das limitações impostas pelos contextos institucionais e financeiros. Para melhorar a efetivação dos princípios, dentre as respostas retiramos estratégias que incluem:

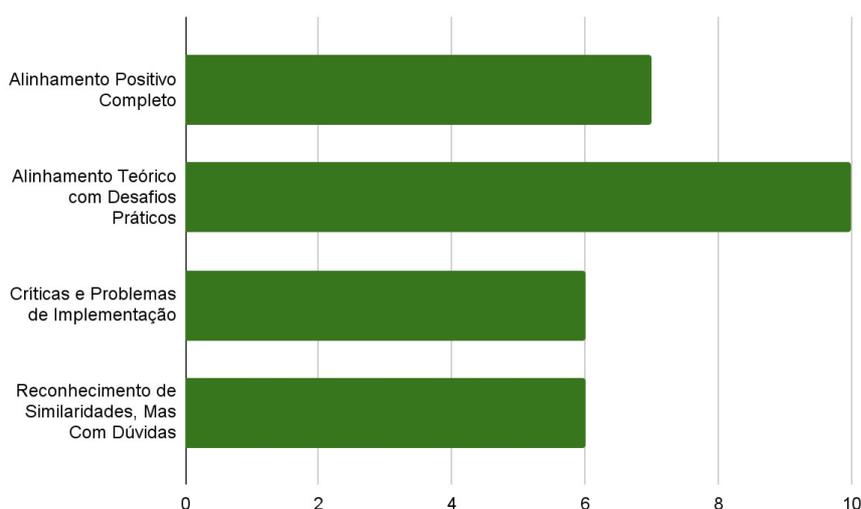
- Aumentar os recursos disponíveis;

- Melhorar a alocação de verbas para garantir que todas as demandas sejam atendidas de forma justa;
- Assegurar que as políticas de assistência sejam equitativas e que considerem as necessidades específicas dos diversos campi;
- Fortalecer a autonomia profissional;
- Valorizar o papel dos assistentes sociais e promover a participação ativa nos processos de decisão;
- Refletir as novas demandas e desafios emergentes para garantir que o código permaneça relevante e eficaz.

Em suma, enquanto os princípios do Código de Ética da/do Assistente Social de 1993 são, em grande parte, aplicados com comprometimento pelos assistentes sociais, os desafios relacionados à gestão, aos recursos e ao reconhecimento profissional indicam áreas nas quais melhorias são necessárias para se alcançar uma prática plenamente alinhada aos valores éticos defendidos pela profissão.

Neste sentido, a fim de aprofundar a relação entre a profissão e a instituição de atuação, IFPR, é que se questionou: Existe relação entre a direção social dada à profissão pelos princípios do CE 1993 e os objetivos da instituição? Se sim ou não, justifique. E para tanto, tabulou-se as respostas conforme Gráfico 20.

**Gráfico 20 – Relação entre o Serviço Social e os objetivos do IFPR**



Fonte: Elaborado pela autora.

Observa-se que cerca de 7 profissionais confirmam que existe uma completa relação entre os princípios do CEP/1993 e os objetivos institucionais, com destaque para a promoção da inclusão social, justiça social e a emancipação do cidadão. Além disso, os institutos federais, são vistos como comprometidos com a qualidade do serviço. O sistema de cotas e a formação integral são destacados como exemplos de como os objetivos institucionais refletem-se nos princípios éticos, como podemos observar em algumas respostas:

Sim. Visam à emancipação do cidadão, seu pleno desenvolvimento e compromisso com a qualidade do serviço ofertado (AS1, 2023).

Sim, os objetivos do IFPR são coerentes com o Código de Ética do serviço social. Acho que é possível desenvolver as ações profissionais em consonância com CE (AS5, 2023).

Sim. Os Institutos Federais foram criados para proporcionar o acesso à Educação de qualidade aos estudantes em situação de vulnerabilidade social, bem como à primeira graduação. Neste sentido nosso sistema de cotas, para ingresso na instituição, já é o primeiro passo que tenta minimizar ou amenizar a injustiça social do acesso (AS6, 2013).

Sim, os IFs foram constituídos numa base teórica atenta às questões sociais, às desigualdades e à necessidade de garantir o direito à educação como uma das formas de contribuir no sentido de novas relações sociais, nova sociabilidade. Tem o compromisso com a formação omnilateral, de desenvolver criticidade e ampliar a visão de mundo dos estudantes e demais sujeitos que integram a instituição. Além disso, tem a categoria emancipação como um referencial norteador das práticas educativas (AS17, 2023).

Há consenso de que, teoricamente, os objetivos institucionais estão alinhados aos princípios do Código de Ética, com foco em inclusão, justiça social e formação integral dos estudantes. No entanto, 10 profissionais apontam que, na prática, a efetivação desses princípios frequentemente falha. Observa-se um descompasso entre teoria e prática, evidenciado por desafios como a falta de ações efetivas para garantir a permanência dos estudantes e dificuldades na proteção dos direitos no cotidiano. Exemplos de limitações práticas incluem a gestão das cotas, redirecionamento de recursos e pressão para expor informações confidenciais. Embora haja alinhamento teórico entre os princípios do CEP/1993 e os objetivos institucionais, a prática muitas vezes não corresponde às expectativas, como se pode observar:

Penso que existe. A missão e os valores da instituição estão de acordo com os princípios do CE e a direção social do projeto ético-político (AS3, 2023).

Em relação aos objetivos institucionais sim, a missão do IFPR está bem condizente com nosso CE, sobretudo no que se refere a inclusão e justiça social; porém, na prática a garantia destes direitos não são efetivados. Garante-se o acesso, mas ainda falta ações mais efetivas para permanência e êxito dos estudantes (AS4, 2023).

Penso que sim, há relações. Porém nem sempre priorizadas e efetivadas a nível de gestão/hierárquica (AS7, 2023)

Acredito que sim. Dentre os objetivos da instituição estão a formação profissional, o fomento à pesquisa e à inovação, a promoção da inclusão social, o desenvolvimento regional e a contribuição para o desenvolvimento sustentável. Portanto, considerando os princípios do Código de Ética do(a) Assistente Social de 1993, que envolvem a defesa dos direitos humanos, a extensão da cidadania, a promoção da justiça social, a qualidade dos serviços prestados e a inclusão social, pode-se estabelecer uma relação entre esses princípios e os objetivos institucionais (AS13, 2023)

Percebo que existe relação entre alguns princípios do Código de Ética do Assistente Social, tais como os princípios III e IV, VI e X; porém a materialização desses princípios nem sempre ocorre pela instituição como um todo, mas por uma parcela de servidores (AS19, 2023).

Corroborando com a perspectiva anterior, 6 profissionais relataram semelhanças entre os princípios do CE e os objetivos institucionais, mas expressam dúvidas sobre a efetividade ou a prioridade desses princípios na prática e, para tanto, a implementação efetiva e o alinhamento diário com os valores institucionais são vistos como desafiantes, como se observa:

Existem similaridades, em alguns princípios e objetivos dispostos no Estatuto do IFPR, tais como a cidadania, justiça social, princípios democráticos, emancipação dos cidadãos. Penso também que a própria natureza pública da instituição vem ao encontro dos princípios do CE. Entretanto, o horizonte dos compromissos institucionais é dentro da ordem social vigente (AS14, 2023).

Sim, nortear as práticas profissionais, porém devemos considerar o contexto específico, buscar alinhar a atuação com as metas do setor e normas; só assim, de forma integrada, podemos garantir uma atuação ética comprometida com o bem-estar dos estudantes e da comunidade escolar no geral (AS16, 2023).

A princípio sim, principalmente quando observamos os valores que estão descritos no site do IFPR. No entanto, no dia a dia, isso não está dado. São lutas diárias para que direitos das e dos estudantes se efetivem, desde manter situações em sigilo, pois diversas vezes sou pressionada para expor, até redirecionamento de recursos que estavam no PACE e foram para outro fim (AS17, 2023).

Embora a relação entre os princípios do CEP/1993 e os objetivos institucionais seja demonstrada em 95% das respostas – mesmo com desafios e obstáculos que incluem a escassez de recursos, políticas institucionais inadequadas, práticas autoritárias que podem

limitar a efetivação dos princípios éticos –, ainda há uma percepção de que as práticas institucionais podem ser limitadas ou inadequadas, com exemplos específicos como a gestão de recursos e a burocracia excessiva que dificultam a aplicação efetiva dos princípios:

Não! Somos executores de Programas e Projetos para desenvolvimento e autonomia de nossos usuários, mas acabamos realizando só o que a instituição determina (AS9, 2023).

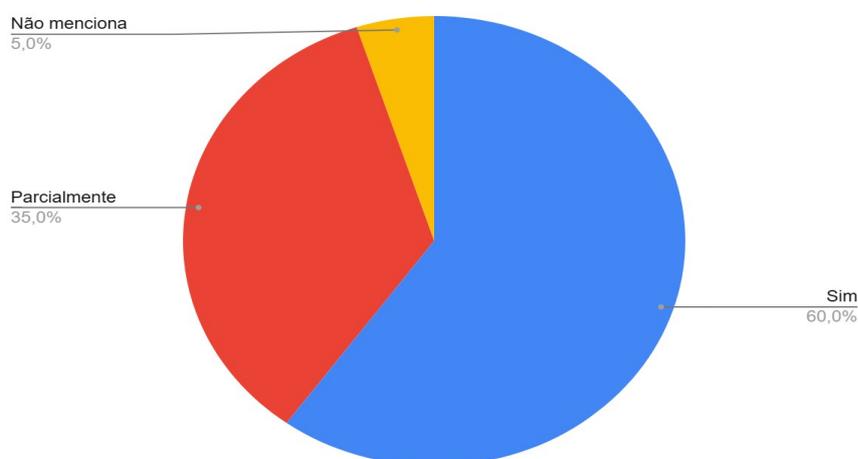
Além disso, há críticas sobre como os fluxos de trabalho estabelecidos podem ser excludentes e meritocráticos, indo na contramão dos princípios democráticos do CEP/1993. Também é apontado que a prática institucional pode ser restritiva e não universalizada, contradizendo o espírito inclusivo e democrático do Código de Ética:

Uma relação existe sem dúvida, mas acredito que, às vezes, ela se torna antagônica pois os fluxos de trabalho "pré-estabelecidos" que nos chegam são excludentes, meritocráticos e não universalizados. Um exemplo é o próprio IVS que exclui ao vincular-se a uma plataforma digital e difícil compreensão e manejo. Tal realidade vai na contramão dos aspectos democráticos de que trata o código (AS20, 2023).

Identifica-se por meio das respostas que há uma relação entre os princípios do Código de Ética e os objetivos da instituição, especialmente no que se refere à inclusão social e à promoção da justiça social. Contudo, essa relação nem sempre se traduz em prática efetiva. As respostas destacam a necessidade de maior alinhamento entre a teoria e a prática, a superação de desafios institucionais e a implementação de políticas e ações que realmente materializem os princípios do CE. A discrepância entre os valores teóricos da instituição e a realidade prática sugere a necessidade de um exame mais profundo e de melhorias para garantir que os princípios éticos sejam efetivamente realizados no cotidiano da instituição, em geral. Tal discrepância não está relacionada à prática da/do assistente social, mas às situações de caráter institucional.

A partir disso, buscou-se entender, também, se as/os profissionais têm se realizado profissionalmente, ou seja, se estão satisfeitos com a atuação na instituição. Para tanto, perguntou-se: Você considera que a sua atuação profissional na instituição tem conseguido contemplar seus objetivos profissionais? As respostas foram tabuladas de forma simplificada no Gráfico 21 e, em seguida, serão abordadas as situações levantadas:

**Gráfico 21 – Atuação X contemplação dos objetivos profissionais**



Fonte: Elaborado pela autora.

Identifica-se que 60% das/os profissionais relataram que a atuação profissional tem contemplado seus objetivos profissionais, como pode ser observado:

Sim, busco me posicionar profissionalmente e desenvolver minhas ações sempre pautadas no Código de Ética e subsidiada pelo Projeto Ético Político do Serviço Social (AS5, 2023).

Sim, a partir da minha prática, algumas situações têm sido melhoradas nos atendimentos aos usuários (AS10, 2023).

Sim, de forma integrada com a equipe do setor e articulada com a rede, estamos dando suporte e atendimento a todas as demandas profissionais do setor (AS15, 2023).

Sim. No cotidiano escolar manifestam-se as expressões da questão social, além de produzir as próprias questões e isso evidencia a necessidade do serviço social, contribuindo para que a escola não se detenha ao ensino-aprendizagem apenas na perspectiva dos conteúdos acadêmicos e nem reduza o percurso dos estudantes entre querer ou não estudar. É possível verificar a ampliação da percepção dos servidores sobre fatores que impactam o desenvolvimento dos estudantes e, assim, agirmos considerando essa complexidade, bem como, a confiança dos estudantes/famílias no atendimento prestado (AS17, 2023).

Contudo, 30% dos pesquisados relataram desafios e limitações, ou seja, apesar de acreditarem que seus objetivos profissionais estão sendo contemplados, existem limitações e desafios presentes no cotidiano:

Apesar dos entraves burocráticos e políticos, entendo que o fazer profissional do serviço social está presente sim (AS2, 2023).

Apesar das limitações institucionais no que se refere a políticas melhores estruturadas, de apoio estudantil, considero que minha atuação contempla, sim, os objetivos profissionais, pois trabalho sempre em busca da garantia de direitos, contra qualquer tipo de opressão, na eliminação de preconceitos e em prol a justiça social (AS4, 2023).

Considerando as relações antagônicas dentre os interesses institucionais. Busco, dentro de meus limites, atingir os objetivos profissionais regidos por nosso CE (AS7, 2023).

Acredito que sim. Ainda que as ações pontuais nos tomem muito tempo e acabamos imersas em atividades cotidianas, deixando de priorizar a realização de projetos (AS8, 2023)

Eu acredito que sim, dentro das possibilidades institucionais e profissionais (AS11, 2023).

O período no cargo de chefia comprometeu um pouco os objetivos profissionais. Mas a grosso modo acredito que sim (AS13, 2023).

Diante disso, observa-se que alguns profissionais enfrentam desafios como burocracia, limitações políticas e falta de recursos. Tais obstáculos são reconhecidos como barreiras importantes para alcançar plenamente os objetivos profissionais. Para além disso, identificou-se que 35% das/os assistentes sociais mencionaram que seus objetivos profissionais têm sido atingidos parcialmente. Dentre os limites para a efetivação completa constam não somente os desafios citados anteriormente, mas também constam:

Em partes. Ainda temos um longo caminho a percorrer e continuar lutando para que não haja nenhum retrocesso nos avanços já conquistados (AS1, 2023).

Em parte, dentro do que é possível considerando minha relativa autonomia e do que as condições de trabalho permitem. Mas, ainda há limites que impactam no meu trabalho e que precisam ser superados. Por exemplo, atualmente o campus onde trabalho não dispõe de veículo ou outra forma de locomoção contratada que torne possível a realização de visita domiciliar e este é um instrumento de trabalho muito importante para a aproximação e conhecimento da realidade social dos sujeitos. Também sou a única assistente social no campus, que atualmente tem quase mil estudantes matriculados em cursos presenciais, nos três turnos. O fato de ser a única profissional da área, também impacta muito porque embora eu faça planejamento para determinadas ações, muitas vezes acaba sendo necessário priorizar demandas do cotidiano (AS14, 2023).

Em partes, sinto que as e os TAEs são bastante tolhidos no que diz respeito e desenvolver pesquisa e atividades coletivas. Para se ter uma ideia, eu e o psicólogo fizemos algumas palestras para trabalharmos temas como *bullying*, abuso sexual, uso de psicoativos, etc., e houve questionamento por outros servidores que não deveríamos estar entrando tanto nas salas de aula (AS16, 2023).

Parcialmente. Como o assistente social é um profissional com relativa autonomia, depende, muitas vezes, dos recursos disponibilizados pela instituição para consecução de seus objetivos profissionais; por exemplo, contribuir para a permanência de estudantes a partir dos auxílios ofertados pelos programas de assistência estudantil, para assim garantir uma educação de qualidade. Entendo que a garantia de permanência vai além da oferta desses auxílios, porém, em pesquisa realizada em nível de Mestrado, estes programas mostraram-se essenciais para a integralização dos cursos pelos estudantes (AS18, 2023).

Parcialmente pois ainda estamos muito presos a papéis; não conseguimos chegar às demandas mais profundas dos estudantes, e ainda fazemos pouco vínculo com a rede de apoio (AS20, 2023).

A partir das respostas, é possível identificar alguns pontos principais que explicam por que os profissionais consideram que têm alcançado seus objetivos apenas de forma parcial. Entre esses pontos, destacam-se:

- Preocupação com retrocessos: existe uma preocupação constante com a possibilidade de retrocessos nos avanços já conquistados, indicando uma necessidade de vigilância e continuidade dos esforços para manter as conquistas.
- Limitação da autonomia: a autonomia profissional é frequentemente restringida pelas condições de trabalho. Entre os fatores mencionados estão a falta de transporte adequado para atividades externas, o que compromete a realização de visitas domiciliares, e a sobrecarga de trabalho resultante do grande número de estudantes e da ausência de colegas na mesma função.
- Restrição nas atividades de pesquisa e coletivas: há uma limitação no desenvolvimento de pesquisas e na realização de atividades coletivas, frequentemente devido à resistência interna e questionamentos sobre a atuação em salas de aula para temas específicos.
- Ênfase excessiva em aspectos burocráticos: a predominância de tarefas burocráticas reduz a capacidade dos profissionais de abordar demandas mais profundas dos estudantes e de estabelecer vínculos mais efetivos com redes de apoio.

Esses fatores evidenciam as barreiras enfrentadas pelos profissionais, destacando a necessidade de melhorias nas condições de trabalho e no suporte institucional para alcançar os objetivos de forma mais completa e eficaz.

Ainda, 5% das/os profissionais não mencionaram de forma direta o atingimento dos objetivos profissionais:

Eu tento ser profissional, mas a instituição não sabe nada da profissão de Serviço Social; pensam que fazemos assistência social, mas os culpados somos nós mesmos; precisamos melhorar (AS9, 2023).

Tal resposta reflete uma insatisfação profissional ocasionada pela falta de compreensão do Serviço Social na instituição, sendo este confundido com a Assistência Social, política social garantida pela Seguridade Social. De acordo com a concepção da/do profissional, essa confusão é devido à própria prática profissional das/os assistentes sociais da instituição. Mas, quando comparada essa resposta com as demais, identifica-se que é uma perspectiva diferente, mas que reflete as limitações e desafios mencionados anteriormente.

Portanto, a análise da pesquisa realizada revela que os princípios do Código de Ética do Assistente Social de 1993 estão efetivamente presentes nas relações de trabalho no IFPR. Esses princípios manifestam-se tanto nas respostas dos profissionais quanto na forma como eles analisam o contexto institucional e sua inserção profissional. Além disso, são evidentes nas iniciativas individuais de qualificação profissional e na participação em espaços democráticos. Embora alguns profissionais tenham sugerido a revisão e atualização do Código de Ética de 1993, Netto (2013, p. 21) pontua:

Somente em momentos de profundas e radicais transformações econômicas, históricas e sócio-políticas tais princípios fundamentais podem ser postos em questão. Ora, nada indica que, no Brasil contemporâneo, transformações deste gênero tenham ocorrido ou estejam em vias de ocorrer. Por isso, considero que, salvo grave erro de avaliação, os “princípios fundamentais” do Código vigente desde 1993 não devem ser objeto de qualquer revisão.

Essa perspectiva é válida, pois o sistema atual não apresentou melhorias, ao contrário, intensificou sua forma de exploração e dominação em diferentes estratégias, principalmente da “classe que vive do trabalho”, a mesma atendida pelo IFPR. Neste momento, acredita-se que a incorporação dos princípios éticos da profissão e a atuação para que o Serviço Social seja compreendido integralmente pela instituição são essenciais para fortalecer a identidade profissional e, conseqüentemente, a atuação dos profissionais.

Ao revisar o problema central da pesquisa e a angústia que motivou seu desenvolvimento, observou-se que a questão reflete nas respostas de 65% dos assistentes sociais entrevistados. Esses profissionais relataram o desenvolvimento significativo de atividades burocráticas e administrativas, o que resulta em uma limitação de tempo para a implementação efetiva das ações do Serviço Social. Conseqüentemente, essa sobrecarga de

tarefas burocráticas leva à supressão das atividades do Serviço Social, seja pela necessidade de assumir cargos de gestão, seja pela ausência de recursos humanos adequados para a distribuição e orientação das atividades não específicas da profissão. Essa situação evidencia um dilema recorrente, no qual o excesso de demandas administrativas compromete a atuação e a qualidade do trabalho da/do assistente social.

Ainda, na pesquisa deixou-se espaço aberto para comentários e sugestões. As contribuições podem ser observadas abaixo:

Penso que, às vezes, há um distanciamento do Serviço Social com o Campus, tendo em vista que todos os trabalhos relativos aos programas da AE partem e são reportados à reitoria. Se tivéssemos uma pró-reitoria de assistência estudantil, talvez as ações fossem mais próximas à realidade de cada Campus (AS3, 2023).

Necessitamos voltar a nossa formação, rever os intelectuais orgânicos, senão seremos invisíveis (AS9, 2023).

A falta de capacitação em serviço social na educação tem nos limitado profissionalmente (AS13, 2023).

Expressar que os atores sociais que atuam nos diversos setores, só terão respostas melhores à sua atuação profissional se continuarem trabalhando juntos, sem alterar o viés da ação, de forma interdisciplinar e cooperativa, e mantendo periodicidade nos encontros da categoria institucional, para poderem coletivamente atender melhor e mais, a demanda principal que é o estudante, acima de interesses pessoais... manutenção das reuniões da categoria institucionalmente, pra esclarecer ou corroborar em tomadas de decisões (AS15, 2023).

Trabalhar como TAE no IFPR é exaustivo, ainda mais em cargos que também interagem com estudantes como Assistentes Sociais e Psicólogos. Docentes nos questionam o tempo todo sobre competências, conhecimentos, atividades, e pelo que observo não é apenas neste campus (AS16, 2023).

Na minha perspectiva, o Serviço Social no IFPR participa muito pouco nas instâncias de decisão, planejamento das políticas institucionais e pelo fluxo administrativo de muitas demandas, somos requisitados apenas na execução, sem tempo hábil para aprofundarmos discussões necessárias (AS17, 2023).

Observa-se que o Serviço Social desempenha um papel fundamental no contexto educacional, atuando como um mediador crucial entre as necessidades dos estudantes e as políticas institucionais. Todavia, a pesquisa apresentou questões relacionadas à sua eficácia e à sua integração no espaço sócio-ocupacional, com limites e, por fim, sugestões de estratégias para otimizar a atuação do Serviço Social, bem como definir e concretizar sua identidade profissional.

Para tanto, um dos desafios apontados é o gerenciamento da Assistência Estudantil, realizado pela reitoria que, por vezes, desconsidera a realidade de cada campus. Outro ponto citado é quanto à formação e visibilidade dos profissionais de Serviço Social, apontando para a necessidade de formação revisando os “intelectuais orgânicos” envolvidos na prática do Serviço Social a fim de evitar que esses profissionais se tornem invisíveis e que suas contribuições sejam subestimadas. A falta de formação específica é citada como limitadora do desempenho dos profissionais. Sugere-se que a criação de programas de capacitação voltados para as particularidades do Serviço Social na educação é essencial; desta forma não só ampliariam o conhecimento técnico dos profissionais, mas também melhorariam a capacidade de enfrentamento aos desafios específicos do ambiente educacional.

A pesquisa destaca a importância de um trabalho interdisciplinar e cooperativo, por meio de reuniões, para atendimento articulado das demandas do público usuário. Além disso, o cansaço e a sobrecarga dos Técnicos Administrativos em Educação (TAEs), especialmente aqueles que interagem diretamente com os estudantes, são outros aspectos citados que demandam atenção. E para tanto, a construção da identidade profissional na instituição é primordial para o equilíbrio das responsabilidades e demandas.

Finalmente, a participação limitada do Serviço Social nas decisões e no planejamento das políticas institucionais é uma questão que precisa ser abordada, pois vai contra os princípios éticos da profissão. Considerando que o Serviço Social se encontra mais envolvido na execução do que na formulação de políticas, pode comprometer a eficácia das ações e a capacidade de influenciar mudanças significativas. Diante disso, é fundamental ampliar a participação dos profissionais de Serviço Social nas instâncias de decisão e planejamento para garantir que suas perspectivas e conhecimentos sejam incorporados de forma mais eficaz às políticas institucionais e, por conseguinte, garantir o direito dos usuários do Serviço Social na instituição.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho de dissertação buscou-se desenvolver um estudo sobre os princípios do Código de Ética da/o Assistente Social de 1993, nas relações de trabalho da/o assistente social no Instituto Federal do Paraná (IFPR), tendo como objetivo geral analisar a relação do trabalho profissional da/o assistente social no IFPR com os princípios do Código de Ética da/o Assistente Social de 1993.

Tal estudo possui relevância teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa ao produzir conhecimento acerca do trabalho da/o assistente social na Política de Educação, em específico no IFPR. Para tanto, foi fundamental contextualizar o trabalho, o Serviço Social, a ética e a concepção de educação que norteiam esta dissertação.

Inicialmente, a fim de contextualizar o surgimento do Serviço Social e as mudanças que ocorreram nos Códigos de Ética da/o Assistente Social no Brasil, bem como estudar sobre os princípios do Código de Ética da/o Assistente Social de 1993, apresentou-se, no primeiro capítulo, a concepção de trabalho, entendendo-o como constitutivo do ser social, que transforma a natureza e a si mesmo para satisfazer necessidades fisiológicas e fantasias, por meio de um processo teleológico, em que projeta a ação antes de executá-la e utiliza meios ou instrumentos, entre eles, a força de trabalho.

Nesse processo de trabalho, a transformação ocorre na natureza e também no próprio ser humano. Essa ação transformadora é denominada práxis. Dentre as formas de práxis, destaca-se a práxis voltada para influir no comportamento e na ação dos homens, que a é realizada pelo Serviço Social, resultando em valores morais e éticos. No modo de produção capitalista, ao tornar o trabalho uma mercadoria, surgiu a necessidade de estabelecer normas que regulem a atividade profissional o que levou à criação dos códigos de ética, com o objetivo de padronizar as relações de trabalho das profissões liberais.

Em seguida, apresentou-se o percurso histórico do Serviço Social, desde sua gênese no capitalismo monopolista com base neotomista, para responder às expressões da “questão social” que emergiram nesse modo de produção marcado pela relação desigual, contraditória e antagônica entre o capital – aqueles que detêm os meios de produção – e o trabalho – aqueles que detêm a força de trabalho. Com o desenvolvimento da profissão, que é considerada liberal, foram estabelecidos códigos de ética para direcionar a atuação profissional a um fim

específico. A aproximação com referenciais teóricos do materialismo histórico-dialético resultou na intenção de ruptura com o Serviço Social tradicional e conservador, concretizada com o Código de Ética da/o Assistente Social de 1993, que tem fundamentação sólida na ontologia do ser social e considera as condições materiais e sociais na sociedade em sua totalidade. Este código direciona a atuação profissional com a liberdade como valor ético central, ou seja, a possibilidade de escolher entre opções concretas, tendo como objetivo principal a emancipação humana. O breve resgate histórico do Serviço Social e de seus códigos de ética foi fundamental para a pesquisa, pois permitiu identificar avanços e retrocessos na análise do processo.

Para descrever sobre o contexto histórico do espaço sócio-ocupacional do Instituto Federal do Paraná, bem como sua política de intervenção social, o segundo capítulo abordou a Política de Educação, entendida como a política de atuação sócio-ocupacional no IFPR. Essa política foi analisada no contexto das investidas neoliberais, que promovem a redução da participação do Estado na economia, a flexibilização do trabalho, a terceirização, a privatização e, conseqüentemente, o agravamento das expressões da “questão social” por meio da exploração intensiva da força de trabalho e dos recursos naturais. O capítulo apresentou uma visão geral sobre essa política e concentrou-se na implantação dos institutos federais, por meio da Rede Federal de Educação, que visam expandir a educação profissional e tecnológica com ênfase na inclusão e na justiça social.

Apesar dessas intenções, a política ainda acaba atendendo às demandas do capital ao fornecer qualificação voltada para o mercado de trabalho. Embora a concepção formal dos institutos federais busque oferecer a formação integral do estudante com o objetivo de promover a emancipação humana, a realidade observada por alguns autores indica que, mesmo quando esses institutos visam à qualificação profissional, os estudantes neles formados recebem uma formação social completa. Isso lhes proporciona condições éticas para fazer escolhas informadas, em vez de simplesmente se submeterem ao trabalho como meio de sobrevivência.

Nesse sentido, os institutos federais e a direção ética da profissão vinculam-se, pois ambos objetivam a emancipação humana mesmo na sociedade capitalista. No entanto, o Serviço Social visa à superação do atual modo de produção em direção a uma sociedade livre de exploração e discriminação. No segundo capítulo também foi apresentado o panorama do

Serviço Social no IFPR, bem como as requisições formais instituídas pelo Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação. Observou-se a inserção das/os assistentes sociais na instituição, com um quadro atual de 30 profissionais, distribuídos em 7 setores e 21 cidades, compondo um universo diversificado que caracteriza o fazer profissional. Deste universo, 20 profissionais participaram da pesquisa que resultou neste trabalho, representando 69% do total. Este percentual considerável permitiu identificar a prática do Serviço Social na instituição e a objetivação dos princípios do Código de Ética da/o Assistente Social nas relações de trabalho.

A pesquisa possibilitou analisar que as demandas e requisições institucionais ao Serviço Social no IFPR são previamente estabelecidas, e incluem a atuação na Assistência Estudantil em toda sua complexidade, com o auxílio no processo orientativo dos estudantes, na análise socioeconômica e no acompanhamento. Alguns sujeitos da pesquisa nomearam os assistentes sociais como executores de programas. As demais demandas que chegam ao Serviço Social são, em sua maioria, espontâneas, ou seja, os próprios usuários buscam o serviço, seguido de encaminhamentos, e referem-se principalmente às expressões da “questão social”. Essas demandas têm nos estudantes seus principais usuários, seguidos de seus familiares e servidores. Não existe um fluxo de atendimento estabelecido para o Serviço Social; os únicos fluxos existentes são de editais ou portarias que envolvem a atuação profissional.

A presença dos princípios éticos da profissão na intervenção profissional constitui meio essencial para a atuação. A ausência desses princípios compromete a intervenção. A objetivação dos princípios do Código de Ética Profissional de 1993 foi confirmada por 80% dos profissionais, embora haja ressalvas devido à barreiras como a escassez de recursos, políticas institucionais inadequadas e problemas relacionados ao autoritarismo e à desvalorização da profissão na instituição.

A pesquisa evidenciou que os desafios enfrentados pelos assistentes sociais estão enraizados nas contradições do modo de produção capitalista. Apesar da aplicação constante dos princípios do Código de Ética Profissional de 1993 em seu trabalho, os profissionais encontram barreiras significativas para a efetivação desses princípios no contexto atual. A análise revela um consenso entre os profissionais sobre o alinhamento teórico dos princípios do Código de Ética com os objetivos institucionais, como inclusão, justiça social e formação

integral dos estudantes. Contudo, a prática, frequentemente, não corresponde às expectativas teóricas da instituição, devido a barreiras como: a insuficiência de recursos financeiros para atender aos estudantes em vulnerabilidade socioeconômica; a ausência de ações efetivas para a permanência dos estudantes; a burocracia; e a ausência de uma gestão verdadeiramente democrática.

Na análise, identificou-se em algumas respostas a presença de fragilidades da categoria profissional na instituição: a ausência ou articulação limitada com os órgãos de representação; a participação na gestão democrática dos direitos; a ausência de planejamento estratégico da profissão; a autonomia relativa devido aos limites institucionais; e identidade profissional prejudicada sem reconhecimento das competências e atribuições profissionais. É essencial construir um plano de ação que envolva todos os profissionais para superar esses desafios e buscar representatividade institucional.

A pesquisa revelou desafios significativos enfrentados pelo Serviço Social no IFPR. Para superá-los, é fundamental adotar estratégias que promovam maior integração entre os campi, bem como a atualização e valorização na formação dos profissionais; maior capacitação no trato da política de educação acompanhando suas mudanças intervencionistas junto aos governos estaduais e federais; incentivo ao trabalho interdisciplinar, reconhecendo as sobrecargas e ampliando a participação nas decisões institucionais. Tais ações devem fortalecer o exercício profissional da/o assistente social no IFPR, e contribuir para a objetivação real dos princípios éticos da profissão e, conseqüentemente, para a melhoria da qualidade no atendimento às necessidades dos usuários.

Portanto, considera-se que os objetivos estabelecidos para este estudo foram alcançados. Ao identificar as demandas, requisições e respostas profissionais dos assistentes sociais no IFPR, construiu-se um aporte teórico para futuras pesquisas, pois o tema e sua totalidade não se esgotam aqui. Além disso, foi possível fornecer um panorama por meio do qual é possível estabelecer proposições para melhorias na atuação do Serviço Social na instituição, instigar o debate sobre a direção social da profissão no caminho da conquista de espaços de atuação e fortalecer a profissão na busca de garantir os direitos de seus usuários.

## REFERÊNCIAS

ABREU, Edna Maria Coimbra. O Serviço Social na educação profissional e tecnológica: principais requisições e funções das/os assistentes sociais nos Institutos Federais de Educação. *In: FERRIZ, Adriana Freire Pereira; BARBOSA, Mayra de Queiroz. **Panorama de inserção da/o assistente social na política de educação.*** Salvador: EDUFBA, 2019, p. 75-93.

ALMEIDA, Guilherme. Superando o politicamente correto: notas sobre o sexto princípio fundamental do Código de Ética da/o Assistente Social. CRESS-RJ. 2011. **Projeto ético-político e exercício profissional em Serviço Social:** os princípios do código de ética articulados à atuação crítica de assistentes sociais. Cartilha. Rio de Janeiro: CRESS-RJ, 2013, p. 74-86.

ALMEIDA, Magali da Silva. Exercício do Serviço Social sem ser discriminado, nem discriminar, por questões de inserção de classe social, gênero, etnia, religião, nacionalidade, opção sexual, idade e condição física. CRESS-RJ. 2011. **Projeto ético-político e exercício profissional em Serviço Social:** os princípios do Código de ética articulados à atuação crítica de assistentes sociais. Cartilha. Rio de Janeiro: CRESS-RJ, 2013, p. 135-148.

ALMEIDA, Ney Luiz Teixeira de. Opção por um projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária, sem dominação, exploração de classe, etnia e gênero. CRESS-RJ. 2011. **Projeto ético-político e exercício profissional em Serviço Social:** os princípios do Código de ética articulados à atuação crítica de assistentes sociais. Cartilha. Rio de Janeiro: CRESS-RJ, 2013, p. 100-111.

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho?** Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 15 ed. São Paulo, Cortez, 2002.

ANTUNES, Ricardo. As mutações no mundo do trabalho na era da mundialização do capital. **Dossiê: "Globalização e educação: precarização do trabalho docente"**. Educ. Soc. 25 (87). Ago 2004. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/FSqZN7YDckXnYwfgSWqgGpp/#>. Acesso em: 11 jul. 2024.

BARROCO, Maria Lucia Silva. Bases filosóficas para uma reflexão sobre ética e Serviço Social. BONETTI, Dilséa Adeodata.; SILVA, Marlise V.; SALES, Mione A.; GONELLI, Valéria M. M (orgs.). **Serviço Social e Ética:** convite a uma nova práxis. São Paulo: Editora Cortez, 1996, p. 71-83.

BARROCO, Maria Lucia Silva. **Ética:** fundamentos sócio-históricos. 3ª ed. São Paulo: Cortez, 2010. (Biblioteca Básica do Serviço Social).

BARROCO, Maria Lucia Silva. TERRA, Sylvia Helena. CFESS, Conselho Federal de Serviço Social (orgs.). **Código de Ética da/o Assistente Social comentado.** São Paulo: Cortez, 2012.

BEHRING, Elaine Rossetti. Ética, política e emancipação: a atualidade de nossas escolhas. CRESS-RJ. 2011. **Projeto ético-político e exercício profissional em Serviço Social:** os

princípios do Código de Ética articulados à atuação crítica de assistentes sociais. Cartilha. Rio de Janeiro: CRESS-RJ, 2013, p. 10-19.

BOSCHETTI, Ivanete. A equidade e justiça social podem ser alcançadas no capitalismo? CRESS-RJ. 2011. **Projeto ético-político e exercício profissional em Serviço Social: os princípios do Código de ética articulados à atuação crítica de assistentes sociais.** Cartilha. Rio de Janeiro: CRESS-RJ, 2013, p. 64-73.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em: 27 set. 2021.

BRASIL. **Código de Ética da/o Assistente Social. Lei 8662/93 - Regulamentação da Profissão.** 10ª ed. Brasília. Conselho Federal de Serviço Social - CFESS. 2012. Disponível em [https://www.cfess.org.br/arquivos/CEP\\_CFESS-SITE.pdf](https://www.cfess.org.br/arquivos/CEP_CFESS-SITE.pdf). Acesso em: 28 set. 2022.

BRASIL. **Lei 11.892, de 29 de dezembro de 2008.** Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2008/lei/111892.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111892.htm). Acesso em: 27 set. 2021.

BRASIL. **Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010.** Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7234.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7234.htm). Acesso em: 27 set. 2021.

BRAVO, Maria Inês Souza; MATOS, Maurílio Castro de. Reforma Sanitária e projeto ético-político do Serviço Social elementos para o debate. In: BRAVO, Maria Inês Souza *et al.* (orgs.). **Saúde e Serviço Social.** São Paulo: Cortez: Rio de Janeiro: UERJ, 2012.

CFESS, Conselho Federal de Serviço Social. **Código de Ética Profissional do Assistente Social de 1975.** Disponível em: [Microsoft Word - CEP 1975 \(cfess.org.br\)](#) . Acesso em: 20 ago. 2023.

CFESS, Conselho Federal de Serviço Social. Articulação com os movimentos de outras categorias profissionais que partilhem dos princípios deste Código e com a luta geral dos trabalhadores. CRESS-RJ. 2011. **Projeto ético-político e exercício profissional em Serviço Social: os princípios do Código de ética articulados à atuação crítica de assistentes sociais.** Cartilha. Rio de Janeiro: CRESS-RJ, 2013, p. 112-122.

COUTO, Berenice Rojas. Formulação de projeto de trabalho profissional. CFESS. **Serviço Social: Direitos e Competências Profissionais.** Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009, p. 651-663.

CRESS-RJ. 2011. **Projeto ético-político e exercício profissional em Serviço Social: os princípios do Código de ética articulados à atuação crítica de assistentes sociais.** Cartilha. Rio de Janeiro: CRESS-RJ, 2013.

DALLAGO, Cleonilda Sabaini Thomazini. **O Código de Ética do Serviço Social de 1993: sua operacionalidade no município de Toledo-PR.** Dissertação (Mestrado em Serviço Social e Política Social). Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Política Social, Universidade Estadual de Londrina (UEL). Londrina, 2006, 140 p.

DALLAGO, Cleonilda Sabaini Tomazini. **Serviço Social na Educação: Concepções e direitos em questão.** Tese de doutorado. São Paulo, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP), 2014. Disponível em: <https://tede2.pucsp.br/bitstream/handle/17684/1/Cleonilda%20Sabaini%20Thomazini%20Dallago.pdf>. Acesso em: 19 jun. 2024.

FITS, Federação Internacional de Trabalhadores Sociais. **Definição Global de Serviço Social.** Disponível em: <https://www.ifsw.org/what-is-social-work/global-definition-of-social-work/> Acesso em: 29 mai. 2023.

FORTI, Valéria. Considerações sobre o sétimo princípio fundamental do Código de Ética dos Assistentes Sociais: o pluralismo em debate. CRESS-RJ. 2011. **Projeto ético-político e exercício profissional em Serviço Social: os princípios do Código de ética articulados à atuação crítica de assistentes sociais.** Cartilha. Rio de Janeiro: CRESS-RJ, 2013, p. 87-99.

FREIRE, Silene de Moraes. Garantia de direitos, ampliação e consolidação da cidadania no Brasil: desafios do Código de ética Profissional dos Assistentes Sociais. CRESS-RJ. 2011. **Projeto ético-político e exercício profissional em Serviço Social: os princípios do Código de ética articulados à atuação crítica de assistentes sociais.** Cartilha. Rio de Janeiro: CRESS-RJ, 2013, p. 42-54.

FRIGOTTO, G. **Entrevista à Revista Poli Saúde, Trabalho e Educação**, ano XVI, n. 91, p. 20-23, p. 20-23, set./out. 2023. Disponível em: [https://www.epsjv.fiocruz.br/sites/default/files/poli\\_91\\_web.pdf](https://www.epsjv.fiocruz.br/sites/default/files/poli_91_web.pdf). Acesso em: 10 jul. 2024.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 6ª ed. – 5ª reimpressão. São Paulo, Editora Atlas S.A., 2012.

GUERRA, Yolanda. Compromisso com a qualidade dos serviços prestados à população e com o aprimoramento intelectual, na perspectiva da competência profissional: significado, limites e possibilidades. CRESS-RJ. 2011. **Projeto ético-político e exercício profissional em Serviço Social: os princípios do código de ética articulados à atuação crítica de assistentes sociais.** Cartilha. Rio de Janeiro: CRESS-RJ, 2013, p. 122-135.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **Serviço Social em tempos de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social.** 3ª edição, São Paulo: Cortez, 2008.

IAMAMOTO, Marilda Villela.; YAZBEK, Maria Carmelita (orgs.). **Serviço Social na história: América Latina, África e Europa.** São Paulo: Cortez, 2019.

IAMAMOTO, Marilda Villela. O Serviço Social brasileiro em tempos de mundialização do capital. IAMAMOTO, Marilda Villela.; YAZBEK, Maria Carmelita (orgs.). **Serviço Social na história: América Latina, África e Europa.** São Paulo: Cortez, 2019, p. 34-61.

IFPR. **Plano de Desenvolvimento Institucional 2024-2028**. Disponível em: <https://ifpr.edu.br/wp-content/uploads/2023/12/pdi-2024-2028.pdf> . Acesso em: 16 mai. 2024.

IFPR. **Quadro de servidores**. Disponível em: <https://ifpr.edu.br/wp-content/uploads/2024/03/quadro-de-pessoal-marco-2024.pdf>. Acesso em: 12 jul. 2024.

IFPR. **Sobre o IFPR**. Disponível em: <https://ifpr.edu.br/institucional/o-instituto/sobre-o-ifpr/> Acesso em: 16 mai. 2024.

JULIO, Edinalva. **O trabalho da(o) assistente social no Programa de Assistência Estudantil do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná (IFPR): um estudo**. 2022. 177 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Toledo, 2022. Disponível em: [https://tede.unioeste.br/bitstream/tede/6519/2/Edinalva\\_Julio\\_2022.pdf](https://tede.unioeste.br/bitstream/tede/6519/2/Edinalva_Julio_2022.pdf). Acesso em: 13 jun. 2024.

MARTINELLI, Maria Lúcia (org.). **Pesquisa qualitativa: um instigante desafio**. São Paulo: Veras Editora, 1999.

MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política**. Disponível em: <https://www.gepec.ufscar.br/publicacoes/livros-e-colecoes/marx-e-engels/o-capital-livro-1.pdf>. Acesso em: 11 jun. 2024.

MEC. **Governo Federal anuncia 100 novos campi de Institutos Federais**. Notícia publicada em 12/03/2024. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/assuntos/noticias/2024/marco/governo-federal-anuncia-100-novos-campi-de-institutos-federais>. Acesso em: 10 jul. 2024.

MEC. Plataforma Nilo Peçanha. **Indicadores de Gestão**. Disponível em: <https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoiZDhkNGNiYzgtMjQ0My00OGVILWJjNzYtZWQwYjI2OThhYWY1IiwidCI6IjllNjgyMzU5LWQxMjgtNGVhYi1iYjU4LTgyYjJhMTUzNDBmZiJ9> Acesso em: 07 ago. 2022.

MEDEIROS, Juliana. **A instrumentalidade na prática do Assistente Social**. 2020. Disponível em: <https://blog.gesuas.com.br/a-instrumentalidade/>. Acesso em: 24 jul. 2024.

MORAES, C. S. V. Reforma do ensino médio. **A Terra é Redonda**, 2023. Disponível em: <https://aterraeredonda.com.br/reforma-do-ensino-medio>. Acesso em: 10 jul. 2024.

MORAES, Carmen Sylvia Vidigal.; LEHER, Roberto.; FERRETTI, Celso João. *et al.* Educação Pública no atual cenário sócio-político e econômico brasileiro. **Educação & Sociedade**, v. 45, p. e283572, 2024. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/DMXnyjcQwbVVLgJfjKhNwfQ/?lang=pt#ModalDownloads>. Acesso em: 10 jul. 2024.

MORAIS, Erivanias Melo de.; SANTOS, Camila Rodrigues dos.; PAIVA, Irene Alves de. Políticas Públicas de Educação no contexto Neoliberal: um breve balanço. **Revista Inter-Legere**, [S. l.], v. 4, n. 31, p. c25900, 2021. DOI: 10.21680/1982-1662.2021v4n31ID25900. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/interlegere/article/view/25900>. Acesso em: 25 set. 2023.

NETTO, José Paulo. As cinco notas para a “Questão Social”. ABEPSS - Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. **Temporalis: Revista da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social**, n. 3, 2001. Disponível em: [https://www.abepss.org.br/arquivos/anexos/temporalis\\_n\\_3\\_questao\\_social-201804131245276705850.pdf](https://www.abepss.org.br/arquivos/anexos/temporalis_n_3_questao_social-201804131245276705850.pdf). Acesso em: 24 jul. 2024.

NETTO, José Paulo.; BRAZ, Marcelo. **Economia política: uma introdução crítica**. 4ª ed. São Paulo: Cortez, 2008. (Biblioteca Básica do Serviço Social - v. 1)

NETTO, José Paulo. Liberdade: o valor ético central do código (três notas didáticas). CRESS-RJ. 2011. **Projeto ético-político e exercício profissional em Serviço Social: os princípios do código de ética articulados à atuação crítica de assistentes sociais**. Cartilha. Rio de Janeiro: CRESS-RJ, 2013, p. 20-28.

NETTO, José Paulo. **O que é trabalho para Marx? Crítica Marxista**. Vídeo Youtube. 28 de dezembro de 2015. 20min48s. Disponível em: [O que é trabalho para Marx? - YouTube](#) Acesso em 27 ago. 2023.

NETTO, José Paulo. A construção do Projeto Ético-Político do Serviço Social. In: **Serviço Social e Saúde: Formação e Trabalho Profissional**. Disponível em: [https://www.ssrede.pro.br/wp-content/uploads/2017/07/projeto\\_etico\\_politico-j-p-netto\\_.pdf](https://www.ssrede.pro.br/wp-content/uploads/2017/07/projeto_etico_politico-j-p-netto_.pdf) Acesso em: 10 set. 2022.

OLIVEIRA, P. de S. (org.). Caminhos de construção da pesquisa em ciências humanas. In: OLIVEIRA, Paulo de Salles. **Metodologia das ciências humanas**. São Paulo: Editora UNESP; Editora HUCITEC, 1998.

ONU, Organização das Nações Unidas Brasil. **Objetivos de Desenvolvimento Sustentável**. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs/4> Acesso em: 30 maio 2023.

PACHECO, Eliezer; RESENDE, Caetano Juracy. Institutos Federais: um futuro por armar. In: **Institutos Federais lei 11.892, de 29/11/2008: comentários e reflexões**. Natal: IFRN, 2009. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=3753-lei-11892-08-if-comentadafinal&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=3753-lei-11892-08-if-comentadafinal&Itemid=30192) Acesso em: 27 set. 2021.

PAIVA, Beatriz Augusto de.; *et al.* Reformulação do Código de Ética: pressupostos históricos, teóricos e políticos. BONETTI, Dilséa Adeodata.; SILVA, Marlise V.; SALES, Mione A.; GONELLI, Valéria M. M. (orgs.). **Serviço Social e ética: convite a uma nova práxis**. São Paulo: Cortez, 1996, p. 159-173.

RAICHELIS, Raquel. As atribuições e competências profissionais à luz da “nova” morfologia do trabalho. CFESS. **Atribuições privativas da/o assistente social:** em questão. Brasília, 2020, v. 2, p. 11-42.

RNP. IFPR migra o Moodle para a nuvem da RNP e beneficia 29 mil estudantes. 2022. Disponível em: <https://www.rnp.br/noticias/ifpr-migra-o-moodle-para-nuvem-da-rnp-e-beneficia-29-mil-estudantes>. Acesso em: 16 nov. 2023.

RUIZ, Jefferson Lee de Souza. A defesa intransigente dos direitos humanos e a recusa do arbítrio e do autoritarismo. CRESS-RJ. 2011. **Projeto ético-político e exercício profissional em Serviço Social:** os princípios do código de ética articulados à atuação crítica de assistentes sociais. Cartilha. Rio de Janeiro: CRESS-RJ, 2013, p. 29-41.

SADER, Emir. Prefácio. MÉSZÁROS, István. **A educação para além do capital.** 2 ed. São Paulo: Boitempo, 2008, p. 15-18.

SANTOS, Silvana Mara de Moraes dos. Prefácio. BARROCO, Maria Lucia Silva. TERRA, Sylvia Helena. CFESS, Conselho Federal de Serviço Social (orgs.). **Código de Ética da/o Assistente Social comentado.** São Paulo: Cortez, 2012.

SETÚBAL, Aglair Alencar. Análise de conteúdo: suas implicações nos estudos das comunicações. In: MARTINELLI, Maria Lúcia (org.). **Pesquisa qualitativa:** um instigante desafio. São Paulo: Veras Editora, 1999, p. 59-85.

SEVERINO, Antonio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico.** 23ª ed – 9ª reimpressão. São Paulo: Cortez, 2013.

SIMÕES, Carlos. A ética das profissões. BONETTI, Dilséa Adeodata.; SILVA, Marlise V.; SALES, Mione A.; GONELLI, Valéria M. M. (orgs.). **Serviço Social e ética:** convite a uma nova práxis. São Paulo: Editora Cortez, 1996, p. 60-70.

SIQUEIRA DA SILVA, J. F. Pesquisa e produção do conhecimento em Serviço Social. **Textos & Contextos.** Porto Alegre, v. 6, núm. 2, julho-diciembre, 2007, p. 282-297.

TEIXEIRA, Francisco José Soares. **O neoliberalismo em debate.** Disponível em: <https://www.oocities.org/textosdiversos/neoliberalismodebate.html>. Acesso em: 11 jun. 2024.

TEIXEIRA, Joaquina Barata. A defesa do aprofundamento da democracia, enquanto socialização da participação política e da riqueza socialmente produzida. CRESS-RJ. 2011. **Projeto ético-político e exercício profissional em Serviço Social:** os princípios do código de ética articulados à atuação crítica de assistentes sociais. Cartilha. Rio de Janeiro: CRESS-RJ, 2013, p. 55-63.

TONET, Ivo. **Educação, cidadania e emancipação humana.** Disponível em: [https://geopraxis.files.wordpress.com/2014/01/educacao\\_cidadania\\_e\\_emancipacao\\_humana.pdf](https://geopraxis.files.wordpress.com/2014/01/educacao_cidadania_e_emancipacao_humana.pdf). Acesso: em 12 jan. 2023.

## APÊNDICE A – ROTEIRO DE QUESTIONÁRIO *ON-LINE*

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ – UNIOESTE**

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL**

**PESQUISADOR/A RESPONSÁVEL:** Thais Valéria Fonseca de Oliveira Scane

**OBJETIVO GERAL DA PESQUISA:** Analisar como se materializam os princípios do Código de Ética da/o Assistente Social de 1993, na atuação profissional do assistente social no IFPR.

**INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS:** Questionário *on-line* – Google Formulário

**SUJEITO DA PESQUISA:** Assistentes sociais servidoras/servidores do IFPR

### **Informações pessoais e formação**

1. Nome:
2. Em qual instituição se formou em Serviço Social e em que ano?
3. Você possui pós-graduação *latu sensu*? Se sim, qual área de formação e em que ano concluiu.
4. Você possui pós-graduação *stricto sensu*? Se sim, qual área de formação e em que ano concluiu?
5. Caso possua pós-graduação *stricto sensu* seu objeto de pesquisa envolveu o IFPR? Se sim, de que maneira?
6. Quais suas experiências profissionais com exceção do IFPR?
7. Você participa de cursos e eventos? De qual área e com que frequência?
8. Você participa de entidades representativas e de organização da categoria? Se sim, qual e com que frequência?
9. Você participa de algum Conselho de Direito?

### **Atuação no IFPR**

10. Quando você ingressou no IFPR?
11. Desde seu ingresso na instituição, você trocou de local/setor de atuação? Se sim, foi demanda institucional ou pessoal?
12. Quem são os usuários do Serviço Social no seu espaço de atuação?
13. O Serviço Social, no seu local de atuação, possui planejamento estratégico ou plano de ação? Se sim, qual a periodicidade que ele é (re) construído e, com que frequência, ele é avaliado?
  - a. Caso possua planejamento estratégico ou plano de ação e queira compartilhar para contribuir com a pesquisa, você pode inseri-lo abaixo.
14. Por meio de qual(is) instrumento(s) técnico(s) ocorre(m) o posicionamento do Serviço Social nas demandas institucionais?

15. Quais são as demandas que chegam ao Serviço Social no IFPR?
16. Como chegam as demandas para o Serviço Social na instituição? Existe fluxo estabelecido? O Serviço Social tem liberdade de atuação?
17. Você considera que todas as ações desenvolvidas por você na instituição são do Serviço Social, ou existem demandas institucionais não relacionadas à profissão? Caso a última pergunta for afirmativa, pode citar exemplos, por favor?
18. Você ocupa ou ocupou cargo de chefia? Se sim, qual e por quanto tempo? Caso ocupe ou tenha ocupado cargo de chefia, você considera que as ações do Serviço Social mantiveram-se normais, ou houve alteração devido às demandas do cargo? Comente, por favor.
19. Você participa de algum órgão colegiado da instituição? Se sim, qual? Conte sobre sua contribuição no respectivo órgão.
20. Você participa da elaboração e gerenciamento das políticas e programas da instituição? De que maneira?

### **Princípios do Código de Ética**

21. Você conhece o projeto ético-político do Serviço Social? Você concorda com o direcionamento do mesmo? Se sim ou não, justifique.
22. Quais as respostas profissionais que te levam a recorrer ao CE?
23. Você considera que os princípios do CE da/o Assistente Social de 1993 (nota de rodapé com os princípios) materializam-se nas respostas profissionais? Em quais ações? Existem dificuldades para efetivação?
24. Existe relação entre a direção social dada à profissão pelos princípios do CE/1993 da profissão e os objetivos da instituição? Se sim ou não, justifique.
25. Você considera que a sua atuação profissional na instituição tem conseguido contemplar seus objetivos profissionais?
26. Você gostaria de fazer alguma observação?

## APÊNDICE B – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

32

### APÊNDICE 02 - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

**Título do Projeto:** O TRABALHO DAS(OS) ASSISTENTES SOCIAIS NO INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ (IFPR): A MATERIALIZAÇÃO DOS PRINCÍPIOS DO CÓDIGO DE ÉTICA DO(A) ASSISTENTE SOCIAL DE 1993 EM DEBATE

**Pesquisadora responsável:** Thais Valéria Fonseca de Oliveira Scane

**Telefone:** (44) 998923259

**Endereço de contato (institucional):** [thais.scane@ifpr.edu.br](mailto:thais.scane@ifpr.edu.br); [thais.scane@unioeste.br](mailto:thais.scane@unioeste.br)

**Orientadora:** Profª. Dra. Cleonilda Sabaini Thomazini Dallago

Convidamos você a participar de uma pesquisa sobre: **A materialização dos princípios do Código de Ética do(a) Assistente Social de 1993 nas relações de trabalho dos assistentes sociais no IFPR.** O objetivo estabelecido é: **Analisar como se materializa os princípios do Código de Ética do(a) Assistente Social de 1993, na atuação profissional do assistente social no IFPR;** para tanto, este estudo buscará contextualizar o surgimento do Serviço Social e as mudanças que ocorreram nos Códigos de Ética do(a) Assistente Social no Brasil; analisar os princípios do Código de Ética do(a) Assistente Social de 1993; descrever sobre o contexto histórico do espaço sócio-ocupacional do IFPR e sua política de intervenção social; identificar as demandas e requisições para o Serviço Social no IFPR; e pesquisar sobre a materialização dos princípios do Código de Ética do(a) Assistente Social de 1993, junto aos profissionais assistentes sociais no IFPR. A pesquisa trata-se de uma dissertação de mestrado do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – Unioeste, campus de Toledo.

Esperamos com este estudo, contribuir para a produção do conhecimento sobre o trabalho da/o assistente social na educação, frente à materialização, direcionamento e fortalecimento do projeto ético político do Serviço Social. Além disso, a pesquisa possibilitará definir as funções possíveis de atuação do profissional, caracterizando as principais atribuições na instituição. Os resultados da pesquisa, se atingidos os objetivos conforme a proposta, também trará um panorama do Serviço Social no IFPR, orientando a atuação dos profissionais que já estão inseridos, e os que vierem a ingressar.

Diante disso, será realizado o seguinte tratamento a sua pessoa: coleta de dados por meio de um questionário semiestruturado através da plataforma *Google* formulários, cujo *link* será enviado para seu *e-mail* para que possa respondê-lo, caso aceite participar da pesquisa.

Durante a execução do projeto, caso este lhe cause algum nível de constrangimento ou desconforto, ou mesmo riscos devido ao ambiente virtual, além de outros riscos aqui não previstos, caberá a você, o direito de solicitar indenização na forma da lei, e a qualquer momento poderá desistir de participar da pesquisa sem qualquer prejuízo, mediante a comunicação, por qualquer meio que lhe seja possível. Havendo o comunicado do cancelamento da participação, as informações prestadas serão retiradas do conjunto de dados coletados e não comporão a pesquisa.

Você não receberá e não pagará nenhum valor por participar da pesquisa.

Pesquisa aprovada  
Comitê de ética em Pesquisa Envolvendo  
Serres Humanos CEP/IFPR  
Parecer consubstanciado CEP 6.070.367  
Curitiba/PR, 20 de maio de 2023



**APÊNDICE C - QUADRO 02 – DEMANDAS/ REQUISIÇÕES INSTITUCIONAIS**

<b>Requisição</b>	<b>Área</b>	<b>Ações</b>	<b>PCCTAE</b>	<b>Lei 8662/93</b>
Programas institucionais	Assistência Estudantil	Suporte no processo de inscrição	<ul style="list-style-type: none"> <li>● Orientar indivíduos, famílias, grupos, comunidades e instituições;</li> <li>● Executar procedimentos técnicos;</li> <li>● Desempenhar tarefas administrativas;</li> <li>● Utilizar recursos de Informática.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>● Artigo 4º – Competências                             <ul style="list-style-type: none"> <li>○ III – encaminhar providências, e prestar orientação social a indivíduos, grupos e à população;</li> <li>○ V – orientar indivíduos e grupos de diferentes segmentos sociais no sentido de identificar recursos e de fazer uso dos mesmos no atendimento e na defesa de seus direitos;</li> </ul> </li> </ul>
		Análise socioeconômica	<ul style="list-style-type: none"> <li>● Pesquisar a realidade social;</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>● Artigo 4º – Competências                             <ul style="list-style-type: none"> <li>○ XI – realizar estudos socioeconômicos com os usuários para fins de benefícios e serviços sociais junto a órgãos da administração pública direta e indireta, empresas privadas e outras entidades.</li> </ul> </li> <li>● Artigo 5º – Atribuições privativas                             <ul style="list-style-type: none"> <li>○ IV – realizar vistorias, perícias técnicas, laudos periciais, informações e pareceres sobre a matéria de Serviço Social;</li> </ul> </li> </ul>
		Acompanhamento dos programas	<ul style="list-style-type: none"> <li>● Monitorar as ações em desenvolvimento;</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>● Artigo 4º – Competências                             <ul style="list-style-type: none"> <li>○ II – elaborar, coordenar, executar e avaliar planos, programas e projetos que sejam do âmbito de atuação do Serviço Social com</li> </ul> </li> </ul>

Requisição	Área	Ações	PCCTAE	Lei 8662/93
Programas institucionais	Assistência Estudantil			<ul style="list-style-type: none"> <li>participação da sociedade civil;</li> <li>○ VI – planejar, organizar e administrar benefícios e Serviços Sociais;</li> <li>● Artigo 5º – Atribuições privativas <ul style="list-style-type: none"> <li>○ I – coordenar, elaborar, executar, supervisionar e avaliar estudos, pesquisas, planos, programas e projetos na área de Serviço Social;</li> </ul> </li> </ul>
		Construção e acompanhamento de editais	<ul style="list-style-type: none"> <li>● Planejar políticas sociais;</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>● Artigo 4º – Competências <ul style="list-style-type: none"> <li>○ I – elaborar, implementar, executar e avaliar políticas sociais junto a órgãos da administração pública, direta ou indireta, empresas, entidades e organizações populares;</li> <li>○ II – elaborar, coordenar, executar e avaliar planos, programas e projetos que sejam do âmbito de atuação do Serviço Social com participação da sociedade civil;</li> <li>○ VIII – prestar assessoria e consultoria a órgãos da administração pública direta e indireta, empresas privadas e outras entidades, com relação às matérias relacionadas no inciso II deste artigo;</li> </ul> </li> </ul>
Comissões	Processos disciplinares	Membro da comissão	<ul style="list-style-type: none"> <li>● Orientar indivíduos, famílias, grupos, comunidades e instituições;</li> <li>● Executar procedimentos</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>● Artigo 4º – Competências <ul style="list-style-type: none"> <li>○ III – encaminhar providências, e prestar orientação social a indivíduos, grupos e à população;</li> <li>○ V – orientar indivíduos e grupos de</li> </ul> </li> </ul>

Requisição	Área	Ações	PCCTAE	Lei 8662/93
Comissões			técnicos; <ul style="list-style-type: none"> <li>● Coordenar equipes e atividades;</li> <li>● Executar outras tarefas de mesma natureza e nível de complexidade associadas ao ambiente organizacional;</li> </ul>	diferentes segmentos sociais no sentido de identificar recursos e de fazer uso dos mesmos no atendimento e na defesa de seus direitos;
	Avaliação de servidores	Membro da comissão		<ul style="list-style-type: none"> <li>● Artigo 4º – Competências <ul style="list-style-type: none"> <li>○ VII – planejar, executar e avaliar pesquisas que possam contribuir para a análise da realidade social e para subsidiar ações profissionais;</li> </ul> </li> </ul>
	Comissão Permanente de Avaliação – CPA	Membro da comissão	<ul style="list-style-type: none"> <li>● Articular recursos disponíveis;</li> </ul>	
	PNAE – Merenda escolar*	Membro da comissão		<ul style="list-style-type: none"> <li>● Artigo 4º – Competências <ul style="list-style-type: none"> <li>○ I – elaborar, implementar, executar e avaliar políticas sociais junto a órgãos da administração pública, direta ou indireta, empresas, entidades e organizações populares;</li> <li>○ II – elaborar, coordenar, executar e avaliar planos, programas e projetos que sejam do âmbito de atuação do Serviço Social com participação da sociedade civil;</li> <li>○ V – orientar indivíduos e grupos de diferentes segmentos sociais no sentido de identificar recursos e de fazer uso dos mesmos no atendimento e na defesa de seus direitos;</li> </ul> </li> </ul>
	Bancas de avaliação	Cota – socioeconômica		<ul style="list-style-type: none"> <li>● Artigo 4º – Competências <ul style="list-style-type: none"> <li>○ III – encaminhar providências, e prestar orientação social a indivíduos, grupos e à população;</li> <li>○ V – orientar indivíduos e grupos de</li> </ul> </li> </ul>

Requisição	Área	Ações	PCCTAE	Lei 8662/93
Comissões				<p>diferentes segmentos sociais no sentido de identificar recursos e de fazer uso dos mesmos no atendimento e na defesa de seus direitos;</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>○ VIII – prestar assessoria e consultoria a órgãos da administração pública direta e indireta, empresas privadas e outras entidades, com relação às matérias relacionadas no inciso II deste artigo;</li> <li>○ XI – realizar estudos sócioeconômicos com os usuários para fins de benefícios e serviços sociais junto a órgãos da administração pública direta e indireta, empresas privadas e outras entidades.</li> </ul>
	Diversas	Construção de documentos internos e normativos	<ul style="list-style-type: none"> <li>● Planejar políticas sociais.</li> <li>● Desempenhar tarefas administrativas:</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>● Artigo 4º – Competências <ul style="list-style-type: none"> <li>○ I – elaborar, implementar, executar e avaliar políticas sociais junto a órgãos da administração pública, direta ou indireta, empresas, entidades e organizações populares;</li> <li>○ II – elaborar, coordenar, executar e avaliar planos, programas e projetos que sejam do âmbito de atuação do Serviço Social com participação da sociedade civil;</li> <li>○ VII – planejar, executar e avaliar pesquisas que possam contribuir</li> </ul> </li> </ul>

Requisição	Área	Ações	PCCTAE	Lei 8662/93
Comissões				para a análise da realidade social e para subsidiar ações profissionais; ○ VIII – prestar assessoria e consultoria a órgãos da administração pública direta e indireta, empresas privadas e outras entidades, com relação às matérias relacionadas no inciso II deste artigo;
		Promoção de ações de prevenção para saúde mental	<ul style="list-style-type: none"> <li>● Orientar indivíduos, famílias, grupos, comunidades e instituições;</li> <li>● Planejar políticas sociais;</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>● Artigo 4º – Competências <ul style="list-style-type: none"> <li>○ II – elaborar, coordenar, executar e avaliar planos, programas e projetos que sejam do âmbito de atuação do Serviço Social com participação da sociedade civil;</li> <li>○ III – encaminhar providências, e prestar orientação social a indivíduos, grupos e à população;</li> <li>○ VII – planejar, executar e avaliar pesquisas que possam contribuir para a análise da realidade social e para subsidiar ações profissionais;</li> </ul> </li> </ul>
		Políticas de acesso e permanência	<ul style="list-style-type: none"> <li>● Planejar políticas sociais;</li> <li>● Pesquisar a realidade social;</li> <li>● Monitorar as ações em desenvolvimento;</li> <li>● Desempenhar tarefas administrativas;</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>● Artigo 4º – Competências <ul style="list-style-type: none"> <li>○ I – elaborar, implementar, executar e avaliar políticas sociais junto a órgãos da administração pública, direta ou indireta, empresas, entidades e organizações populares;</li> <li>○ II – elaborar, coordenar, executar e avaliar planos, programas e projetos que sejam do âmbito de atuação do Serviço Social com</li> </ul> </li> </ul>

Requisição	Área	Ações	PCCTAE	Lei 8662/93
Comissões				participação da sociedade civil; <ul style="list-style-type: none"> <li>○ VII – planejar, executar e avaliar pesquisas que possam contribuir para a análise da realidade social e para subsidiar ações profissionais;</li> <li>○ VIII – prestar assessoria e consultoria a órgãos da administração pública direta e indireta, empresas privadas e outras entidades, com relação às matérias relacionadas no inciso II deste artigo;</li> <li>○ IX – prestar assessoria e apoio aos movimentos sociais em matéria relacionada às políticas sociais, no exercício e na defesa dos direitos civis, políticos e sociais da coletividade;</li> <li>○ XI – realizar estudos socioeconômicos com os usuários para fins de benefícios e serviços sociais junto a órgãos da administração pública direta e indireta, empresas privadas e outras entidades.</li> <li>● Artigo 5º – Atribuições privativas               <ul style="list-style-type: none"> <li>○ I – coordenar, elaborar, executar, supervisionar e avaliar estudos, pesquisas, planos, programas e projetos na área de Serviço Social;</li> <li>○ III – assessoria e consultoria e órgãos da Administração Pública direta e indireta, empresas privadas</li> </ul> </li> </ul>

Requisição	Área	Ações	PCCTAE	Lei 8662/93
				e outras entidades, em matéria de Serviço Social;
Atuação no setor	Sepae	<p>Suporte no atendimento do setor</p> <p>Trabalho em equipe multidisciplinar</p> <p>Participação em reuniões de organização do trabalho</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>● Orientar indivíduos, famílias, grupos, comunidades e instituições;</li> <li>● Pesquisar a realidade social;</li> <li>● Executar procedimentos técnicos;</li> <li>● Coordenar equipes e atividades;</li> <li>● Desempenhar tarefas administrativas;</li> <li>● Executar outras tarefas de mesma natureza e nível de complexidade associadas ao ambiente organizacional.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>● Artigo 4º – Competências <ul style="list-style-type: none"> <li>○ II – elaborar, coordenar, executar e avaliar planos, programas e projetos que sejam do âmbito de atuação do Serviço Social com participação da sociedade civil;</li> <li>○ III – encaminhar providências, e prestar orientação social a indivíduos, grupos e à população;</li> <li>○ V – orientar indivíduos e grupos de diferentes segmentos sociais no sentido de identificar recursos e de fazer uso dos mesmos no atendimento e na defesa de seus direitos;</li> <li>○ VII – planejar, executar e avaliar pesquisas que possam contribuir para a análise da realidade social e para subsidiar ações profissionais;</li> <li>○ VIII – prestar assessoria e consultoria a órgãos da administração pública direta e indireta, empresas privadas e outras entidades, com relação às matérias relacionadas no inciso II deste artigo;</li> </ul> </li> <li>● Artigo 5º – Atribuições privativas <ul style="list-style-type: none"> <li>○ I – coordenar, elaborar, executar, supervisionar e avaliar estudos, pesquisas, planos, programas e projetos na área de Serviço Social;</li> </ul> </li> </ul>

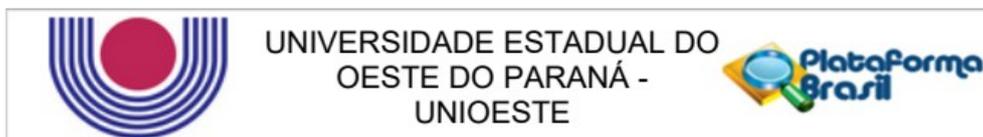
Requisição	Área	Ações	PCCTAE	Lei 8662/93
Atuação no setor				<ul style="list-style-type: none"> <li>○ IV – realizar vistorias, perícias técnicas, laudos periciais, informações e pareceres sobre a matéria de Serviço Social;</li> <li>○ VI – treinamento, avaliação e supervisão direta de estagiários de Serviço Social;</li> </ul>
	Napne	Suporte, atendimento e auxílio nas ações		<ul style="list-style-type: none"> <li>● Artigo 4º – Competências <ul style="list-style-type: none"> <li>○ I – elaborar, implementar, executar e avaliar políticas sociais junto a órgãos da administração pública, direta ou indireta, empresas, entidades e organizações populares;</li> <li>○ II – elaborar, coordenar, executar e avaliar planos, programas e projetos que sejam do âmbito de atuação do Serviço Social com participação da sociedade civil;</li> <li>○ III – encaminhar providências, e prestar orientação social a indivíduos, grupos e à população;</li> <li>○ V – orientar indivíduos e grupos de diferentes segmentos sociais no sentido de identificar recursos e de fazer uso dos mesmos no atendimento e na defesa de seus direitos;</li> <li>○ VII – planejar, executar e avaliar pesquisas que possam contribuir para a análise da realidade social e para subsidiar ações profissionais;</li> <li>○ VIII – prestar assessoria e</li> </ul> </li> </ul>

Requisição	Área	Ações	PCCTAE	Lei 8662/93
Atuação no setor				<p>consultoria a órgãos da administração pública direta e indireta, empresas privadas e outras entidades, com relação às matérias relacionadas no inciso II deste artigo;</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>○ IX – prestar assessoria e apoio aos movimentos sociais em matéria relacionada às políticas sociais, no exercício e na defesa dos direitos civis, políticos e sociais da coletividade;</li> <li>● Artigo 5º – Atribuições privativas <ul style="list-style-type: none"> <li>○ IV – realizar vistorias, perícias técnicas, laudos periciais, informações e pareceres sobre a matéria de Serviço Social;</li> </ul> </li> </ul>
Reuniões	Pais	Suporte na organização e atendimento	<ul style="list-style-type: none"> <li>● Orientar indivíduos, famílias, grupos, comunidades e instituições;</li> <li>● Pesquisar a realidade social;</li> <li>● Monitorar as ações em desenvolvimento;</li> <li>● Executar procedimentos técnicos;</li> <li>● Coordenar equipes e atividades;</li> <li>● Desempenhar tarefas administrativas;</li> <li>● Planejar políticas sociais;</li> <li>● Executar outras tarefas de mesma natureza e nível de complexidade associadas ao ambiente organizacional.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>● Artigo 4º – Competências <ul style="list-style-type: none"> <li>○ III – encaminhar providências, e prestar orientação social a indivíduos, grupos e à população;</li> <li>○ VIII – prestar assessoria e consultoria a órgãos da administração pública direta e indireta, empresas privadas e outras entidades, com relação às matérias relacionadas no inciso II deste artigo;</li> </ul> </li> <li>● Artigo 5º – Atribuições privativas <ul style="list-style-type: none"> <li>○ III – assessoria e consultoria e órgãos da Administração Pública direta e indireta, empresas privadas e outras entidades, em matéria de</li> </ul> </li> </ul>
	Colegiados de curso	Orientação e discussão de casos		
	Semana Pedagógica	Suporte na construção da proposta de formação		
Reuniões				

Requisição	Área	Ações	PCCTAE	Lei 8662/93
				Serviço Social; ○ IV – realizar vistorias, perícias técnicas, laudos periciais, informações e pareceres sobre a matéria de Serviço Social;

Fonte: Elaborado pela autora

## ANEXO A – PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP UNIOESTE



### PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

#### DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

**Título da Pesquisa:** O TRABALHO DOS ASSISTENTES SOCIAIS NO INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ (IFPR): A MATERIALIZAÇÃO DOS PRINCÍPIOS DO CÓDIGO DE ÉTICA DO(A) ASSISTENTE SOCIAL DE 1993 EM DEBATE.

**Pesquisador:** Thaís Valéria Fonseca de Oliveira Scane

**Área Temática:**

**Versão:** 1

**CAAE:** 68100423.5.0000.0107

**Instituição Proponente:** Centro de Ciências Biológicas e da Saúde CCBS - UNIOESTE

**Patrocinador Principal:** Financiamento Próprio

#### DADOS DO PARECER

**Número do Parecer:** 6.028.895

#### Apresentação do Projeto:

A pesquisa tem como tema "Os princípios do Código de Ética da(o) Assistente Social de 1993 nas relações de trabalho da(o) assistente social no Instituto Federal do Paraná". Com essa perspectiva, serão pesquisados os princípios do Código de Ética da(o) Assistente Social de 1993 nas relações de trabalho da(o) assistente social no IFPR, por meio de uma pesquisa de natureza qualitativa, exploratória, com fontes bibliográficas e documentais e pesquisa de campo com a aplicação de questionário online para as (os) profissionais assistentes sociais do IFPR, tendo como amostra 29 profissionais atuantes em diferentes áreas na instituição. Os dados coletados serão analisados por meio da análise de conteúdo, garantindo o sigilo aos sujeitos entrevistados.

#### Objetivo da Pesquisa:

Analisar como se materializa os princípios do Código de Ética da(o) Assistente Social de 1993, na atuação profissional da(o) assistente social no Instituto Federal do Paraná.

#### Avaliação dos Riscos e Benefícios:

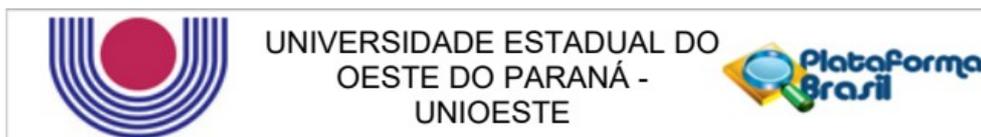
Descritos com clareza.

#### Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Atende aos critérios do CEP e CONEP.

**Endereço:** RUA UNIVERSITARIA 1619  
**Bairro:** UNIVERSITARIO **CEP:** 85.819-110  
**UF:** PR **Município:** CASCAVEL  
**Telefone:** (45)3220-3092 **E-mail:** cep.prppg@unioeste.br

## ANEXO A – PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP UNIOESTE – PÁGINA 2/3



Continuação do Parecer: 6.028.895

### Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Apresentados.

### Recomendações:

Divulgar os resultados em eventos e periódicos. Prestar relatório final a este CEP.

### Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Divulgar os resultados em eventos e periódicos. Prestar relatório final a este CEP.

### Considerações Finais a critério do CEP:

### Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1973618.pdf	20/03/2023 12:56:37		Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	PROJETO_PESQUISA_2023_Thais_celp.pdf	19/03/2023 15:56:53	Thaís Valéria Fonseca de Oliveira Scane	Aceito
Declaração de Pesquisadores	ANEXO_III_USO_DE_DADADOS.pdf	14/03/2023 09:07:34	Thaís Valéria Fonseca de Oliveira Scane	Aceito
Declaração de Pesquisadores	ANEXO_I_Dec_pesquisa_nao_iniciada_ass.pdf	14/03/2023 09:07:18	Thaís Valéria Fonseca de Oliveira Scane	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	APENDICE_2_TCLE_ASS.pdf	14/03/2023 09:06:44	Thaís Valéria Fonseca de Oliveira Scane	Aceito
Folha de Rosto	Folha_Rosto_Pesquisa_Thais_V_F_O_Scane_PPGSS_orientanda_Cleonilda.pdf	14/03/2023 09:06:14	Thaís Valéria Fonseca de Oliveira Scane	Aceito
Outros	Entrevista_Principios_do_CE_de_1993.pdf	14/02/2023 13:15:07	Thaís Valéria Fonseca de Oliveira Scane	Aceito
Declaração de concordância	Carta_de_Anuencia.pdf	14/02/2023 13:11:08	Thaís Valéria Fonseca de Oliveira Scane	Aceito

### Situação do Parecer:

Aprovado

### Necessita Apreciação da CONEP:

Endereço: RUA UNIVERSITARIA 1619

Bairro: UNIVERSITARIO

UF: PR

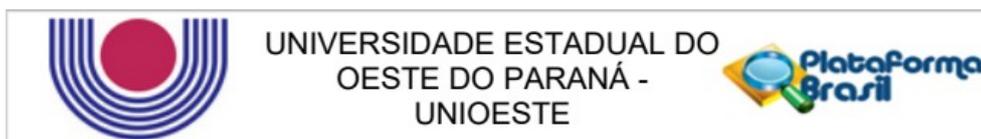
Telefone: (45)3220-3092

CEP: 85.819-110

Município: CASCAVEL

E-mail: cep.prppg@unioeste.br

## ANEXO A – PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP UNIOESTE – PÁGINA 3/3



Continuação do Parecer: 6.028.895

Não

CASCADEL, 28 de Abril de 2023

---

**Assinado por:**  
**José Carlos da Costa**  
**(Coordenador(a))**

**Endereço:** RUA UNIVERSITARIA 1619  
**Bairro:** UNIVERSITARIO **CEP:** 85.819-110  
**UF:** PR **Município:** CASCADEL  
**Telefone:** (45)3220-3092 **E-mail:** cep.prppg@unioeste.br

Página 03 de 03

## ANEXO B – PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP IFPR



### PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

Elaborado pela Instituição Coparticipante

#### DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

**Título da Pesquisa:** O TRABALHO DOS ASSISTENTES SOCIAIS NO INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ (IFPR): A MATERIALIZAÇÃO DOS PRINCÍPIOS DO CÓDIGO DE ÉTICA DO(A) ASSISTENTE SOCIAL DE 1993 EM DEBATE.

**Pesquisador:** Thais Valéria Fonseca de Oliveira Scane

**Área Temática:**

**Versão:** 1

**CAAE:** 68100423.5.3001.8156

**Instituição Proponente:** INSTITUTO FEDERAL DE EDUCACAO, CIENCIA E TECNOLOGIA DO PARANA

**Patrocinador Principal:** Financiamento Próprio

#### DADOS DO PARECER

**Número do Parecer:** 6.070.367

#### Apresentação do Projeto:

A pesquisa tem como tema "Os princípios do Código de Ética da(o) Assistente Social de 1993 nas relações de trabalho da(o) assistente social no Instituto Federal do Paraná". Com essa perspectiva, serão pesquisados os princípios do Código de Ética da/o Assistente Social de 1993 nas relações de trabalho da(o) assistente social no IFPR, por meio de uma pesquisa de natureza qualitativa, exploratória, com fontes bibliográficas e documentais e pesquisa de campo com a aplicação de questionário online para as (os) profissionais assistentes sociais do IFPR, tendo como amostra 29 profissionais atuantes em diferentes áreas na instituição. Os dados coletados serão analisados por meio da análise de conteúdo, garantindo o sigilo aos sujeitos entrevistados.

Espera-se com o resultado da pesquisa entender como a profissão se coloca na instituição a fim de proporcionar subsídios para o direcionamento e posicionamento concernentes com o projeto ético-político da profissão e, por conseguinte, seu fortalecimento no espaço.

Financiamento próprio.

#### Objetivo da Pesquisa:

"Para responder ao problema definiu-se como objetivo geral: Analisar como se materializa os

**Endereço:** Rua Emílio Bertolini, 54  
**Bairro:** Cajuru  
**UF:** PR  
**Município:** CURITIBA  
**Telefone:** (41)3888-5275  
**CEP:** 82.920-030  
**E-mail:** cep@ifpr.edu.br

## ANEXO B – PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP IFPR – PÁGINA 2/5



Continuação do Parecer: 6.070.367

princípios do Código de Ética da(o) Assistente Social de 1993, na atuação profissional da(o) assistente social no Instituto Federal do Paraná.

A fim de alcançar tal objetivo, foram definidos como objetivos específicos:

1. Contextualizar o surgimento do Serviço Social e as mudanças que ocorreram nos Códigos de Ética do(a) Assistente Social no Brasil;
2. Analisar os princípios do Código de Ética da(o) assistente social de 1993;
3. Descrever sobre o contexto histórico do espaço sócio-ocupacional do IFPR e sua política de intervenção social;
4. Identificar as demandas e requisições para o Serviço Social no IFPR e respostas profissionais das(os) assistentes sociais”

#### **Avaliação dos Riscos e Benefícios:**

Quanto aos riscos ao participante, consta no TCLE: “Durante a execução do projeto, caso este lhe cause algum nível de constrangimento ou desconforto, ou mesmo riscos devido ao ambiente virtual, além de outros riscos aqui não previstos, caberá a você, o direito de solicitar indenização na forma da lei, e a qualquer momento poderá desistir de participar da pesquisa sem qualquer prejuízo, mediante a comunicação, por qualquer meio que lhe seja possível. Havendo o comunicado do cancelamento da participação, as informações prestadas serão retiradas do conjunto de dados coletados e não comporão a pesquisa.” O documento não apresenta formas de minimização para os riscos apontados.

Quanto aos benefícios para o participante, consta no TCLE: “Esperamos com este estudo, contribuir para a produção do conhecimento sobre o trabalho da/o assistente social na educação, frente à materialização, direcionamento e fortalecimento do projeto ético político do Serviço Social. Além disso, a pesquisa possibilitará definir as funções possíveis de atuação do profissional, caracterizando as principais atribuições na instituição. Os resultados da pesquisa, se atingidos os objetivos conforme a proposta, também trará um panorama do Serviço Social no IFPR, orientando a atuação dos profissionais que já estão inseridos, e os que vierem a ingressar.”

#### **Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:**

- Critérios de inclusão (Informações básicas): “No IFPR, a(o) assistente social está inserida(o) em algumas localidades acima mencionadas e em diferentes setores, a saber: Seção Pedagógica e de

**Endereço:** Rua Emilio Bertolini, 54  
**Bairro:** Cajuru **CEP:** 82.920-030  
**UF:** PR **Município:** CURITIBA  
**Telefone:** (41)3888-5275 **E-mail:** cep@ifpr.edu.br

## ANEXO B – PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP IFPR – PÁGINA 3/5



Continuação do Parecer: 6.070.367

Assuntos Estudantis (SEPAE), Seção de Assuntos Estudantis, Seção de Ensino, Diretoria de Assistência Estudantil (DAES), Coordenação do Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas (NAPNE), Diretoria Geral, Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas (PROGEPE). Como constatado, os assistentes sociais possuem diferentes lotações na instituição, portanto, procurará abordar na pesquisa, profissionais de todos esses espaços. No IFPR atualmente estão lotados 30 (trinta) assistentes sociais, portanto, esse é o universo da pesquisa. Os profissionais estão distribuídos ainda em 20 campi, incluindo os campi avançados e Reitoria, em 07 (sete) unidades de lotação diferentes. O questionário será destinado à totalidade de profissionais com exceção dessa pesquisadora, portanto, não será definida amostra, considerando que a adesão ao preenchimento é voluntária, portanto, a amostra será a quantidade de questionários respondidos. Tal escolha de amostragem justifica-se segundo Minayo (2002) que diz que a pesquisa qualitativa não se baseia no critério numérico para garantir sua representatividade, mas sim na abrangência da totalidade do problema, abordando suas múltiplas dimensões."

- Critérios de exclusão (Informações básicas): "Serão excluídos da amostra servidores assistentes sociais que optarem por não participar da pesquisa, e que tenham sido exonerados do cargo até a aplicação do questionário de entrevista."

- Abordagem: O TCLE e o link para o formulário serão encaminhados via e-mail institucional.

- O roteiro foi apresentando e contém 9 perguntas pessoais e formação; 11 perguntas sobre atuação no IFPR e 6 perguntas sobre princípios do código de ética.

### **Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:**

Os termos foram apresentados.

### **Recomendações:**

- O roteiro de questionário online pede o nome do entrevistado. Recomenda-se, em futuros protocolos, avaliar a real necessidade de manter essa informação.

- Em protocolos futuros, atentar para a importância de citar as minimizações de risco no documento TCLE.

**Endereço:** Rua Emilio Bertolini, 54  
**Bairro:** Cajuru **CEP:** 82.920-030  
**UF:** PR **Município:** CURITIBA  
**Telefone:** (41)3888-5275 **E-mail:** cep@ifpr.edu.br

## ANEXO B – PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP IFPR – PÁGINA 4/5



Continuação do Parecer: 6.070.367

### Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Considerando as resoluções brasileiras que normatizam os aspectos éticos nas pesquisas envolvendo seres humanos, este comitê, após apreciação, se manifesta pela aprovação do protocolo de pesquisa.

### Considerações Finais a critério do CEP:

Comunicações:

- solicitar à secretaria do CEP/IFPR uma via do TCLE ou, quando for o caso, do TALE, com carimbo, sendo este o modelo reproduzido para aplicar junto aos participantes. Entrar em contato com a secretaria do CEP/IFPR pelo e-mail [cep@ifpr.edu.br](mailto:cep@ifpr.edu.br), informando o número do CAAE do Protocolo de Pesquisa;
- deve-se apresentar a este CEP relatórios PARCIAL (semestral - demonstrando fatos relevantes e resultados parciais do desenvolvimento da pesquisa) e FINAL, através da Plataforma Brasil (PB), conforme o modelo disponibilizado na página eletrônica do CEP/IFPR. O envio deve ser feito no modo: NOTIFICAÇÃO;
- solicitações que impliquem ALTERAÇÕES do projeto (alteração de instrumento de coleta de dados, comunicação de interrupção da pesquisa, inclusão de pesquisadores, pedido de prorrogação de prazo, entre outras) ou comunicação da ocorrência de eventos adversos devem ser enviadas no modo EMENDA. A Emenda, apresentada de forma clara e sucinta, deve ser enviada ANTES de que as modificações sejam colocadas em prática. Deve-se enviar, também, todos os documentos nos quais houver modificação, destacando nos documentos os trechos modificados. Atentar para a necessidade de alterações no cronograma;
- IMPORTANTE: a pesquisa deve ser realizada em acordo com o que consta e está previsto no Protocolo apreciado e aprovado pelo CEP/IFPR. Qualquer modificação realizada no projeto (inclusão de pesquisadores ou colaboradores, novos participantes, alterações em questionários, etc.) que chegue ao conhecimento do Comitê e que não tenha sido comunicada, antecipadamente e via EMENDA, e aprovada pelo CEP/IFPR, poderá resultar em parecer de NÃO APROVADO para o relatório do projeto e será comunicada aos órgãos responsáveis.

### Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Projeto Detalhado	PROJETO_PESQUISA_2023_Thais_ce	19/03/2023	Thaís Valéria	Aceito

**Endereço:** Rua Emilio Bertolini, 54  
**Bairro:** Cajuru **CEP:** 82.920-030  
**UF:** PR **Município:** CURITIBA  
**Telefone:** (41)3888-5275 **E-mail:** [cep@ifpr.edu.br](mailto:cep@ifpr.edu.br)

## ANEXO B – PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP IFPR – PÁGINA 5/5



Continuação do Parecer: 6.070.367

/ Brochura Investigador	pdf	15:56:53	Fonseca de Oliveira Scane	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	APENDICE_2_TCLE_ASS.pdf	14/03/2023 09:06:44	Thaís Valéria Fonseca de Oliveira Scane	Aceito
Outros	Entrevista_Principios_do_CE_de_1993.pdf	14/02/2023 13:15:07	Thaís Valéria Fonseca de Oliveira Scane	Aceito

**Situação do Parecer:**

Aprovado

**Necessita Apreciação da CONEP:**

Não

CURITIBA, 20 de Maio de 2023

---

**Assinado por:**  
**CLAUDIONEI CELLA PAULI**  
(Coordenador(a))

**Endereço:** Rua Emilio Bertolini, 54  
**Bairro:** Cajuru **CEP:** 82.920-030  
**UF:** PR **Município:** CURITIBA  
**Telefone:** (41)3888-5275 **E-mail:** cep@ifpr.edu.br

## ANEXO C – DESCRIÇÃO DO CARGO DO PLANO DE CARREIRA DOS CARGOS TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS EM EDUCAÇÃO (PCCTAE)

### PLANO DE CARREIRA DOS CARGOS TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS EM EDUCAÇÃO

#### DESCRIÇÃO DO CARGO

NÍVEL DE CLASSIFICAÇÃO: **E**

DENOMINAÇÃO DO CARGO: **ASSISTENTE SOCIAL**

CÓDIGO CBO: **2516-05**

REQUISITO DE QUALIFICAÇÃO PARA INGRESSO NO CARGO:

- **ESCOLARIDADE:** Curso superior em Serviço Social
- **OUTROS:**
- **HABILITAÇÃO PROFISSIONAL:** Registro no Conselho competente. Lei nº 8.662, de 07 de junho de 1993 dispõe sobre a profissão de Assistente Social.

DESCRIÇÃO SUMÁRIA DO CARGO:

Prestar serviços sociais orientando indivíduos, famílias, comunidade e instituições sobre direitos e deveres (normas, códigos e legislação), serviços e recursos sociais e programas de educação; planejar, coordenar e avaliar planos, programas e projetos sociais em diferentes áreas de atuação profissional (seguridade, educação, trabalho, jurídica, habitação e outras); desempenhar tarefas administrativas e articular recursos financeiros disponíveis. Assessorar nas atividades de ensino, pesquisa e extensão.

DESCRIÇÃO DE ATIVIDADES TÍPICAS DO CARGO

- Orientar indivíduos, famílias, grupos, comunidades e instituições:

Esclarecer dúvidas, orientar sobre direitos e deveres, acesso a direitos instituídos, rotinas da instituição, cuidados especiais, serviços e recursos sociais, normas, códigos e legislação e sobre processos, procedimentos e técnicas; ensinar a otimização do uso de recursos; organizar e facilitar; assessorar na elaboração de programas e projetos sociais; organizar cursos, palestras, reuniões.

- Planejar políticas sociais:

Elaborar planos, programas e projetos específicos; delimitar o problema; definir público-alvo, objetivos, metas e metodologia; formular propostas; estabelecer prioridades e critérios de atendimento; programar atividades.

- Pesquisar a realidade social:

Realizar estudo sócio-econômico; pesquisar interesses da população, perfil dos usuários, características da área de atuação, informações in loco, entidades e instituições; realizar pesquisas bibliográficas e documentais; estudar viabilidade de projetos propostos; coletar, organizar, compilar, tabular e difundir dados.

- Executar procedimentos técnicos:

Registrar atendimentos; informar situações-problema; requisitar acomodações e vagas em equipamentos sociais da instituição; formular relatórios, pareceres técnicos, rotinas e procedimentos; formular instrumental (formulários, questionários, etc).

- Monitorar as ações em desenvolvimento:

Acompanhar resultados da execução de programas, projetos e planos; analisar as técnicas utilizadas; apurar custos; verificar atendimento dos compromissos acordados com o usuário; criar critérios e indicadores para avaliação; aplicar instrumentos de avaliação; avaliar cumprimento dos objetivos e programas, projetos e planos propostos; avaliar satisfação dos usuários.

## **ANEXO C – DESCRIÇÃO DO CARGO DO PLANO DE CARREIRA DOS CARGOS TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS EM EDUCAÇÃO (PCCTAE) CONTINUAÇÃO**

- Articular recursos disponíveis:

Identificar equipamentos sociais disponíveis na instituição; identificar recursos financeiros disponíveis; negociar com outras entidades e instituições; formar uma rede de atendimento; identificar vagas no mercado de trabalho para colocação de discentes; realocar recursos disponíveis; participar de comissões técnicas.

- Coordenar equipes e atividades:

Coordenar projetos e grupos de trabalho; recrutar e selecionar pessoal; participar do planejamento de atividades de treinamento e avaliação de desempenho dos recursos humanos da instituição.

- Desempenhar tarefas administrativas:

Cadastrar usuários, entidades e recursos; controlar fluxo de documentos; administrar recursos financeiros; controlar custos; controlar dados estatísticos.

- Utilizar recursos de informática.
- Executar outras tarefas de mesma natureza e nível de complexidade associadas ao ambiente organizacional.